

Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 556

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Baptista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Cel Golbery do Couto e Silva

Maj Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Gen Armando Batista Gonçalves

Cel Adailton Sampaio Pirassununga

Ten-Cel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

Suplentes

Cel João Batista Peixoto

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Maj Nilton Freixinho

Chefias

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado

De publicidade — Ten-Cel J. de Abreu Lins (S. Paulo)

Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)

Cap Diógenes Vieira Silva (Paraná)

PEDE-SE PERMUTA

PIDESE CANJE

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DÉMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLVIII

Rio de Janeiro, GB — Novembro de 1960

Número
556

SUMÁRIO

Págs.

ASSUNTOS MILITARES

I — Fórmula de Emergência das Nações Unidas — Cel Ayrton de Freitas ..	3 ✓
II — Quartel, Escola de Cívismo — M. Paulo Filho	6 ✓

EXÉRCITO

I — Exércitos Americano e Russo — Ten-Cel Hugo Abreu	17 ✓
II — A Instrução na Cavalaria — Cel Gilberto Pessanha	21 ✓
Seção do Candidato à ECENE	29 ✓
I — Campanhas de Incentivo ao Candidato — Maj Germano Seidl Vidal	30 ✓
II — Invasões Francesas e Holandesas no Brasil — Cel Raimundo Teles Pinheiro	32 ✓
III — Soluções de Questões	46 ✓
IV — Solução de Prova do Concurso de 1959	55 ✓

MARINHA

I — Contratorpedeiro "Paraíba"	59 ✓
II — Pelos Mares do Mundo — Esp Salgueiro	63 ✓

AERONAUTICA

Pelos Céus do Mundo — Cel Ayrton de Freitas	69 ✓
---------------------------------------------------	------

ENGENHOS-FOGUETES E SATELITES

I — Boletim Internacional — Ten Armada Hugo Guilherme	79 ✓
II — Fotogrametria com os Satélites Terrestres	85 ✓

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

Págs.

I — Bases Filosóficas — Gen La Chapelle do Ex Francês	99
II — Guerra Revolucionária — Gen-Ex Tristão de Alencar Araripe	117
III — Organização — Maj Alexandre M. C. Amêndola	135

GEOGRAFIA

Riquezas Naturais da América Latina — Maj Amadeu de Paula Castro Filho	147
------------------------------------------------------------------------------	-----

HISTÓRIA

Antônio João — Gen João Pereira	155
---------------------------------------	-----

ASSUNTOS DIVERSOS

Democracia Versus Comunismo — Ayrton Salgueiro de Freitas	157
-----------------------------------------------------------------	-----





ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

I — FÔRCA DE EMERGENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS

Cel AYRTON DE FREITAS

... assegurar e controlar a cessação das hostilidades e
a retirada das forças armadas do território egípcio (*)
além de manter condições pacíficas na região.

Eis o duplo mandato confiado, em novembro de 1956, à Fôrça de Emergência das Nações Unidas, a primeira "tropa de paz" criada, organizada e mantida pelo ONU, a fim de ajudar a preservar a paz numa região especialmente sensível do mundo.

Desde aquela data, a FENU — como se tornou conhecida — com um efetivo de cinco a seis mil homens, tem cumprido com êxito a singular missão que lhe coube, de garantir a tranqüillidade numa zona do Oriente Médio conturbada por agitações constantes.

Sob o comando supremo do Tenente-General E. L. M. Burns, do Canadá, a FENU é uma tropa militar experimentada, integrada por contingentes pertencentes a sete nações e prestando serviço ao longo de uma fronteira que se estende por mais de 240 quilômetros, separando, primeiro, Israel da Faixa de Gaza e, mais adiante, já na agreste região da Península do Sinai, Israel do território egípcio da República Árabe Unida. A FENU mantém ainda um posto avançado em Sharm el Sheikh, à entrada do Golfo de Acaba.

Equipada apenas de armamentos leves e com a autoridade moral que lhe foi atribuída pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em

(*) Antes da união do Egito e da Síria para constituir a República Árabe Unida.

nome de seus 82 Estados membros, a FENU se tem mostrado, segundo palavras do Secretário-Geral Dag Hammarskjold, "credora de aceitação como um esforço pioneiro expressivo na evolução dos métodos de promoção da paz".

A experiência tem demonstrado que um corpo militar como a FENU "pode ser um fator decisivo na prevenção de hostilidades e na restauração da tranquilidade numa zona conturbada".

Presentemente, a força militar da FENU compreende um efetivo de cerca de 5.400 homens, pertencentes a sete países: o Brasil ("Batalhão Suez"), o Canadá, a Dinamarca, a Índia, a Noruega, a Suécia e a Iugoslávia. Inicialmente, integravam-na igualmente contingentes da Colômbia, da Finlândia e da Indonésia.

Os contingentes nacionais que prestam serviço na FENU foram escolhidos dentre os espontaneamente postos à disposição pelos Estados membros. De saída, foram excluídas tropas dos membros permanentes do Conselho de Segurança — a China, os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a URSS — e de qualquer outro país com possíveis interesses no conflito que suscitou a constituição da Fôrça.

Os integrantes da FENU usam os seus uniformes nacionais, mas se identificam pelos distintivos da FENU que portam e pelas boinas, quenpis, turbantes e capacetes de cor azul-claro.

De modo geral, todos os componentes dos contingentes nacionais servem juntos numa unidade e são substituídos, em rodízio, após cada seis ou doze meses de serviço.

A fim de manter a paz e evitar incursões ao longo da extensa e deserta fronteira que separa os dois países e em Gaza, a FENU exerce uma vigilância ininterrupta mediante patrulhas a pé, em jipe ou carros de reconhecimento e, ainda, pelo ar.

Em Gaza, uma trincheira de quase um metro de largura por um de profundidade — cavada à época do armistício, em 1948 — serve como linha de demarcação entre Israel e a Faixa de Gaza, esta administrada pela República Árabe Unida. Ali servem unidades brasileiras, dinamarquesas, indianas, norueguesas e suecas, em guarda à fronteira, numa série de postos de observação.

O controle da fronteira internacional ao sul, desde Gaza até o Gólfio de Acaba, está a cargo de unidades de reconhecimento, munidas de equipamento leve, do Canadá e da Iugoslávia.

Um pelotão reforçado, de cerca de cinqüenta homens, dá serviço em Sharm el Sheikh, onde há um posto de observação, localizado numa zona praticamente desabitada, a 400 quilômetros ao sul de Gaza, o qual permite controlar perfeitamente o estreito canal que leva ao Gólfio de Acaba.

POUCOS INCIDENTES

O Comandante da FENU comparou a operação da Fôrça à do policial em serviço: "O mero fato de sua presença evita a desordem."

Isto se tem confirmado, pois, desde a entrada em ação da FENU, poucos incidentes de violação de fronteira ou escaramuças têm sido registrados.

Cabe às patrulhas e sentinelas da FENU coibir que quem quer que seja cruze ilegalmente a linha de demarcação ou fronteira, comunicando imediatamente ao comando qualquer ocorrência capaz de ocasionar uma perturbação da paz. Embora lhes seja vedado fazer uso de suas armas em primeiro lugar, os soldados da FENU têm autorização de utilizá-las para defender-se — e o fazem, quando preciso. Sua autoridade é muito respeitada.

Na hipótese de uma violação de fronteira, essa é prontamente levada ao conhecimento do comando; imediatamente seguem observadores militares das Nações Unidas para o local, a fim de realizar investigações. As conclusões dessas investigações são, em seguida, comunicadas às autoridades competentes da República Árabe Unida ou de Israel e, em casos importantes ou urgentes, são igualmente transmitidas à sede das Nações Unidas, em Nova York. Elementos suspeitos que se infiltram e são interceptados na vizinhança da fronteira são entregues às autoridades policiais locais.

As operações da FENU se limitam ao território que está sob a jurisdição da República Árabe Unida (Israel não permitiu a localização de tropas da FENU em território israelense.) O contato com as autoridades da República Árabe Unida é mantido através de um pessoal de ligação egípcio, em Gaza, e de funcionários de ligação da FENU, estacionados no Cairo. A FENU também conta com elementos de ligação em Tel-Aviv, em Beirute e no pôsto central de abastecimento da FENU, localizado em Pisa, na Itália.

Cerca de metade do efetivo da FENU — ou sejam aproximadamente 2.700 homens, inclusive oficiais e suboficiais — prestam serviço ativo; os demais cuidam dos serviços auxiliares e do planejamento.

Durante o dia, a linha de demarcação fica sob a vigilância direta dos postos de observação da FENU, localizados junto à trincheira, do lado de Gaza. Os postos são geralmente guarnecidos por dois homens, que se rendem, no máximo, de seis em seis horas. Da maioria dos postos se avista o posto seguinte e todos eles se comunicam entre si por telefones de campanha.

Quase todos os postos de observação não são mais que simples buracos redondos cavados na areia, guarnecidos lateralmente por sacos de areia e cobertos, à guisa de teto, por uma chapa de ferro corrugado ou simples lona, que serve de proteção contra o sol e as chuvas. Durante a noite, quando se torna impossível vigiar dos postos fixos a linha de demarcação em toda a extensão, pequenas turmas de cerca de cinco homens cada patrulham incessantemente a fronteira, quer em jipe ou a pé, caminhando muitas vezes com dificuldade na areia sólta.

Patrulhas em carros de reconhecimento ou jipes percorrem a zona não habitada da fronteira internacional ao sul, entre Gaza e o

Gólfio de Acaba. A ronda é feita durante o dia; vários postos de observação e pelotões estão localizados em elevações estratégicas ou em importantes entroncamentos de estradas.

O patrulhamento aéreo está a cargo de uma unidade de transporte canadense, que conta com aviões Otter, operando de uma base aérea em El Arish, na parte setentrional da Península do Sinai. Além disso, a Fôrça Aérea Canadense pôs à disposição da FENU três aviões Dakota, utilizados no transporte de tropas e víveres entre os vários postos da zona.

O grosso dos fornecimentos que se destinam à FENU chega por mar, via Port Said. O que tem mais urgência vem via aérea da Europa ou de ultramar, desembarcando em El Arish, trazido por aviões da Fôrça Aérea Canadense, procedentes das bases do Canadá e da Europa. A Dinamarca, a Noruega e a Suécia se revezam no envio de um avião que vem da Escandinávia e leva carga, correspondência e tropas para o posto central de abastecimento da FENU em Pisa, de onde são posteriormente recambiados para a FENU.

HIERARQUIA DE COMANDO

Hierárquicamente, o comando da FENU cabe ao Comandante-Chefe, General E. L. M. Burns, nomeado para o cargo pela Assembléia-Geral da ONU, por ocasião da instituição da Fôrça; a ele estão diretamente subordinados os oficiais comandantes de cada um dos contingentes nacionais. A Fôrça atende exclusivamente às ordens e instruções do Comandante-Chefe e, através do mesmo, às determinações emanadas do Secretário-Geral das Nações Unidas, a quem cabe a responsabilidade de a FENU exercer a sua missão em consonância com os métodos e princípios administrativos que norteiam as Nações Unidas.

A atuação militar e a administração da FENU são determinadas na sede da Fôrça, localizada na cidade de Gaza, na parte norte da Faixa, a pouca distância apenas do Mediterrâneo. Trabalham aí: um Chefe do Pessoal; um corpo de funcionários, distribuídos pelas Seções do Pessoal, de Operações e de Logística; e um quadro especial de funcionários para tratar dos assuntos jurídicos, de intendência, de polícia militar, de engenharia, de sinalização, de avião e de serviços médicos.

O oficial administrativo-chefe e os funcionários ao mesmo subordinados fazem parte, em sua quase totalidade, dos quadros de pessoal civil do Secretariado das Nações Unidas e contam com a cooperação de outros tantos funcionários civis contratados localmente.

As comunicações entre a FENU e a sede das Nações Unidas, em Nova York — por sinal, bastante volumosas — estão a cargo do pessoal de comunicações do Corpo de Guardas das Nações Unidas. A rede de comunicações da FENU funciona em perfeita coordenação com o sistema estabelecido de comunicações da ONU.

Assistência médica e hospitalar é prestada num hospital-base em Rafa onde serve uma equipe médica norueguesa. Na sede da FENU, em Gaza, há uma policlínica; e, quando se torna necessário, pessoal médico é destacado para prestar serviço junto aos contingentes nacionais e nos postos avançados.

FINANCIAMENTO DA FENU

Os gastos com a manutenção da FENU em operação montam a cerca de dez milhões de dólares norte-americanos por ano, ao câmbio corrente. Por determinação da Assembléia-Geral, essas despesas são distribuídas por todos os Estados membros numa proporção equivalente à participação dos mesmos no orçamento ordinário da Organização internacional.

A questão do futuro financiamento da Fôrça foi objeto de estudo especial apresentado à 14^a Assembléia-Geral Ordinária da ONU por parte do Secretário-Geral.

RECREAÇÃO E MORAL

O serviço de guarda no deserto inclemente — distante do lar e da família — é, ao mesmo tempo, árduo e monótono. Por isto, faz-se o possível para quebrar a monotonia e aproximar entre si os soldados dos vários países, a fim de que compartilhem a experiência comum por que passam e se conheçam melhor uns aos outros.

Os licenciamentos são aguardados ansiosamente, vencendo os integrantes da Fôrça três dias de folga por mês de serviço. Ao cabo de cada três meses completos de serviço, são-lhes concedidos sete dias de férias suplementares por conta das Nações Unidas. Durante o inverno, funcionam, no Cairo, centros de férias e recreação e de maio a outubro, as montanhas do Líbano, nas proximidades de Beirute, proporcionam uma agradável mudança de paisagem, clima e altitude aos membros da tropa.

Tanto no Cairo quanto em Beirute, a FENU arrendou dois ou mais hotéis, com capacidade para receber cerca de trezentos soldados de cada vez. Aí, além de alojamento e refeições completas, se organizam amplas excursões turísticas, eventos esportivos, bailes e outras distrações.

Um elo comum entre todos os membros da FENU constitui, além disso, o jornalzinho semanal que se edita na sede da FENU — chamado "THE SAND DUNE" ("A DUNA DE AREIA") — e que mantém os componentes da Fôrça a par das atividades e de tudo o que ocorre tanto na própria unidade quanto nas demais.

Com a FENU há mais de três anos em operação, os incidentes ao longo da linha de demarcação do armistício e na fronteira internacional têm sido reduzidos em número, o que o General Burns explica, dizendo que "geralmente nada ocorre porque a sentinelha está presente".

II — QUARTEL, ESCOLA DE CIVISMO

M. PAULO FILHO

O ilustre escritor e jornalista M. Paulo Filho, Diretor do "Correio da Manhã", proferiu sugestiva conferência sobre o tema: "Quartel, escola de civismo". Página ao mesmo tempo erudita e de exaltação patriótica, nela o conferencista estuda a ação do Exército na obra da unidade brasileira através dos séculos e define o papel da caserna como verdadeira escola em que se cultiva a noção mais alta da brasiliade do nacionalismo. Damos a seguir, essa magnífica conferência.

"Não é para falar a linguagem do passado que vos tomo a atenção. Essa linguagem é rica de coloridos e opulenta de episódios. Uns, tristes e melancólicos. Outros, alegres e entusiastas. A história militar do Brasil é a história dos heroismos e dos sacrifícios do nosso soldado caboclo, valente, cheio de resignações, mas decidido nos momentos de perigo. Curtido de sol e descendente de três raças, a sua índole e a sua educação se caldeiam à mercê do destino porque tudo nêle é aventura e inquietação. Nós não o conhecemos na fase colonial. Em todos os tempos, o Estado começa a existir com a força e a força, bem entendido, é o Exército regular. Este é que precede aquele. As nações politicamente organizadas têm nos seus homens armados o instrumento, por exceléncia, a expressão mais vigorosa do seu direito de majestade. Se não éramos estado porque não tínhamos nem independência, nem autonomia, nem soberania, é claro que não tínhamos força.

Subsidiários da Metrópole Portuguesa, até 1822, de que dispunhamos era de milícias, umas em ordens, outras em anarquia, mas em todo o caso milícias que representavam a autoridade do colonizador. Essa autoridade, não raro, tateando a enormidade das nossas florestas e o desencanto das nossas vilas e cidades, estava quase sempre picada pelo aguilhão da cobiça desenfreada. Era a opressão, a humilhação. Constantemente surgia aqui e acolá para as correrias da rapina.

Os batalhões de Lisboa desembarcavam na Fazenda de El Rey Noso Senhor muito mais para garantir-lhe a propriedade absoluta, do que para assegurar aos filhos da terra o respeito, a ordem e a disciplina social. Não amam a terra para onde são destacados. Conhecem-na como forcados no cumprimento de um dever que, no íntimo, os irrita e desola. São mal humorados, são provocadores, instintivamente incompatibilizados com os

que os rodeiam, porque êstes, aos seus olhos estúpidos, não são mais do que sêres inferiores e grotescos.

De resto, êsses batalhões já não deixam o Tejo em condições favoráveis. São guarnições para as colônias. Quero dizer: são soldados de classe baixa que o Rei despacha para longe, porque não têm mérito. O historiador Luiz Edmundo, no seu livro "O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis", citando depoimentos de Carrére — "Voyage à Portugal" — dá uma idéia do que era a tropa lusa dêsse período angustioso e sombrio: "O sôlido dêles (os soldados) é módo e não chega. Assim apresentam quase a marca da indigência e da miséria. Muitos dêles são forçados a solicitar a caridade pública aos que passam. É comum verem-se em Lisboa homens ao serviço do príncipe, vestindo uniforme, pedir esmolas, estendendo a mão que recebe a pequenina moeda. Até oficiais são muitas vezes obrigados a descer a essa humilhação. Parando na rua os transeuntes, êles falam-lhes baixo, expõem, secretamente, suas necessidades. Vão mesmo às casas. Mandam suas mulheres, seus filhos. Eu mesmo recebi pedidos idênticos".

E, em seguida, apoiado em Olivier de la Brairie — "Lisbonne et les Portugais" — "A maioria dêsses infelizes soldados não tem calçados, mostrando no corpo trapos que lembram uniformes usados outrora".

Depois, com o testemunho do Barão de Lahotan — "Voyage en Portugal et Dannemark" — "E no começo do século XVIII as coisas ainda eram piores quanto à disciplina e ao decôr da tropa, que não tinha uniforme certo. Uns vestidos de cinzento, outros de vermelho, outros de negro, outros de azul-marinho ou verde". ("Voyage du Baron de Lahotan en Portugal et Dannemark", pág. 134). José Pecchio, citando Sepulveda, diz que a profissão militar "era das mais aviltadas em Portugal e que as grandes da Corte timbravam em dar patentes de tenentes e capitães a seus criados". "Lettres sur le Portugal".

Não é menos valiosa a informação de Stephans, quando assinala o aparecimento do Conde de Lippe nesse caos incrível, com o seu Regulamento e a sua mão de ferro:

"É principalmente ao Conde de Lippe que se deve atribuir a reforma do estado militar em Portugal. Esse general, estando um dia a jantar na casa do general das tropas portuguêses, viu um copeiro da casa em uniforme de oficial e que servia à mesa. Sabendo que o mesmo era um ofícial de couraceiros do general (regimento de Alcântara), levantou-se da mesa e fez-o sentar-se entre êle e o general português, cujo orgulho havia de ter sofrido bastante".

Não podia, em verdade, ser grande coisa o soldado português da colônia dos séculos XVII e XVIII. Mal alimentado, mal instruído, mal fardado, paira sobre êle o espectro da indigência e da miséria. O seu armamento é o mais rudimentar e precário possível. O exemplo dessa tropa bastava para inspirar ao indígena a repulsa pelo quartel, onde a disciplina era a violência e o dever, um cativeiro. Certamente, há tipos de raça que comovem e deslumbram. São fenômenos da Colônia como

Mathias de Albuquerque, que honraria qualquer exército da Europa do seu tempo e que vai, general brasileiro glorioso das campanhas contra os invasores holandeses, ganhar a batalha de Montijo para livrar Portugal da Espanha poderosa e dominadora.

A linguagem do passado não se articula aqui, senão depois de 1822. Não há Exército Brasileiro. Ele virá com a Independência para criar o Estado. Coexistirá com sua soberania, sentinelas avançada da sua integridade. Nós sabemos o que nos custou essa Independência. Primeiro um empréstimo, em ouro, nas caixas dos argentários de Londres. Era a indenização do Filho ao Pai, através das retortas financeiras da City, credora da ex-Metrópole, o produto do empréstimo teria de ficar mesmo com os prestamistas, porque a sagacidade de Canning, feito meiador, era incomparável. Depois as guerrilhas de emboscadas, as crueldades até o reconhecimento definitivo do maior Império americano. D. Pedro I, que ainda sonhava com as trombetas napoleônicas para sempre emudecidas, imaginando, na sua mocidade estouvada, ressuscitar o Corso indomável que os ingleses haviam afinal amarrado e atirado por cima dos rochedos da Ilha de Santa Helena, serve admiravelmente ao jôgo político de Canning. O reconhecimento do Império foi uma grande partida diplomática jogada entre Londres e Viena. O extraordinário chanceler de Jorge IV defronta o não menos extraordinário chanceler que era Maternich. Ou a Inglaterra, ou a Santa Aliança. Ou os interesses econômicos e financeiros de John Bull, empobrecido e esgotado após as suas guerras de extermínio contra o bonapartismo, e que precisava de novos mercados na América do Sul para contrabalançar a Europa arrasada, ou a recolonização necessária às Coroas da Áustria, da Espanha e de Portugal. Canning ganhou a partida. O lance épico dessa política de egoismos ferozes abre ao Brasil, separado de Portugal, o ensejo de formar o seu exército que já se batera pela própria emancipação em alguns pontos do território indígena. E o epílogo das negociações assinala — coincidência abençoada — a estréia daquele que haveria de ser o símbolo venerado da sua classe, o mais representativo dos nossos guerreiros, o bravo sem par, cuja espada gloriosa não só funda a nacionalidade como lhe dá a ordem e a defesa, tanto interna como externamente.

guinte :

CAXIAS E A SUA GLÓRIA

Luiz Alves de Lima e Silva não é mais do que uma criança e já é praça. Os serviços do pai e do avô dão-lhe dessas regalias. Aos 15 anos, é alferes. Aos 18, é tenente. Estamos em 1821. Ajudante do Imperador, encontra-se em 1822 na Bahia, repelindo as hostes do Brigadeiro Madeira. Em 1825, capitão e condecorado, bate-se em Montevidéu para nos garantir a Cisplatina que Canning nos subtraiu hábil e subtilmente. Major em 1828, comanda um batalhão no Rio de Janeiro. Disciplinado e correto, mas patriota acima de tudo, prevê os acontecimentos da Abdicação.

Não conspira, nem deserta. Está vigilante. Quando a anarquia sacode a cidade, é ele que restabelece a tranquilidade e até faz o policiamento urbano. Organiza e comanda os municipais permanentes. Contém a abrilada. Coronel em 1839, desembarca no Maranhão para novamente manter a ordem. O administrador completa o militar. É um prodigo de sabedoria e de bom senso, de disciplina e de civismo. Em 1841, marcha sobre Sorocaba, pacificando os paulistas.

Querem ver como esse incomparável soldado da Ordem e da Lei, molecularmente disciplinado, faz alto face a face das tropas de Feijó e de Raphael Tobias, ambos na direção do movimento enérgico de São Paulo contra o Governo do Império? Está aqui o testemunho do escritor Oswaldo Orico, educador e antigo diretor de Instrução Pública no Distrito Federal:

"Com a dispersão e fuga dos rebeldes, — declara o Sr. Orico no seu livro "Feijó" — Feijó permanecia isolado em Sorocaba, à espera da chegada de Caxias. Estava magro, envelhecido. Os sofrimentos físicos e os abalos morais que o assacaram tinham cavado rugas enormes em seu rosto. Ao deparar com ele paralítico, sentado em uma cadeira de braços, Lima e Silva ficou perplexo. Quase o não reconhecia. Apenas o olhar guardava a intensidade dos relâmpagos.

Silêncio respeitoso medeou entre ambos, Feijó foi o primeiro a quebrá-lo.

— "Quem diria, Senhor Barão, que em qualquer tempo fôsse obrigado a combater-me!".

— "É verdade! Quando pensaria eu que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diego Feijó?".

— "Tais são as coisas dêste mundo. Em verdade, o vilipêndio feito aos paulistas e as leis anticonstitucionais da assembléia me obrigam a parecer sedicioso. Estaria em campo se não estivesse moribundo; mas faço o que posso. Que ordens trás, Senhor Barão?".

Caxias não hesitou:

— "As mesmas que recebi do Ministro da Justiça de 31: levar tudo a ferro e fogo".

— "Com que então?" — indagou Feijó.

— "V. Ex.^a está preso. Só o dever militar me obriga a praticar este ato".

No espírito do ex-regente fuzilou um raio daquele sentimento de disciplina que tanto recomendou as diretrizes de seu governo. Ele baixou a cabeça:

— "Pois estou às suas ordens".

Só o dever militar o obrigava a prender um homem a quem ele admirava e estimava porque bem o merecia e de quem já havia recebido

ordens para fazer cumprir a lei custasse o que custasse, e que agora, fora da lei, encarnava o tumulto, a sedição, a anarquia. Aos olhos de Caxias, Feijó deixara de ser o grande estadista do decênio angustioso da Minoridade, que enfrentava a disciplina armada para dominá-la com os bolsos da batina cheios de decretos e regulamentos.

Em 1842, está em Minas, ainda a serviço da lei e da ordem, do Exército e da unidade da Pátria. Segue, às carreiras para o Rio Grande do Sul. Em Ponche Verde, destroça e debanda os leões farroupilhas. Triunfo, Camaquá, Piratini e Canguçu entregam-se sucessivamente. Pongos é a alvorada da Paz no Brasil. Caxias corrige os erros odiosos da política imperial, inspirando confiança aos grandes heróis da revolução dos Farrapos.

Não pára esse militar e chefe predestinado. Pacificado o Brasil e fortalecida sua unidade — obra dessa nobre, invencível e generosa espada — há que fazer além das fronteiras. O caudilhismo terrível dá o toque de alarme do outro lado do Prata. Caxias acode e avança sobre Montevidéu. A incorporação da Banda Oriental à ditadura de Rosas se iniciaria por uma agressão ao Brasil. Caxias enfrenta Oribe e derrota-o. Não basta. É necessário ir além. Caxias avança e vai, aliado aos argentinos pelo mesmo ideal de liberdade, vencer e escorraçar o tirano que foge de Buenos Aires. Condenado a não descansar, dir-se-ia que a imagem de Carlos XII da Suécia o acompanhava. Outro ditador, Lopez, no Paraguai, ameaça e invade o Brasil. Em 1868, Caxias está com o comando supremo de nossas forças, atravessando as charnecas paraguaias. De vitória em vitória, é ele, com o seu civismo, com a sua espada, com o seu talento de guerreiro, com a sua coragem que não mede sacrifícios, quem escolhe o primeiro Rio Branco, amparando-lhe a ação diplomática e preparando o caminho por onde o estadista passará até a Assunção onde, escorregado e caçado nas montanhas o tirano, cria a Junta Governativa que reintegrará a nação libertada no seu governo do povo pelo povo. Caxias não conhece outro sentido, senão a ordem. Não tem receios, senão os de errar. Não conhece ambições, senão as de ser útil à Pátria. Desimpedida a estrada de Assunção, removidos por ele, todos os obstáculos ao Visconde do Rio Branco, cuja correspondência íntima com o Barão de Cotegipe, publicada recentemente pelo Sr. Wanderley de Araújo Pinho, revela a admiração e culto que o estadista tinha pelo soldado, Caxias volta ao Rio. Está velho, doente, fatigado. Vencedor, mas alquebrado. A política quer seduzi-lo. Enleia-o. Mas só o corteja e adula para enche-lo de desgostos. Deputado, ministro, presidente de Conselho, senador, na convivência dos políticos experimentara amarguras que nunca travara quando enfrentava e destroçava os inimigos nos campos de batalha. A verminose sutil é muito mais antiga do que se pensa. Ele não era contra a política, como arte ou ciência de administrar os povos. O que o irritava era a politicagem. Os partidos haviam caducado. Como clarões de incêndios que se apagam, sumiram-se os princípios e programas. Caxias morre com a última esperança: a de que os quartéis no Brasil fossem escolas de civismo. Estende a ordem interna, guarda das instituições, vigilância e defesa contra a

invasão do inimigo exterior, a tropa era o próprio Estado na sua autoridade, na sua força e na sua soberania. Uma coexistiria com o outro. E esse glorioso soldado podia morrer com essa esperança, porque em sua vida ele não foi mais do que o símbolo da bravura, da honradez e do civismo.

Curioso, Senhores, é que esse grande soldado servia leal e dignamente a um Imperador que não pensava como ele. D. Pedro II era antimilitarista, antidinasta e anticlerical. Para um príncipe de sangue, o monarca reinante era o que se tinha de mais contraditório. Não seria sob o seu Império, honrado e benemérito debaixo de vários pontos de vista, que os quartéis se transformariam em escolas de civismo, dentro dos quais a disciplina e a obediência conscientes se forjariam. Dai, a compreensão que hoje, à distância dos acontecimentos extintos, se tem da questão religiosa. O Estado Católico arrastaria os dois mais notáveis bispos das onze dioceses brasileiras à cadeia. Dai, o inevitável da questão militar, que conduziu em seu bôjo a Abolição e a República. O Imperador, humanista e filósofo, envelhecia ceticamente, acreditando em tudo para acabar não fazendo fé em coisa alguma. A tropa não estava, a bem dizer, irreconciliável com ele. Incompatibilizara-se com os políticos. Vejam o depoimento de Rui Barbosa. Quarenta e oito horas antes da queda e proscrição do monarca, Rui proclamava pelas colunas do "Diário de Notícias": "O Exército foi pôsto fora da lei, como a lei foi posta fora da administração". A revolução era fatal. E com a vitória dela, a liquidação de um regime. Porque o Exército que não quis ser capitão-de-mato, não havia de ser ordenança do facciosismo político. Fizessem os estadistas da Coroa com que os quartéis fôssem verdadeiras escolas de civismo, respeitando-os para serem respeitados, e outros teriam sido os destinos do País.

GRANDE MUDO, MAS CONSCIENTE

"Grande mudo, reclamam que ele seja. De acordo. Mas um mudo consciente da sua mudez para melhor servir à Pátria. Essa mudez não se confunde com o automatismo, porque disciplina não é servilismo. Muitos dos erros da Monarquia, foram repetidos na República. Alguns até agravados. Quase matam o princípio da Federação, quando a política que devia ver nas polícias estaduais organizações auxiliares do Exército, procurou atirá-las, nas correrias e desatinos, contra o criador das novas instituições. Irrompia uma crise partidária num Estado. O governo dêste se tornava adversário do da União. Nos Estados, a oposição entrava a apoiar o centro, que lhe dava todo o prestígio. Planejava-se uma intervenção. Como? Muito simples. Qualquer pretexto bastaria. Nos Estados há sempre repartições federais. Insinuava-se que estas não estavam suficientemente garantidas. E não estavam porque os respectivos chefes, exercendo cargos de confiança do Presidente da República, acumplicia-

vam-se com as manobras dos oposicionistas locais. Uma escaramuça, um atentado. Requisição de força federal. Não raro, um *habeas-corpus* so fismado e arrancado à justiça seccional complacente. E lá iam os contingentes do Exército garantir uma ordem que não era mais do que a ordem da politicagem, dos interesses de corrilhos, improvisado, dessa maneira, em fiel da balança das comadres desavindas. De um lado ou do outro, não se vai no Exército senão o instrumento da opressão. Como reclamar dêle que fôsse mudo, se os exemplos da desordem vinham de cima?

ONTEM E HOJE

O recrutamento forçado era uma reminiscência do Império. Nos sertões brasileiros, falava-se dêle como de um flagelo. Criou-se-lhe ambiente hostil. Os governos, em vez de desfazer as lendas, deram-lhe maiores proporções. De tamanho vulto eram as prevenções no interior do Brasil contra o serviço militar, o preparo militar, a educação militar, que a ignorância generalizada via nisso tarefa deprimente. Quando um pai desejava significar o desprezo pelo filho incorrigível, lançava-lhe a maldição:

— Qual! Não dá para nada! Só mesmo mandando-o para o quartel ou metendo-o a bordo da fragata!

O quartel era o Exército. A fragata era a Marinha. Pôr a farda às costas significava incapacidade para a vida social. Chumbava-se o indesejável.

O SORTEIO

Deve-se à lei do sorteio e ao voluntariado de manobras o comércio do fim dos preconceitos injustos e odiosos. A voz eloquente de um grande poeta, o mais harmonioso dos nossos parnasianos líricos — Olavo Bilac — associou-se à cruzada cívica. A lei chamava a mocidade aos quartéis. Os conscritos verificavam que as lendas eram até um aprôbrio. Sorteados e soldados de ofício se confundiam e se nivelavam. A oficialidade de comando mostrava o que era e é atualmente; uma classe instruída, culta, compenetrada não só dos seus deveres militares, como dos de cidadania. E os anos se foram passando. Uma geração sucedeu à outra. A vida civil não era tão infensa à vida militar porque como esta não se prejudicava, nem sequer se comprometia. Completavam-se. Ainda aí, a política de horizontes estreitos e ideais dissimulados tentou desacreditar a obra de civismo. Burlava-se a lei. Nas circunscrições municipais, o sorteio era para o humilde e desprotegido. O poderoso evadia-se ao cumprimento dela. Geraram-se as desigualdades, as injustiças e as iniquidades. Foi preciso uma enérgica reação. Hoje, felizmente, multiplicados os esforços, os sorteados não têm constrangimento em marchar para o

quartel a fim de fazer o seu noviciado militar. Marcham porque é serviço público.

O NORTE E O SUL

Essa noção de que o quartel deve ser antes de tudo uma escola de civismo não implica na afirmação de que o Exército seja cego, surdo e mudo à evolução política do país. Ao contrário. Como força organizada para coexistir com o Estado, sem a qual este desaparecerá, a política, o interessa. Mas política de construção e não a de destruição; a política de saneamento e não a de corrupção; a política do patriotismo e não a de derrotismo. Se o Exército está de guarda às instituições vigentes e à segurança nacional, é óbvio que se lhe não deve impor o silêncio e a indiferença. Não me oponho, nem de leve, armar o problema em equação. Penso, entretanto, que é na educação cívica dos soldados que temos de concentrar as nossas esperanças. Não sei se foi acertado o dispositivo constitucional que estendeu aos sargentos do Exército e da Armada, das Forças Auxiliares nos Estados, bem como aos alunos das escolas militares de ensino superior e aos aspirantes a oficial, a prerrogativa do voto político. Eu preferiria ver esses sargentos, alunos e aspirantes ocupados no preparo cívico dos seus soldados, isto é, na tarefa de persuadi-los, por atos e palavras, ao dever de servir à Pátria com a disciplina e a lei, porque sem ambas a desordem é o mínimo que pode acontecer. Não vaticino. Em medicina, como em tudo mais, o diagnóstico é fácil. O prognóstico é que é difícil. Deus nos poupe às contrariedades de vermos mais tarde, dentro dos quartéis, cabos eleitorais distraídos com as pugnas dos partidos em agitação para vencerem nas urnas.

No Norte, talvez mais do que no Sul, os quartéis, como escolas de civismo, têm uma grande tarefa a desempenhar. Os meus conhecimentos de simples paisano não alcançam bem os motivos pelos quais as tropas federais só se concentram nas capitais nortistas. Não examino, porque não ouso discutir razões de natureza estratégica, as conveniências ou inconveniências da disseminação da tropa pelo sertão. Mas afirmo, porque a verdade está patente, que o sertão não conhece o quartel e que disso, sem dúvida, nenhum benefício resulta para os dois. O Deputado Xavier de Oliveira, aqui mesmo, numa sessão da Liga, pronunciou, há anos, uma excelente conferência, na qual esse ilustre parlamentar encarava o assunto. Não creio, como ele, acreditar que é necessário que o Exército se distribua pelo sertão para acabar com o cangaceirismo, retificando-se as aberrações do mandonismo e da politicagem. Creio, entretanto, que esse Exército é indispensável ali, como acentua o representante cearense, porque o Exército no Brasil, como na América e em todo o mundo culto, é um elemento de civilização. Temos as escolas dos regimentos. Que o sertanejo as conheça com as suas seções profissionais. Não é para que se crie o Exército do Sertão, mas para que se coloque o Exército no Sertão. Não é só o fator ordem, senão também o fator economia, o fator educação que aí estão intimamente associados. O cangaceirismo não é

causa de nenhum mal. Ele é provadamente, desgraçadamente, a consciência de muitos males reunidos. Os quartéis em diversas localidades do Nordeste, onde já há um conforto relativo, levariam aos nômades novos destinos o senso da ordem. Aumentariam a massa dos consumidores, dando, por outro lado, os exemplos do respeito à lei e da obediência às autoridades constituidas. Seriam como que nos rincões e chapadões ásperos e rudes, numes tutelares da Pátria. Seriam, enfim, escolas de cívismo.

A hora atual é de duras provações. Ameaça-nos o terror do comunismo ululante tanto mais traíçoeiro e sangrento quanto mais internacional ele se nos apresenta. Há uma mística que nos anda o tocaiar. Nunca, como neste momento, o brado do patriotismo careceu tanto de ecoar ao longe e ao largo, conjugando as energias dispersas da nossa gente, que não há de ser eternamente condenada aos sustos e aos terrores. O papel do Exército, nesse toque de sentido, é decisivo. Façam-no a força consciente da Nação que não teme o militarismo. Mas façam-no, como ele merece: com o povo e para o povo, no litoral, como nos campos, no Sul, como no Norte, a fim de que armados e desarmados se harmonizem e se congreguem para honra e glória de um Brasil livre, respeitado, tranquilo, engrandecido, próspero e feliz."



Caixa de 100 Comprimidos

DOR - GRIPE - RESFRIADOS
RODINE

a boa enfermeira



a marca de confiança



EXÉRCITO

Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

I — EXÉRCITOS AMERICANO E RUSSO

Ten-Cel HUGO ABREU

Nos EUA, o Departamento de Defesa e o Congresso estão se debatendo no problema da modernização do Exército. Os legisladores querem mais dinheiro, mas o Departamento de Defesa diz que é suficiente.

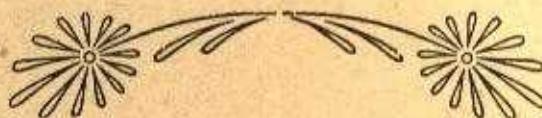
O Exército soviético vem sendo completamente modernizado e equipado desde a II Guerra Mundial. Armas e equipamento de desenho pós-guerra têm sido produzidos na quantidade necessária e estão em poder da tropa na maioria dos casos. No campo de armas modernas o Exército Americano dispõe sólamente de 1/6 de suas necessidades do novo fuzil M-14 e 1/3 de suas necessidades da metralhadora M-60 está em produção.

Abaixo apresentamos um quadro comparativo das armas Soviéticas e Americanas:

ARMA	SOVIETICA	COMPARAÇÃO	AMERICANA
Péquenas armas (armas automáticas fuzis e metralhadoras de 7.62 mm)	Em mãos da tropa	Cadência de tiro, peso e n. de cartuchos por lâmbor semelhantes	O fuzil M-14 e a metralhadora M-60 ainda não estão em mãos da tropa. A produção em quantidade começou em 1960

ARMA	SOVIÉTICA	COMPARAÇÃO	AMERICANA
Armas sem recuo	Fuzis de 107 mm em mãos da tropa	Penetração de couraça, alcance e peso semelhantes	Fuzis de 106 mm em mãos da tropa. Os Soviéticos têm muitas armas semelhantes em mãos da tropa
Carros de assalto médios	Carros T - 54 (canhão de 100 mm) em mãos da tropa	Penetração de couraça, alcance de cruzeiro e peso semelhantes	Carros M-60 (canhão de 105 mm) ainda não em mãos da tropa. A produção quantitativa começou em 1960
Carros de assalto pesados	Carro T-10 (canhão de 122 mm) em mãos da tropa	O carro Soviético é superior ao Americano em espessura da couraça, alcance de cruzeiro e peso	O carro M-103 (canhão de 120 mm) em mãos da tropa. Os Soviéticos têm um grande número de carros pesados em mãos da tropa
Lançador múltiplo de foguetes autopropulsado, com tração própria	Lançador de 240 mm, em mãos da tropa	Os EUA não têm nada comparável	Sem equivalente
Artilharia média autopropulsada	JSU-152 (152 mm) em mãos da tropa	A arma Americana deverá ser superior à Soviética em alcance, alcance de cruzeiro e peso	O T-196 (155 mm), com tração própria, ainda não está em mãos da tropa
Artilharia pesada	Obuseiro 203 mm (reforçado), em mãos da tropa	A arma americana deverá ser superior à Soviética em alcance e alcance de cruzeiro	O T-235 (175 mm autopropulsado) ainda não está em mãos da tropa
Armas de defesa aérea (2ª geração)	SA-4 (missil superfície-ar) ainda não em mãos da tropa	Características de altitude, alcance e ogiva semelhantes. O Hercules é superior	Nike-Hercules (missil superfície-em mãos da tropa)

ARMA	SOVIÉTICA	COMPARAÇÃO	AMERICANA
Foguetes de artilharia	Foguetes de 15 milhas náuticas em mãos da tropa	Alcance e precisão equivalentes	O foguete Honest John em mãos da tropa. Os Soviéticos têm maior número de foguetes de artilharia em mãos da tropa
Armas de apoio regimental (foguetes)	O foguete SCUD (SS-11) em mãos da tropa	Alcance e precisão equivalentes. A arma Soviética é superior à Americana em tempo de entrada em posição	O foguete Corporal está em mãos da tropa. Os Soviéticos têm armas semelhantes em mãos da tropa. O foguete Sergeant não está em mãos da tropa
Arma de campanha do Exército (foguete)	O foguete SS-3 em mãos da tropa	A arma Soviética tem alcance superior, a arma Americana tem maior precisão e melhor tempo de entrada em posição	Foguete Pershing ainda não em mãos da tropa
Carros blindados para transporte de pessoal	BTR-50 P em mãos da tropa	Alcance, carga útil, peso e possibilidades antifilas são equivalentes	O M-113 ainda não está em mãos da tropa. Os EUA têm o M-59 APC agora em mãos da tropa. Este veículo é superior ao Soviético



II — A INSTRUÇÃO NA CAVALARIA

COISAS QUE NÃO MUDARAM...

Excertos de um antigo Regulamento. Tradução e comentários pelo
Coronel GILBERTO PESSANHA

GENERALIDADES

1 — As prescrições do Regulamento não podem levar em conta todas as situações que possam surgir na guerra. Em consequência, todo chefe deve se habituar a adaptar o seu dispositivo, rapidamente e sem hesitações, a cada situação particular afastando-se, mesmo, das regras se isto for necessário.

2 — Todos os exercícios devem ser realizados tendo em vista a guerra, que exige a mais rigorosa ordem e disciplina, malgrado a extrema tensão de todas as forças. Fazer com que estas garantias da vitória se tornem a característica da tropa é o objetivo mais elevado da instrução.

3 — Na guerra não há senão coisas simples que se reúnem. Trata-se, então, de ensinar e aplicar coisas simples que a tropa deve estar habituada a executar com a mais completa segurança.

A tropa está instruída, segundo os bons princípios, quando é capaz de executar o que a guerra dela exige e quando, no campo de batalha, nada tem que esquecer daquilo que aprendeu no terreno de exercícios.

4 — A instrução deve avançar segundo uma progressão metódica, indo do fácil ao mais difícil. Tem por base a instrução individual, cuidadosa e consciente, do homem e do cavalo, e deve se realizar em diversos períodos que se sucederão segundo um encadeamento lógico.

5 — Do ponto de vista da "Manobra a cavalo", a parte capital da instrução é dada no Esquadrão.

6 — Juntamente com a instrução a cavalo progride a instrução de combate pela qual se desenvolvem no chefe, ao lado das qualidades que lhe permitem manobrar a sua tropa com segurança e habilidade, sobretudo, o espírito de iniciativa e o senso tático. A medida que aumenta o vulto das unidades chamadas a agir em conjunto, a instrução do Chefe de Cavalaria, tendo em vista o papel que terá de desempenhar na guerra, passa cada vez mais ao primeiro plano. O combate a pé deve ser objeto de exercícios que respondam à sua importância e que se entremiem, tanto quanto possível, com exercícios a cavalo —

método tão favorável à representação de situações semelhantes às da guerra, quanto à conservação dos animais.

7 — A prática constante de um mesmo exercício fatiga o espírito e o corpo. Por conseguinte, há necessidade de variedade no trabalho; sua natureza e duração devem, também, por um aumento progressivo, ser proporcionais às forças do homem e do animal.

8 — Quanto mais variado e, mesmo, difícil for o terreno em que se executam os exercícios, tanto mais proveitosa será a instrução.

9 — Os exercícios de unidades com efetivo de guerra são úteis para o chefe e para a tropa.

10 — Na Cavalaria a influência direta do Chefe sobre a tropa atinge a plenitude do seu valor. Sua personalidade adquire, também, uma clara importância: a tropa segue sem hesitação um cavaleiro consumado e ardoroso.

11 — A Cavalaria deve sempre procurar cumprir pela ofensiva as missões que lhe incumbem. Jamais um esquadrão deve esperar que o ataquem — ele deve ser o primeiro a carregar sobre o inimigo.

EXERCÍCIOS EM TERRENO VARIADO

1 — Desde que as circunstâncias locais o permitam, é necessário executar, frequentemente, exercícios em terreno variado tanto para cavaleiros isolados, quanto para os esquadrões e, mesmo, alas de Regimento. Não é senão quando a tropa aprendeu a transpor os acidentes do solo e os obstáculos que encontra no terreno, sem perder a coesão e conservando a andadura determinada, que ela está verdadeiramente pronta para a guerra.

2 — Na maioria dos casos deve-se realizar a passagem dos obstáculos, em vez de saltá-los, particularmente quando os cavalos estiverem fatigados.

3 — Muito particularmente, é necessário exercitar a passagem de desfiladeiros de toda natureza e em todas as formações utilizáveis, segundo-se um rápido desenvolvimento.

4 — Os exercícios devem ser dirigidos de modo que a tropa aprenda a tirar partido do terreno para se furtar às vistas e aos fogos inimigos. Imaginar, para isto, situações de combate simples e admissíveis.

5 — O Chefe deve fazer reconhecer, em tempo, a praticabilidade do terreno no qual deve executar movimentos a fim de que a tropa não seja detida por obstáculos inesperados. Os Esquadrões deverão adestrar um número suficiente de graduados e cavaleiros no reconhecimento do terreno.

6 — Patrulhas de combate devem proteger a tropa contra os ataques de surpresa e, por outro lado, trazer ao seu conhecimento outros incidentes importantes. Em caso de perigo, as unidades mais de perto ameaçadas devem ser prevenidas em primeiro lugar.

No campo de batalha, toda tropa que não estiver enquadrada por outras tropas tem necessidade de um serviço especial de segurança nos seus flancos; todas as unidades de ala enviam, independentemente de qualquer indicação, patrulhas para a segurança dos seus flancos.

INSTRUÇÃO INDIVIDUAL

1 — A instrução individual cuidadosa, do homem e do cavalo, é a base fundamental da instrução de conjunto. Não é possível compensar, inteiramente, pela manobra, a insuficiência da instrução individual. É necessário e imperioso fortalecê-la e aperfeiçoá-la, sem cessar, durante todo o período do serviço militar.

2 — Na progressão da instrução individual é necessário insistir nos seguintes pontos:

- Regularidade e constância das andaduras;
- Trabalho ao trote elevado, galope alongado e exercícios de carga;
- Conduta do cavalo em terreno variado;
- Tomada rápida e conservação de uma direção de marcha indicada;
- Montar e apear rapidamente;
- Reconhecimento, referenciamento e observação dos objetivos, particularmente na posição deitado.

3 — O trabalho exigido dos cavalos deve ser aumentado gradualmente. Os exercícios devem ser realizados conservando os cavalos em pleno vigor e aptos a serem empregados na guerra.

4 — A instrução a pé deve se limitar ao que for indispensável para a instrução do homem isolado, ao fortalecimento da disciplina, bem como às necessidades dos serviços de guarnição e paradas. O fim capital da instrução a pé é tornar o cavaleiro apto ao combate com a arma de fogo. O cavaleiro deverá estar inteiramente convencido de que, empregando corretamente a sua arma de fogo, poderá bater-se com qualquer inimigo em qualquer situação.

O atirador deve subordinar todas as considerações relativas à sua própria segurança à necessidade de realizar um tiro eficaz e, em consequência, adaptar sua posição à coberta de que dispõe de maneira a não perder o inimigo de vista.

5 — É necessário emprestar importância particular à instrução aprofundada dos Cabos, Sargentos e Comandantes de Pelotão. Os Tenentes mais antigos devem estar em condições de comandar o Esquadrão; os Sargentos antigos deverão ser capazes de comandar o Pelotão e os cabos em condições de comandar os grupos. Freqüentemente deve-se fazer a substituição dos Chefes que estiverem faltando (realmente ou por hipótese).

6 — Na instrução, é necessidade fundamental ir-se ao fundo antes de cuidar-se da forma. Uma instrução individual meticolosa é a única garantia do bom rendimento da tropa no combate.

7 — A instrução do comandante de Grupo reclama um cuidado todo particular. Ele é um auxiliar do comandante do Pelotão e, ao mesmo tempo, Chefe independente e responsável pelo seu grupo.

INSTRUÇÃO COLETIVA

1 — O Chefe deve ser posto em condições de se exercitar no emprego da unidade que comanda, em situações que se aproximem das de guerra. Deve adquirir conhecimentos aprofundados dos processos e dispositivos que o permitam realizar a potência máxima no combate, empregando todos os meios ao seu dispor em tempo curto e como um conjunto completo, com o máximo de rendimento. Como o sucesso da cooperação entre as diversas unidades depende do senso tático e da iniciativa dos Chefes subordinados, a organização dos exercícios deve, também, ter em vista a instrução desses Chefes. Nas unidades de organização recente, será necessário criar, antes de mais nada, por meio de exercícios apropriados, o entendimento entre os Chefes e seus subordinados.

2 — A instrução de conjunto tem por base uma instrução individual perfeita e cuidadosa. Os exercícios devem tender para o desenvolvimento da audácia, do espírito de iniciativa e de empreendimento e devem animar a tropa de um vigoroso espírito cavaleiro. A firme vontade de atingir o objetivo, o sentimento do dever que impõe a realizar o máximo, mesmo quando não se está sendo observado nem vigiado, são as bases da superioridade no combate.

3 — A abertura do fogo depende, antes de tudo, da situação de combate. Em princípio, ele não é aberto senão quando se está seguro da sua eficácia, ou, então, quando não se pode, sem o seu auxílio, continuar a se aproximar do inimigo sem sofrer muitas baixas. A abertura prematura do fogo denota falta de calma e de confiança. O consumo de munição que disso resulta, sem a vantagem correspondente, é um dispêndio de forças sem utilidade, e por isso, prejudicial; por outro lado, a falta de eficiácia do fogo aumenta a confiança do adversário.

4 — A escolha do objetivo é motivada por sua importância tática. Mudanças freqüentes de objetivo desorganizam a força.

5 — Os exercícios devem ser combinados de modo a se sucederem sem percursos inúteis. Se houver tempo, a missão a cumprir e a situação simulada de combate devem ser levadas ao conhecimento não apenas dos Chefes subordinados, como também, da tropa.

6 — É instrutivo, para todo Chefe, encarregar-se de missões.

O COMBATE

1 — Graças aos seus diversos modos de emprego, a Cavalaria pode operar, independentemente, em quase todas circunstâncias da guerra.

2 — Atacando o flanco e a retaguarda do inimigo é que se atinge o seu ponto mais sensível. Sómente a ameaça de um tal ataque já paralisa as tropas adversárias. A cavalaria não deve se contentar em ameaçar.

3 — A surpresa encerra a própria essência da Cavalaria e aumenta as suas probabilidades de sucesso, juntando a impressão moral ao efeito material das armas.

4 — As características particulares do combate de cavalaria, seu desenvolvimento rápido e mudanças súbitas de situação, reclamam do Chefe qualidades especiais. Ele deve ser caracterizado por um treinamento cavaleiro vigoroso, uma visão aguda, um golpe de vista seguro, uma decisão pronta e uma vontade firme, com o dom de traduzir suas concepções em ordens breves e claras. Ele tem necessidade tanto de sangue frio e calma para aguardar o momento propício, como de audácia vigorosa para engajar, sem hesitação, todas as suas forças, quando o tempo para pesar as probabilidades tiver passado.

Inteira liberdade de ação deve ser dada ao chefe no emprêgo da sua tropa, na exceção das ordens do escalão superior. Feliz pela responsabilidade que lhe incumbe, ele não deve, jamais, esperar por ordens mas, ao contrário, deve aproveitar-se de todas as ocasiões para intervir. Nos casos duvidosos, que ele aja segundo o princípio de que a inação e a perda de tempo são faltas mais graves do que um erro na escolha dos meios.

É necessário evitar perdas inúteis e prematuras à tropa. Ela não deve, entretanto, ser mantida à retaguarda, fora da zona de fogo, a uma distância tal que sua intervenção, em tempo útil, no combate, possa ser comprometida.

Para apoiar eficazmente as outras armas ou poder combatê-las o Chefe de Cavalaria deve conhecer as suas características e seus processos de combate.

A iniciativa é a primeira das virtudes do chefe; a concentração de forças um meio seguro de obter a vitória.

5 — Antes e durante o combate, é necessário se esforçar, por todos os meios, para reconhecer o que se passa com o inimigo, estar constantemente alertado dos seus movimentos e de outras disposições que ele possa tomar. Todavia, o reconhecimento insuficiente da situação do inimigo não deve, jamais impedir que se renuncie a iniciativa.

6 — Sómente uma tropa que disponha de animais bem adestrados e mantidos em bom estado de tratamento e de força pode suportar todas as exigências do combate de cavalaria.

7 — O número nada decide por si só; a modalidade da cavalaria e a habilidade de seu chefe podem duplicar a sua potência.

O papel do chefe consiste em dar o golpe decisivo no ponto e no momento precisos. Dá-se um grande passo para a vitória se se consegue condicionar a atitude do adversário e dar-lhe a desvantagem da defensiva.

8 — Quanto mais se consegue surpreender o inimigo e, em seguida, evitar seus contra-ataques, tanto mais considerável é o sucesso. Utilizando habilmente o terreno para dissimular os movimentos de aproximação, perturbando a ação das patrulhas inimigas, aliando uma de-

cisão rápida à velocidade da marcha será, muitas vezes, possível atacar de surpresa.

9 — O engajamento progressivo da tropa e a sucessão de esforços não se coadunam com a natureza do combate da cavalaria. É necessário, portanto, engajar desde o inicio as forças que se julguem suficientes para atingir o objetivo. E não mais! Nenhum elemento deve se lançar no vácuo. Por outro lado, será erro travar combate com forças insuficientes e deixar o inimigo obter as primeiras vantagens. A ruptura dos laimes táticos (que é necessário, sem dúvida, considerar sempre como um inconveniente), em certos casos não pode ser evitada.

10 — A experiência ensina que, no combate de cavalaria, a última fração deixada à mão pode trazer o sucesso àquele que dela dispõe. Uma reserva oferece ao chefe de cavalaria, mesmo após ter engajado a maioria de suas forças, a possibilidade de exercer sua influência no curso do combate e obter a vitória pela entrada em ação de tropas repousadas no ponto decisivo. Ao mesmo tempo, ela dá meios para sustar o perigo que pode resultar de uma frente muito extensa.

11 — Se o ataque de flanco é, na maioria dos casos, o mais favorável, por outro lado, os nossos próprios flancos estarão quase sempre ameaçados. O Escalonamento é um meio eficaz de contornar esse perigo.

12 — Quando o ataque principal é dirigido contra o flanco inimigo, quase sempre é necessário realizar, ao mesmo tempo, um ataque frontal para atrair sua atenção e desviar o fogo sobre o ataque principal. O objetivo do combate será mais facilmente atingido se a cavalaria conseguir iludir o inimigo sobre a sua força e sobre a natureza da arma que o enfrenta.

13 — As medidas preparatórias tem uma importância particular para o sucesso do ataque. Enquanto a tropa repousa, a coberto, o chefe reconhece, com seus subordinados, a posição inimiga e o terreno de ataque. Quando tiver fixado o objetivo e a direção de ataque, ele desloca a tropa, abrigada, para a posição de onde quer partir para a tomada do dispositivo. Essa tomada de dispositivo é, ainda, se possível, executada a cavalo. Entremeltes, procede-se a um reconhecimento mais completo da posição inimiga.

14 — A ordem de ataque não deve ser dada senão depois de um exame minucioso da situação. Ela deve assegurar a ação concorrente de todas as unidades. O terreno onde a tropa vai se desenvolver e os objetivos de ataque são repartidos entre as frações que vão ser empregadas. Se for necessário, fixa-se o local onde a reserva a pé toma posição. Designam-se os locais para os cavalos de mão, de acordo com as necessidades. Em princípio, conserva-se uma reserva a cavalo. A reserva a cavalo continua a exploração do êxito no combate e, quando pode ser conciliado com a missão recebida, atua nos flancos do inimigo.

15 — O ataque consiste em fazer avançar o fogo contra o inimigo, até curta distância, se necessário; ele termina pelo assalto, que con-

firma a vitória sobre o adversário. O espírito de ofensiva da cavalaria deve se manifestar por uma impulsão irresistível para frente. Os oficiais e graduados dão o exemplo e impulsionam, sem cessar, os seus homens.

Os atiradores se aproximam o mais possível do inimigo antes de abrir fogo. Mesmo num terreno sem abrigos, é necessário se esforçar para não iniciar o combate pelo fogo senão a distâncias médias. A amplitude dos lanços é regulada pelo terreno e pelo fogo inimigo. Entre os lanços sucessivos executa-se um fogo sempre calmo e bem ajustado.

16 — Na defensiva, pode-se agir retardando o movimento do inimigo, ocupando linhas do terreno ou localidades até a chegada da infantaria, vigiar os movimentos do inimigo ou guardar determinadas regiões. Pelo emprêgo judicioso das suas armas de fogo o defensor pode ter uma grande potência sem ter necessidade de empregar senão efetivos relativamente pouco consideráveis. Sua fraqueza reside nos flancos.

A primeira condição para uma boa posição defensiva é ter um bom campo de tiro descoberto. A capacidade de resistência fica sensivelmente aumentada se os flancos estiverem sólidamente apoiados. Não é necessária uma ocupação contínua da posição. A defesa por grupos é a regra; ela oferece a possibilidade de escolher pontos do terreno mais favoráveis, de iludir o inimigo sobre as fôrças que se lhe opõem e o obriga a desenvolver-se numa frente extensa.

Quando se tem tempo e meios, pode-se reforçar a posição. Na maioria dos casos, deve-se limitar as medidas mais simples tais como a organização de apoios para as armas, barricadas e abrigos individuais. Os trabalhos mais difíceis são entregues aos sapadores.

Se o combate não tem por objetivo senão ganhar tempo, todas as medidas destinadas a iludir o adversário têm uma grande importância. Neste caso, deve-se preparar com cuidado a ruptura do combate, em tempo útil.

A ruptura do combate se efetua tanto mais facilmente quanto melhor se consegue limitar suas ações e torna-se tanto mais difícil quanto mais profundo seja o engajamento das tropas empenhadas. Ela é influenciada, igualmente, pelo grau de mobilidade dos cavalos de mão e pela posição que eles ocupam. O defensor não terá possibilidades de abandonar a posição, sob o fogo eficaz executado a distâncias aproximadas, se o retraimento não for coberto por um terreno favorável ou se ele não se efetuar sob a proteção de outras frações que intervenham no combate.

O combate em retirada tem necessidade de uma direção enérgica. O chefe deve manter sua tropa "na mão"; indica a direção-geral de retraimento, designa as unidades encarregadas de cobri-lo e organiza, eventualmente, a ocupação de posições de acolhimento.

17 — Após um combate vitorioso, uma perseguição enérgica é indispensável para recolher os frutos do sucesso. Deve-se consagrar a ela todas as fôrças disponíveis e empregar o último alento dos homens

e dos cavalos, até que se consiga, se fôr possível, desmoralizar completamente o inimigo. Esta missão incumbe, muito especialmente, à Cavalaria. Quando o comando sente que o combate se aproxima do seu término, faz aproximar todas as unidades de cavalaria disponíveis para tê-las à mão, prontas para engajar-se na nova missão.

18 — Os princípios gerais aqui contidos não podem dar senão uma visão de conjunto no que se refere à conduta do combate. É impossível estabelecer regras imutáveis. Compete ao chefe a quem pertence a tropa empregá-la como julgue necessário para obter a vitória.

"Há poucos princípios absolutos; mas, éles existem. "Marechal BU-GEAUD.

O que acabamos de ler foi retirado do Regulamento para os Exercícios de Cavalaria, Alemanha, de 3 de abril de 1909, na sua tradução francesa do mesmo ano. Poucos comentários teríamos a fazer, tão simples, tão verdadeiros e tão atuais são os ensinamentos transcritos. Arma dos isolados (indivíduos e frações), das grandes frentes e dos "espaços livres" a Cavalaria — apesar das transformações por que tem passado continua a observar os mesmos princípios e as mesmas atitudes que a conduziram à Glória no cumprimento das missões, no passado.

Todavia, pareceu-nos interessante respigar certos pontos, em virtude da atualidade dos conceitos existentes naquele velho Regulamento. Assim, já naquela época, tendo em vista a instrução, a formação e o emprêgo dos Chefes e da tropa de Cavalaria, preconizava-se:

— A preocupação da simplicidade na instrução e da Objetividade dos exercícios; o valor da instrução individual — base de toda a instrução e do emprêgo da tropa; a prática de situações verossímeis e tanto quanto possível, reais, ligando-se, sem solução de continuidade, a instrução a cavalo à instrução a pé e vice-versa; finalmente, a aplicação de princípios pedagógicos hoje correntes, mas nem sempre aplicados.

— O espírito de iniciativa dentro da missão recebida; a injetabilidade da inação ante a falta de ordens; a audácia fria e calculada aliada a uma calma ponderada; o valor e a influência do Chefe de Cavalaria e o poder das ligações morais entre comandantes e comandados.

— A mobilidade e a rapidez como fatores da surpresa; a coordenação dos esforços e uma justa repartição de meios, nos pontos decisivos para obtenção da potência e de uma decisão rápida.

— A mística da ofensiva, como modo de ação principal da Arma sem desprezar as demais atitudes; a preocupação da manobra, particularmente sobre os flancos do adversário; a defesa nucleada, como meio de melhor e mais eficazmente aproveitar o terreno e iludir o inimigo sobre os efetivos empenhados.

— A preparação cuidadosa de todas as ações.

Quando o "perfume da gasolina" parece inebriar os ex-lanceiros de Osório, é interessante relembrar um pouco da "poesia prática", velha, mas sempre atual, que indica o rumo e mantém as tradições da Arma.



Seção
do CANDIDATO à



Coordenador: Major GERMANO SEIDL VIDAL

S U M A R I O

I — CAMPANHAS DE INCENTIVO AO CANDIDATO

Maj GERMANO SEIDL VIDAL.

II — INVASÕES FRANCESAS E HOLANDESAS NO BRASIL

Luta contra êsses invasores e a sua influência na formação do espírito nacionalista brasileiro (1^a Parte) — Cel RAIMUNDO TELES PINHEIRO.

III — SOLUÇÃO DE QUESTÕES

Escolhidas entre as de Geografia propostas no número anterior.

IV — SOLUÇÃO DE PROVAS DO CONCURSO DE 1959

Conhecimentos Militares comuns — Continuação do n. anterior



I — CAMPANHAS DE INCENTIVO AO CANDIDATO

Iniciativa das mais louváveis tem propiciado inestimável auxílio aos oficiais candidatos à ECEME. São Campanhas, cognominadas, na glosa militar, como de "Ajuda teu irmão" e a cargo de grupos, constituídos no seio das Armas, de alunos daquela Escola.

Esse trabalho, de abnegação e altruísmo, é uma das provas mais positivas de sadia camaradagem, alicerçada em lustros de convivência na vida militar. Os mentores dessa Campanha, visando incentivar e auxiliar os companheiros da respectiva Arma para a prestação do exame de admissão à Escola em tela, mantêm atualizado o cadastro de oficiais ainda não cursados e com êles estabelecem correspondência. Por esse modo, sabendo do desejo do oficial de candidatar-se, remetem "pontos" do Concurso, servem de intermediários para assinatura de jornais e revistas, obtêm livros, respondem a indagações e dão inúmeras outras informações. Tudo isso fazem, sem qualquer remuneração material, sendo, eles próprios, os financiadores de todas as despesas.

A Agremiação Osório, que zela pelo aprimoramento dos quadros de Cavalaria, está organizada com Regulamento e tudo... Ela possui acervo de expressivas vitórias, pois iniciou suas atividades após 1957 — ano em que se diplomaram pela ECEME sómente cinco cavalarianos — e, atualmente, são sessenta cavalarianos que se acham matriculados na Escola, continuando intensa a Campanha...

A "Seção do Candidato à ECEME" registra o desenvolvimento de tão nobilitantes Campanhas, fazendo notar:

- suas efusivas congratulações aos que, sob seus ombros, levam a cabo essa magnífica tarefa;
- o oferecimento das páginas de **A DEFESA NACIONAL** para a divulgação de todo e qualquer contribuição desses Grupos e Agremiações;
- o nome e endereço dos responsáveis pelas mesmas, no momento:

Art Maj Marino Freire Dantas;

Cav Maj Carlos Martin Seidl;

Eng Maj Athos Cezar Baptista Teixeira;

Inf Maj Joaquim de Quadros Magalhães.

Enderéço: ECENE — Praça Gen Tibúrcio, Praia Vermelha — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Muitos oficiais que serviram nás Guardiões do Interior, às voltas com ponderáveis problemas particulares e as naturais dificuldades de acesso às boas fontes de consulta, tiveram oportunidade feliz de matricular-se na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, graças a esse desvelo de seus companheiros. Mas, ainda, é oportuno lembrar, o lucro maior coube ao Exército, que vê, dia a dia, ampliados seus quadros de Estado-Maior com oficiais experientes e de alto gabarito intelectual e moral, provindos de todas as Armas e Serviços... Essa é a grande vitória! Não estará ela a indicar um novo caminho para o preparo dos candidatos à ECENE?

Major G. Vidal, Coordenador



II — INVASÕES FRANCESAS E HOLANDESAS NO BRASIL

Lutas contra êsses invasores e a sua influência na
formação do espírito nacionalista brasileiro

Coronel RAIMUNDO TELES PINHEIRO

Palestra pronunciada no 23º BC, em Fortaleza, para os candidatos ao Concurso à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 17 de setembro de 1952, e, posteriormente, nos: Grupamento-Escolas da Polícia Militar do Ceará, C.P.O.R. de Fortaleza, Escola Preparatória de Fortaleza e Quartel-General da 10ª R.M. Serviu de base à compilação deste trabalho, particularmente, a documentação citada na Bibliografia.

1ª PARTE

1 — Antecedentes

Com o ciclo da navegação e as consequentes descobertas, tomou grande incremento o comércio de PORTUGAL com as INDIAS, e a LISBOA iam ter as especiarias, o âmbar e outros produtos, que eram distribuídos para os países do Norte pelos holandeses e alemães, que àquela cidade, principalmente os primeiros, conduziam madeiras e produtos manufaturados. Era intensíssimo o comércio entre as duas nações, e as sumacas e outras embarcações holandesas chegaram, até mesmo, a vir ao BRASIL, onde, algum tempo após o descobrimento, era permitido, observadas determinadas condições, mesmo a fixação de estrangeiros. Isso porque PORTUGAL desejava povoar e colonizar a sua nova e vasta descoberta, embora a sua pequeníssima população e o desmedido interesse despertado pelas especiarias da Índia, em detrimento do diminuto, ou quase nenhum interesse pelo BRASIL, onde além do pau-de-tinta e pouco mais, nenhuma riqueza era conhecida.

Com a "Reforma", Lutero e Calvino, a EUROPA foi assolada por tremendas lutas e perseguições religiosas; Felipe II da ESPANHA, arvorado paladino da Religião Católica, fez guerra aos países protestantes, notadamente à HOLANDA, que sangrava defendendo a sua independência e liberdade religiosa. Por outro lado, os demais países europeus não

concebiam que coubesse só aos países descobridores direitos absolutos sobre as novas terras descobertas ou a descobrir.

E a cobiça às riquezas surgidas aquém Atlântico, particularmente nas possessões espanholas, desencadeou o corso nos mares e a pilhagem dos navios abarrotados de ouro e prata, que, especialmente do PERU e MEXICO, navegavam para os portos espanhóis. Impôs-se, então, o desenvolvimento das marinhas da HOLANDA, ALEMANHA e INGLATERRA.

O BRASIL, de certo modo abandonado nos primeiros 20 anos após o descobrimento, em que — podemos afirmar sem exagero — só houve reconhecimentos geográficos que determinaram o seu imenso contorno, foi palco da insaciável pirataria universal, notadamente de especuladores franceses, alemães e judeus, que estabeleceram o tráfico do pau-brasil. E que à corte de D. Manuel só preocupavam os produtos lucrativos do Oriente, e à terra brasileira se fixavam, tão-somente, aventureiros audazes e degredados.

Em fins desse reinado, em face da pirataria dos traficantes, prejudicando o monopólio da coroa, impunha-se colonizar ou perder a nova terra, e passaram os portuguêses a cuidar mais dela.

No trono D. João III (1521-1557), apelou-se para o sistema das Capitanias Hereditárias e foram criadas 12, com o objetivo de colonizá-la de qualquer forma.

Faltando-lhe, porém, a unidade e o interesse comum, foram suprimidas, 16 anos após, as excessivas franquias e ficaram subordinadas a um governo-geral, com sede na BAHIA. Os interesses se voltavam do Oriente para o Ocidente.

No fim do século XVI, o Rei D. Sebastião pereceu com a fina flor da nobreza portuguesa nos campos de Alcácer-Quibir e o seu sucessor, o Cardeal D. Henrique, velho, fraco e alquebrado, de tal forma se conduziu, que, após sua morte, a coroa passou à cabeça de Filipe II da ESPANHA.

D. Antônio, prior do Crato, pretendente ao trono português, procurou o apoio da FRANÇA e assinou, com Catarina de Médicis, um contrato, pelo qual ela se comprometia a fornecer uma esquadra, 12.000 homens, armas e munições, em troca, simples e apenasmemente — pasmem todos! — da entrega do vasto e cobiçado BRASIL!

Fracassado o empreendimento, submeteu-se PORTUGAL ao trono da ESPANHA, e, para o BRASIL, cujos habitantes já se haviam acostumado a bastar-se a si mesmos nas lutas contra corsários, flibusteiros e índios, criou-se o seguinte quadro:

- transformou-se em reduto do sentimento português, decorrendo uma intensa corrente migratória calculada em mais de 100.000 almas;
- sofreu as consequências dos ódios e lutas da HOLANDA e outros países com a ESPANHA;
- extinguiram-se as questões de domínio e de fronteira entre colônias portuguêses e espanholas;



Cópia do LIV. Dr. Antônio Cesar Rodrigues.

S. Sec. EME/MS/22/9/60

1 — Paz de Iperoig, fruto do sacrifício de dois abnegados pela causa
brasileira: NOBREGA e ANCHIETA

— estabeleceu-se a liberdade de comércio com todas as colônias espanholas.

Dêsse modo, no primeiro quartel do XVII século, está o BRASIL senhor de mais de 800 léguas de costa — da barra de Paranaguá à foz do Ponteij — conquista prodigiosa para o tempo e para o punhado de titãs que as conseguira, lutando incessantemente contra corsários e, sobretudo, contra a natureza selvagem e fantástica.

Como decorrência natural dêsse ambiente de lutas gigantescas contra tantos e tão perigosos inimigos, surgiu imperiosa a necessidade, para o conquistador e povoador, de estreitar os laços de união e cooperação com seus semelhantes, parentes, auxiliares, subordinados, escravos e vizinhos resultando o estabelecimento, ao longo da costa conquistada, graças ao poderoso auxílio da religião católica e do índio aliado, de uma sólida, firme, oportunamente e perfeita coesão, cujas raízes estavam na própria terra

Se no XVI século a missão fôra conquistar a costa lentamente e povoá-la com a imigração e a miscigenação diminutas, no seguinte seria povoá-la em larga escala e, aproveitando o domínio espanhol, conquistar terras e mais terras, fixando os mais amplos limites para o BRASIL, além, muito além do famigerado meridiano de TORDESILHAS. E, consequentemente, defendê-lo a todo transe, tanto que, pelo seu profundo e sugestivo trabalho nas mais dispares atividades, já se ia modelando uma "facies" peculiar na sociedade colonial que se esboçava.

Quase com os próprios recursos, com o trabalho ingente dos seus habitantes, a colônia erigira fortificações pela costa, protegendo os seus fogos, a sua gente, as suas culturas e o seu comércio; com esforço incomum e tenacidade rara, conseguira estabelecer a monocultura latifundiária com os seus engenhos e "casas grandes", no Norte, e criar uma indústria de construção naval, enchendo os seus portos de embarcações de vários tipos.

Embora e apesar da fragilidade das estatísticas e de informações fidedignas, encontramos no BRASIL desse primeiro quartel do referido século:

- uma população da ordem de 250.000 almas, distribuídas por PERNAMBUCO, BAHIA, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO e SÃO VICENTE;
- no Norte, a criação e o desenvolvimento do ciclo do açúcar, com o amontoamento de riquezas, elevando ao mais alto grau o comércio e o luxo (registravam-se 366 engenhos, a maioria em PERNAMBUCO, e a exportação de 120 toneladas de açúcar, importante para a época);
- no Sul, o surgimento do bandeirismo épico, fantástico, da conquista dos sertões longinquos, para delimitá-lo em toda a sua grandeza.

Esse, o Brasil que suportou o impacto das principais invasões.

2 — Causas

Conquistando a sua Pátria ao mar e "passando a viver no mar e do mar", tornaram-se os holandeses navegadores mercantes ousados e corsários temíveis. E o mesmo destino que a posição marítima no litoral europeu assegurava a PORTUGAL, caberia à HOLANDA, possuidora de um "instinto de comércio igualmente inteligente e desenvolvido".

Pretendendo portuguêses e espanhóis ter aberto o Oriente, fechado pelos turcos, ao Ocidente e ao mundo, estabeleceram o monopólio do comércio. E os governos europeus o reconheciham, por impotência, muito embora auxiliassem, secretamente, as tentativas contra aquêle antipático, porém ambicionado privilégio.

Nasceu, então, a luta renhida que franceses, ingleses e, sobretudo, holandeses, pela pirataria e corso, fizeram aos privilegiados, para a conquista da liberdade de comércio. E, para tanto, impunha-se a organização de poder naval que superaria o dos rivais.

Por outro lado, consequência das lutas religiosas decorrentes da "reforma", povos oprimidos por perseguições constantes aspiravam fugir, à procura de alívio em novas terras.

Além de tudo, anexada a Coroa Portuguesa à Espanhola, e sendo esta inimiga e achando-se em beligerância com a HOLANDA, natural seria que esse estado se refletisse ou repercutisse nas colônias daquelas.

E, resumindo, temos as causas primordiais das principais invasões ao BRASIL-Colônia:

- reação contra o monopólio;
- guerra entre a HOLANDA e a ESPANHA;
- necessidade de bases aquém-Atlântico, por forma a permitirem o apresamento das riquezas carreadas para os cofres espanhóis;
- fuga às perseguições religiosas e busca de asilo e refúgio;
- cobiga às riquezas já conhecidas e às prováveis, e desejo à posse da terra, privilégio exclusivo, até então, de PORTUGAL e ESPANHA.

3 — Principais invasões

A — Francesas:

a) No Rio:

Nicolau Durand de Villegagnon, por experiência de suas viagens anteriores, julgava ser de grande interesse para a FRANÇA a posse do RIO DE JANEIRO, já iniciada por vários franceses. E poderia favorecê-lo o rei, considerando a guerra surda de reclamações e protestos de PORTUGAL à FRANÇA, contra piratas bretões e normandos que salteavam a GUINÉ e o BRASIL.

E, por intermédio do Almirante Coligny, foi, de fato, favorecido, conseguindo dois navios de guerra e um transporte para a expedição, composta de calvinistas, colonos e aventureiros.

Zarpando do HAVRE, aportou ao RIO em novembro de 1555, no pequeno ilhéu da Laje, de onde, com os seus 80 colonos, se transferiu para a ilha de SEREGIPE, atual VILLEGAGNON, entrincheirou-se nos pequenos montes vizinhos e construiu o forte COLIGNY.

No ano seguinte, recebeu a pequena feitoria francesa cerca de 300 colonos, que se espalharam pela ilha de PARANAPUA, atual GOVERNADOR, e margem ocidental da baía, fazendo grandes e florescentes plantações. (Trouxe-os a esquadra de Bois-le-Comte, sobrinho de VILLEGAGNON).

A colonização sábiamente iniciada, e que deveria constituir o asilo do protestantismo francês, foi perturbada pela discórdia, conduzindo VILLEGAGNON a reembocar para a FRANÇA alguns calvinistas, regressando ele próprio em 1559, à procura de meios para conquistar o BRASIL aos portuguêses. Nada conseguindo, por lá ficou, deixando a colónia francesa ao acaso e ao seu próprio destino. Trágico destino...

Era, ao tempo, governador-geral do BRASIL Duarte da Costa, que, por dificuldades várias (desentendimentos com o bispo, lutas contra os índios em várias Capitanias e falta de recursos), não os pôde molestar.

Assumindo Mem de Sá o governo-geral, em 1557, e tendo recebido um reforço de naus que pedira a PORTUGAL, decidiu expelir os franceses fortificados no RIO, o que realizou em 1560, investindo-os, derrotando-os, fazendo prisioneiros e destruindo as fortificações de SERIGIPE. Essa vitória, porém, não foi decisiva: a maioria dos vencidos havia desbandado e tinha-se internado pela floresta, voltando ao litoral logo que Mem de Sá regressou à Bahia.

Impulsionado a fundar, como núcleo de resistência à pirataria, uma cidade; e logo Estácio de Sá, próximo ao PÃO DE AÇUCAR, na PRAIA VERMELHA, onde se fortificou e donde escaramuçava com os franceses e índios, seus aliados, sem outros resultados que reciprocas perdas inúteis (1).

Contenteado dessa situação, embarcou Mem de Sá na BAHIA, na esquadra de Cristóvão de Barros, demandou o Sul, reuniu no Espírito Santo numerosos índios sob o comando do bravo Araribóia, aos quais juntou reforços de outros índios e embarcações em SÃO VICENTE, aprouvou para o Rio, investiu e derrotou decisivamente os franceses no ano de 1557, quando foi transferida para o MORRO DO CASTELO, ou realmente fundada, aos 20 de janeiro, a cidade de SAO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO.

Araribóia, batizado com o nome de Martim Afonso, não voltou ao ESPÍRITO SANTO, fixou-se com os seus companheiros na PRAIA GRANDE e fundou a atual NITERÓI (2).

b) No Maranhão:

Desiludidos da FRANÇA ANTÁRTICA — no RIO —, mas não do BRASIL, cujo domínio português jamais reconheceram, planejaram os franceses fundar a FRANÇA EQUATORIAL.

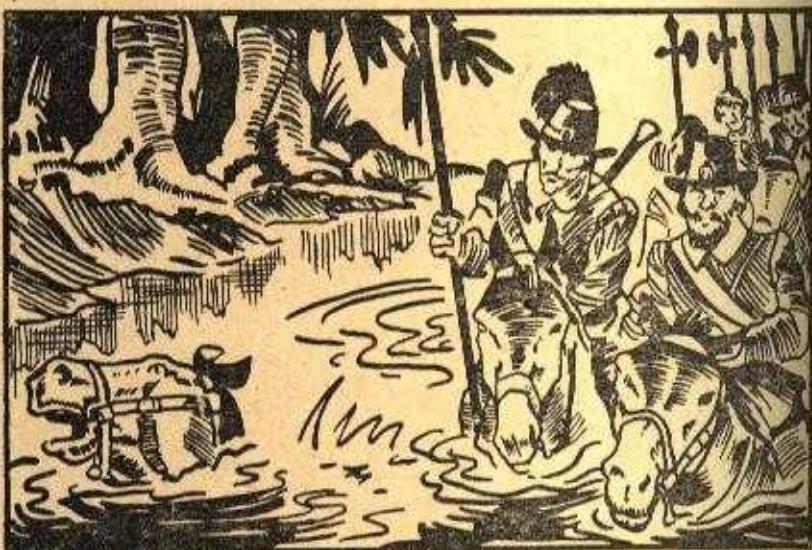
Em 1594, os armadores Jacques Riffault e Charles des Vaux fixaram-se na ILHA DO MARANHAO, apoiados pela indiada, como já acontecera com os seus compatriotas no Sul, e patrocinados pela corte de Henrique IV, que antevia no cometimento o ensejo de domínio no futuro.

Em 1612, uma expedição sob o comando de La Ravardiére agrouvou-se à primeira e, conjuntamente, fundaram a cidade de SÃO LUIS, com colonos católicos e protestantes.

Em 1613, considerando o progresso daquela colônia, Jerônimo de Albuquerque, partindo de PERNAMBUCO, agregando às suas forças

(1) Em 1563, o despreendimento e abnegação intumora de Nóbrega e Anchieta conseguiram extinguir a "Confederação dos Tambores", estimulada pelos franceses — e que tanto ameaçara a colonização lusa — no famoso ato que passou à História com a denominação de PAZ DE IPEROIG.

(2) ARARIBÓIA, chefe dos índios guerreiros Temimós, é personalidade histórica que simboliza caracteristicamente a bravura e a lealdade do autóctone Brasileiro. Fundou a aldeia de São Lourenço, origem da atual cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro.



Cópia do Arqg. Des. CESAR / Sd. Sec. EMAE - 10/03 - 20/7/1960

2 — Flamengos invasores transponde um banhado

Martim Soares Moreno — colonizador do CEARÁ — e índios amigos, aproximou-se dos invasores, fundou o FORTÉ DE CAMUCIM, e determinou ao "guerreiro branco" o reconhecimento, por mar, do litoral maranhense.

Atirado às ANTILHAS por um temporal, Soares Moreno não pôde cumprir a missão (a não ser da EUROPA, de onde, muito depois, mandou informações ao governador no RECIFE), e Albuquerque decidiu recravar para o lugar JERIQUAQUARA, onde fundou a povoação de NOSSA SENHORA DO ROSARIO, e recolheu-se a PERNAMBUCO, permanecendo os adversários entreolhando-se indecisos, à distância.

No ano seguinte, Jerônimo de Albuquerque, tomando a iniciativa, desembarcou com 500 homens em GUAXENDUBA — atual ICATU — e dai conseguiu derrotar os franceses, que acharam por bem assinar a paz, enquanto acordaram em enviar mensageiros às cortes de FRANÇA e ESPANHA, para decidirem a quem caberia a posse da terra litigiosa.

Nesse interim, Alexandre de Moura, de patente superior à de Jerônimo de Albuquerque, chegando com Soares Moreno e grandes socorros de combatentes e armas, violou a paz, deu combate aos franceses, bateu-os facilmente, obrigou-os à capitulação e à retirada para a Pátria, tratando-os, no entanto, com grande dignidade.

Foi ocupado definitivamente o pôrto de SAO LUIS e, como ato de feliz previsão, determinou o governo a fundação e colonização do PARA,

em 1616, por Caldeira Castelo Branco (3). Estenderam-se para o extremo Norte os núcleos de colonização portuguesa e, em 1621, foi criado o Estado do Maranhão, compreendendo êste e os territórios do CEARÁ, PIAUÍ e PARÁ.

c) Novamente no Rio:

No fim do século XVII e começos do XVIII, sangrava a EUROPA com a chamada guerra de sucessão da coroa espanhola, com repercussão na colônia de aquém-mar, em que se verificaram agressões e represálias dos franceses, por Des Gennes em 1695, na ilha GRANDE, e Duclerc em 1705, em PERNAMBUCO, que saquearam povoações e apresaram navios.

Ainda Duclerc, em 1710, surgiu no RIO a 16 de agosto com uma flotilha de 8 navios, simulou desembarque e, encontrando resistência, foi desembarcar 1.000 homens em GUARATIBA, os quais marcharam por terra durante 7 dias e penetraram na cidade, graças à incúria do governador Castro Moraes, que não foi batê-los em pontos propícios, em terreno completamente desconhecido dos invasores.

No coração da cidade, a bravura de Bento do Amaral Gurgel, do mestre-de-campo Gregório de Moraes, de Frei Francisco de Meneses, da Companhia de Estudantes e de outros elementos da população, constituiu a resistência, e os franceses, já encerrados num trapiche, entre o fogo aíverso e o mar, muito dizimados e sem esperanças da volta da esquadra, renderam-se. E foram vítimas do furor e das vinganças da canilha de rea, ocorrendo o morticínio de centenas de homens após a rendição. Dois dias após a catástrofe, surgiu a esquadra de Duclerc, que foi aprisionado e, seis meses depois, embora houvesse conquistado a simpatia da sociedade, amanheceu assassinado no leito. O crime foi atribuído a dois embuçados.

A FRANÇA encerrou-se com tamanho e injusto morticínio e decidiu vingar a ofensa. E deu tal missão ao hábil, já experimentado e glorioso oficial René Du Gay Trouin, que surgiu na baía de GUANABARA aos 12 de setembro de 1711, com 16 naus da Marinha Real e 4 particulares. E, embora as fortalezas e trincheiras da cidade e uma frota portuguesa de 4 naus e 2 fragatas, através dos fogos, assenhoreou-se do porto e da ilha das COBRAS, que não foi defendida; combateu de 16 a 19 de setembro e, percebendo a fraqueza dos defensores, intimou-os à rendição, exigindo a punição dos assassinos de Duclerc e a satisfação das antigas ofensas contra os prisioneiros trucidados desumanamente. O governador Castro Moraes repeliu a intimação, mas, sem aguardar os reforços solicitados a MINAS GERAIS, fugiu para IGUAÇU. Estabeleceu-se o pânico e a cidade se rendeu e foi saqueada. Du Gay Trouin, com grande e elevado brilho, conseguiu restabelecer a ordem e exigiu

(3) Foi, inicialmente, indicado para o desempenho dessa importante missão o grande "língua" e renomado capitão Martins Soares Moreno, que foi substituído por ter adquirido aniquilante desinteria.

600.000 cruzados de resgate, justamente quando chegavam os socorros mineiros, constantes de 6.000 homens comandados por Antônio Albuquerque, que decidiu, por improíbido, não mais agir.

E Du Gay Trouin, recebida a última prestação do resgate, se retirou a 13 de novembro, com as arcas recheadas.

Aqui cabe ressaltar que, em 1893, os revoltosos agiram análogamente aos franceses de Du Gay Trouin: como estes, pretendiam tomar a cidade e foram repelidos por Floriano; perceberam as vantagens da ilha das COBRAS, nela se instalaram, e Floriano ocupou o morro de SÃO BENTO, os canhoneou e os repeliu. E mais, parecendo-lhe mais provável o desembarque na região da SACDE, vigiou atentamente esse trecho da cidade. Floriano, temendo os revoltosos pela mesma frente pela qual penetrara Trouin, nela se cobriu. Era possuidor de uma fibra admirável, o que, desgraçadamente, faltara no governador Castro Moraes.

B — Holandesas:

a) Na Bahia:

Em guerra com a ESPANHA, assinou a HOLANDA, em 1609, uma trégua de 12 anos. Antes de expirar, exatamente um ano antes, foi organizada nessa república uma Companhia, com grandes capitais, para principalmente com esquadras, pilhar as riquezas espanholas originárias do México, PERU e Indias, bem assim para assenhorear-se de terras próprias para o comércio.

E, daí surgir, por volta de 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, à semelhança de outra que já obtivera êxito no Extremo Oriente.

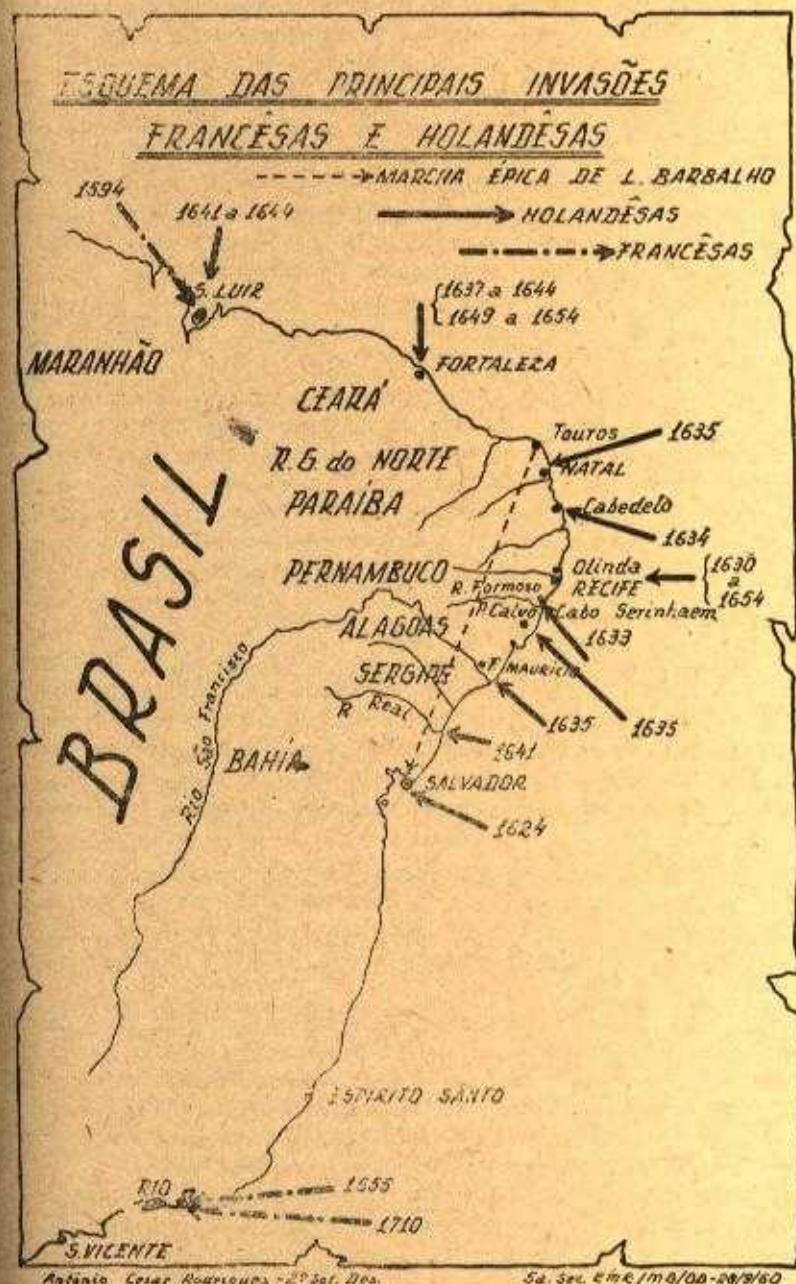
Sua zona de ação seria o corredor Atlântico, entre a África e a América, e de 1623 a 36 armara 800 navios, apressara 500 e dividiu lucros extraordinários.

Em 1624 aprestara-se uma grande esquadra com o objetivo de conquistar a BAHIA. Compunha-se ela de 23 navios e 3 iates, conduzindo 2.200 soldados e marinheiros e 500 bôcas de fogo, sob o comando do Almirante Jacob Willekens. Era comandante das tropas e governador da terra a conquistar Joan Van Dorth.

Informes da projetada invasão chegaram, de MADRID e LISBOA, ao conhecimento do governador Diogo de Mendonça Furtado e se espalharam pelos núcleos populacionais brasileiros, que cuidaram da defesa como lhes foi possível.

O governador, na Bahia, chamou às armas os patriotas, organizou novas milícias, guarneceu as fortalezas e conseguiu insuflar o entusiasmo desejável.

O inimigo, porém, não aparecia e pouco a pouco foi desaparecendo o ardor; todos voltaram às lavouras e negócios abandonados: "a paz sufocou o alarido da guerra", os campos voltaram a repovoar-se e a cidade voltou a tranquilizar-se.



Antônio Cesar Rodrigues - 2º Sgt. Des.

5a. Sec. Eme / m. 0/00-28/9/60

De súbito, na manhã de 9 de maio, surgiu na barra a numerosa esquadra inimiga e despejou o fogo de seus canhões sobre a cidade alvorotada, imbele e desprevenida, que apresentou fraca e inútil defesa, por se acharem fora dos postos ou dispersos os seus defensores.

O inimigo, a 10, desembarcou no portal de SANTO ANTONIO, dominou resistências esparsas sob o terror e pânico dos habitantes que fugiam, prendeu o governador no palácio e recolheu-o a uma das naus. No dia imediato, Joan Van Dorth, que chegara atrasado por tempestades, apossou-se do governo, julgando seguro o domínio holandês no BRASIL. E seguiu-se o apresamento, no pôrto, de 30 naus carregadas e de outras que, desconhecedoras dos acontecimentos, foram entrando.

Passado, entretanto, o terror e o pânico motivados pela brutalidade da surpresa, foi-se organizando, no interior baiano, um Exército para resistir ao invasor, que permanecera na cidade.

Enquanto não chegava Matias de Albuquerque — governador de PERNAMBUCO —, designado, por via de sucessão, substituto de Diogo de Mendonça Furtado, no Governo Geral, foi escolhido para dirigir e administrar a guerra o bispo D. Marcos Teixeira. Este deu o comando das forças a Lourenço Cavalcanti e Antônio Carlos de Barros, arregimentou 2.000 homens, exortou a coragem dos combatentes, pegou em armas, deu o exemplo e, com ardileza, sitiou a cidade ocupada. Sendo esse tremendo esforço, porém, superior à sua idade e energias, faleceu no mês de outubro.

Chegara, então, para comandar a ação o Capitão-Mor da PARAIBA Francisco Nunes Marinho, mandado com socorros de PERNAMBUCO por Matias de Albuquerque e, ainda, no fim do ano, o brasileiro D. Francisco de Moura, despachado da EUROPA para assumir o comando das tropas na BAHIA, como de fato assumiu, recebendo-o de Nunes Marinho. E foram criadas as célebres, audazes e eficientes Companhias de Guerrilhas e Emboscadas.

A par da situação na BAHIA, organizou o governo espanhol a esquadra da restauração sob o comando de D. Fradique de Toledo, que defrontou SALVADOR, a 25 de março de 1625, ligou-se com as forças de terra reforçou-as com tropas de desembarque, ocupou a barra e completou o sitio da cidade.

Nas hostes adversas a situação não era boa: a maior parte da esquadra se retirara, pereceram a maior parte dos seus melhores e mais experimentados chefes, lavrava a indisciplina e, sobressaltados os flamengos por tão grande perigo, resistiram tão-somente um mês, capitulando a 30 de abril, com a entrega da cidade, de toda a artilharia, armas, munições, alfaias, etc., e a garantia de regresso à HOLANDA.

E a 1º de maio tremulavam no topo dos mastros as bandeiras da ESPANHA e de PORTUGAL, beijadas pela brisa suave do BRASIL.

Três semanas depois, atrasada pelas tempestades, apareceu, sob o comando de Hendrikszoon, uma esquadra de 35 navios trazendo socorros, mas houve por bem não combater e regressou aos penates.

E sómente em 1627 nova esquadra, comandada por Piet Heyen, voltou a pilhar o pôrto e o recôncavo da BAHIA, afrontando as baterias dos fortes e retirando-se como e quando julgou oportuno.

b) Em Pernambuco:

Em 1629, teve conhecimento o governo espanhol de que os holandeses pretendiam invadir e conquistar PERNAMBUCO, apetrechando para tal empresa grande esquadra. Matias de Albuquerque, governador de PERNAMBUCO, então na EUROPA, foi despachado para a sede do seu governo com o irrisório auxílio de 3 caravelas e 27 soldados.

Efetivamente, a 14 de fevereiro de 1630, grande esquadra com mais de 50 navios, com 1.200 canhões e 7.200 homens, comandada por Lencq, defrontou OLINDA, desembarcou tropas na região de PAU AMARELO, um pouco ao Norte da cidade, as quais a investiram por terra e, não obstante a heróica resistência de Salvador Azevedo com um punhado de soldados, tomaram-na. Fizeram o mesmo, a seguir, com o RECIFE, cujos naturais, por falta de defesa, haviam obstruído a enseada do pôrto com velhos navios, incendiando os trapiches com depósitos no valor de 4.000.000 de cruzados por ordem de Matias de Albuquerque, e retirado para o interior, após tenaz resistência.

Não podemos deixar de ressaltar, aqui, a bravura inexcedível dos intrépidos e indômitos heróis: Matias de Albuquerque, Salvador de Azevedo, Capitão Antônio de Lima, Tenente Pedro Barbosa e o jovem de 17 anos João Fernandes Vieira.

Como já ocorreu na BAHIA, foram criadas emboscadas e guerrilhas, que se organizaram a meio caminho entre as duas cidades conquistadas, no local que se denominou ARRAIAL DE BOM JESUS, ao qual acorreram guerrilheiros já notáveis como Luis Barbalho Bezerra, Lourenço Cavalcanti e outros, iniciando-se, então, uma luta que, com maior ou menor intensidade, duraria 24 anos e expulsaria o invasor flamengo.

Daí, do ARRAIAL DE BOM JESUS, Matias de Albuquerque, embora com poucos recursos, hostilizou intermitentemente o inimigo, que foi obrigado a abandonar OLINDA, após incendiá-la, e concentrar-se no RECIFE, onde ficou circunscrito por 2 anos.

Em julho de 1631, com o objetivo de socorrer a colônia, chegou à BAHIA uma esquadra, sob o comando de D. Antônio Oquendo, que em setembro zarpou, com o objetivo de desembarcar reforços em PERNAMBUCO, na região de SANTO AGOSTINHO, o que não realizou por ter a doze, ainda em águas baianas, travado batalha com a esquadra holandesa de Pater, a qual resultou indecisa, apesar da morte do almirante batavo.

Em 1632, a população, sem esperanças e por julgar improfícua a hostilização às autoridades holandesas, em proveito das portuguêses, aceitou,



4 — Vidal de Negreiros

em grande número, o comércio com os flamengos, que julgavam bem intencionados. Calabar, mameluco disposto, profundo conhecedor da região e dos processos de combate dos patriotas, por temor a sanções por faltas cometidas, bandeou-se para o inimigo e, então, dilatou-se o domínio batavo com o saque e vitória fácil sobre a vila de IGARACU, seguida por repetidos assaltos a localidades, todos igualmente bem sucedidos, com pilhagens e incêndios.

Convém destacar-se a queda do baluarte do RIO FORMOSO, em que Pedro de Albuquerque, com 20 combatentes e 2 velhos canhões, a 7 de fevereiro de 1633, escreveu uma página épica, resistindo a 600 homens, proporção de 1 para 30, até que só ele e seu parente Jerônimo de Albuquerque existiam, feridos e exangues, causando profunda admiração e respeito ao inimigo. Que bravos! Van Schkoppe, diante de tão assombroso quadro, tirando o gorro de vistosas plumas, comandou com voz trêmula de emoção: "Silêncio! Curvemo-nos! São heróis..." Um parentese: Pedro de Albuquerque foi mandado tratar pelo comandante Van Schkoppe e, quando em condições, conduzido preso ao RECIFE, onde foi posto em liberdade sob palavra e conduzido às ANTILHAS. Daí

foi ter à pele
pela restaura
e Capitão-G
13 de julho
de 1644. S
do Carmo,

Mais ta
emboscada,
for do rio S

Desprovo
decidiu Mat
que o accom

Precedida
tida com o
perigos de l
até ALAGO.
deslocara, le
as forças do
dados, mais
patibulo o c

Em 163
desembarcou
de Bagnuolo
tchesfiski e

O Conde
deficiência c
que se cobri
Dias, o bran
Rebelando e
vara a efe
sonando até
até GOIANIA
de militares
tudo após si
invasor pelos
em geral.

(*) Jerôn
mimo, fogendo

foi ter à península IBÉRICA, e lá combateu, com a sua habitual intrepidez, pela restauração portuguesa em 1649. A seguir, foi nomeado governador e Capitão-General do MARANHÃO e GRAO-PARA, pôsto que assumiu a 13 de julho de 1643, vindo a falecer 7 meses depois, a 7 de janeiro de 1644. Seus respeitáveis despojos repousam gloriosamente na Igreja do Carmo, em BELEM (4).

Mais tarde cairam CABEDELO, em 1634, e os demais arraiais de emboscada, em 1635, do RIO GRANDE DO NORTE a PÓRTO CALVO, e foz do rio SÃO FRANCISCO.

Desprovido de recursos e de elementos para continuar a resistência, decidiu Matias de Albuquerque retirar de SERINHAÉM, apelando para que o acompanhassem os que o desejavam ser fiéis à Pátria e à Religião.

Precedido por uma vanguarda de índios e seguido por grande multidão com os seus haveres, retirou para o Sul, arrestando as privações e perigos de longa marcha por florestas, em terreno infestado de inimigos até ALAGOAS. Em PÓRTO CALVO, berço de Calabar, que para lá se deslocara, levando reforços aos flamengos, venceu Matias de Albuquerque as forças do holandês Picar, que se rendeu, entregando os seus 300 soldados, mais da metade brasileiros, e entre estes Calabar, que expliou no patíbulo o crime da sua infâmia.

Em 1636, Rojas y Borjas, que veio substituir Matias de Albuquerque, desembarcou em ALAGOAS com 1.700 homens, travou, contra o parecer de Bagnuolo, um combate em MATA REDONDA, foi derrotado por Artichosfiski e faleceu na cruenta peleja.

O Conde de Bagnuolo assumiu o comando das tropas restantes e, por deficiência de unidades regulares, voltou ao sistema de guerrilhas, em que se cobriram de glórias o índio Filipe Camarão, o prêto Henrique Dias, o branco Vidal de Negreiros, Dias de Andrade, Sebastião Souto, Rebelindo e outros valentes filhos da gleba invadida e depredada. Levaram a efeito ataques constantes e inquietantes aos holandeses, incursionando até a VARZEA, nas proximidades do RECIFE, mesmo além, até GOIANIA, e mesmo até a PARAIBA, de onde regressavam seguidos de milhares de moradores que fugiam ao domínio flamengo, destruindo tudo após si. A política de terra devastada preocupava sobremodo o invasor pelos prejuízos causados à lavoura, à criação e aos abastecimentos em geral.

(Continua no próximo número)

(4) Jerônimo de Albuquerque conseguiu escapar à prisão do adversário vitorioso, fugindo antes de sua entrada no fabuloso e impressionante cenário epopeu.

III — SOLUÇÕES DE QUESTÕES ESCOLHIDO ENTRE AS DE GEOGRAFIA PROPOSTAS NO NÚMERO ANTERIOR

NOTA DO REDATOR

Temos, ultimamente, apresentado algumas soluções elaboradas por candidatos à ECEME, face a questões veiculadas pela "A DEFESA NACIONAL", no permanente propósito de permitir a outros camaradas uma comparação de seus próprios conhecimentos com o dos solucionadores.

Neste número enseja-se oportunidade de trazer a lume duas "Provas", resolvidas de modo inopinado, sem consulta e em prazo predeterminado, por oficiais-alunos do General Flamarión Barreto Lima. Ambas são sobre assuntos de Geografia — os quais têm sido menos abordados nesta Seção, exatamente por falta de colaboradores...

Releva notar que as referidas "Provas" estão comentadas e conceituadas pelo General Flamarión, cuja acuidade de mestre experimentadíssimo e afeto à correção de provas de concursos à ECEME, valoriza sobremaneira os trabalhos publicados a seguir.

1^a QUESTÃO PROPOSTA

Estudar os pontos de estrangulamento da mineração na América do Sul e assinalar, justificando, suas consequências no desenvolvimento econômico e potencial militar dos países que a constituem.

SOLUÇÃO

Introdução

1. Em conjunto a situação dos países sul-americanos, no que tange a recursos minerais, é muito boa.

Apesar do pouco conhecimento de seu solo e de sua geologia as reservas minerais sul-americanas são vultosas quer em quantidade, quer em diversificação e qualidade. Mesmo o carvão mineral, considerado crítico, com as pesquisas ultimamente feitas, particularmente na Colômbia, Peru e Venezuela a situação vem se transformando para melhor.

Na América do Sul pode-se, de acordo com a sua economia, classificar os países em mineiros e agropastoris.

Dentre os primeiros, são assim considerados, o Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Nos demais há predominância da economia agropastoril sobre a mineira.

A industrialização ainda está em começo, salientando-se neste setor, especialmente, o Brasil, a Argentina e o Chile.

2. Nas atividades mineiras observam-se três fases distintas: a pesquisa, a lavra e a industrialização ou comercialização.

A pesquisa se nos afigura a fase mais importante, pois dela dependem as outras e o sucesso do empreendimento. Com os métodos atuais, altamente especializados, e em alguns casos bastante onerosos, como é o caso do petróleo, nesta fase investem-se capitais relativamente grandes, os quais nem sempre são reprodutivos ocorrendo mesmo, algumas vezes, a sua perda total. Daí haver certa dificuldade em se conseguir capitais para estes trabalhos.

Na lavra e industrialização ou comercialização o capital é mais seguramente empregado, pois os estudos feitos anteriormente na pesquisa e no mercado conduzem a resultados seguros.

DESENVOLVIMENTO

Principais pontos de estrangulamento da mineração na América do Sul

1. De um modo geral os países sul-americanos são dotados de poucos recursos financeiros próprios. A mineração para trazer bons resultados necessita de empréstimo maciço de capitais, seja na pesquisa, seja no equipamento das minas, seja na industrialização ou comercialização dos produtos. Apelam os governos em maior ou menor escala para o capital estrangeiro, o qual impõe uma série de exigências. Assim os governos ou se submetem a elas ficando muitas vezes na sua dependência ou então deixam de explorar as riquezas minerais.

2. Os produtos minerais, a exceção dos líquidos e gasosos, são particularmente apropriados para os transportes ferroviários (caso das minas no interior). A geografia da América do Sul, sobretudo nos países andinos, onde são mais abundantes as riquezas minerais, não facilita a construção de estradas de ferro. Estas necessitam então de empreen-

dimentos avultados para sua construção, utilizando cremalheiras, funiculares e grandes desenvolvimentos, apresentando baixo rendimento. Encarecem e dificultam a mineração (1).

3. A falta de capitais restringe o equipamento das minas e com isto seu rendimento. O resultado é o encarecimento do produto, pois o preço está muito de perto vinculado ao volume da produção.

Outro elemento que prejudica o equipamento avançado das minas é a falta de mão-de-obra especializada, capaz de acionar os complexos mecanismos.

4. O pequeno número de engenheiros geólogos e de minas a par da falta de operador especializado que obriga, muitas vezes, a importação de mão-de-obra especializada, encarecendo a produção, é outro ponto de estrangulamento da mineração.

O ecficiente de analfabetos e semi-alfabetizados nos países sul-americanos é bastante elevado.

Na Bolívia, Peru e Colômbia há ainda o problema do índio que é avesso à alfabetização e à melhoria de seus conhecimentos, o que aliado a uma certa irresponsabilidade e antagonismo ao branco pode prejudicar as atividades (2).

5. Toda produção deve ter mercado certo para sua colocação. E o mercado mais garantido é o formado pelas atividades ou consumo interno.

Os países sul-americanos, com exceção do Brasil, Argentina e Chile que atravessam uma fase de grande desenvolvimento industrial, não possuem ainda mercados vultosos para os produtos da mineração. Ficam estes ao sabor das contingências e cotações internacionais. Esta instabilidade provoca grandes prejuízos às atividades mineradoras.

Os produtos minerais quando não beneficiados alcançam preços muito baixos, ao passo que o produto beneficiado goza de cotação bem mais elevada. Além disto, neste trabalho de beneficiamento algumas vezes são aproveitados subprodutos e evitada a manipulação e transporte, a longas distâncias, de matérias inaproveitáveis, barateando a operação. Uma parte do valor da industrialização fica no próprio país de origem.

Assim o preço do produto varia na razão direta de sua industrialização.

A exportação de minério, de um modo geral, produz pouca renda. Os produtos manufaturados que permitem produzir alcançam preços elevados.

(1) A costa recortada, abrupta em certos pontos, deserta em outros, dificulta a implantação de portos.

(2) Notando-se em algumas, onde o eletivo de índios puros é avultado, elementos psico-sociais adversos ao trabalho na mineração ou na industrialização.

6. Alguns países prejudicam suas atividades mineradoras com uma legislação inadequada. É o caso, por exemplo, do Brasil dando prioridade à exploração de jazidas ao proprietário do terreno onde ela se encontra.

7. As idéias nacionalistas extremadas, conduzidas de forma a não permitir o aproveitamento das riquezas minerais, mantendo o país e o povo que as possui sem usufruir dos seus benefícios.

Uma legislação ou contratos inteligentes podem perfeitamente salvaguardar os interesses nacionais.

Parece que o que não é acertado é a riqueza permanecer improdutiva, não trazendo benefício a ninguém.

8. A distribuição dos recursos minerais tem grande influência na industrialização. Um caso típico é a siderurgia em que o carvão, ferro, calcáreo e manganês devem situar-se próximos a fim de não onerar demasiadamente o produto. Este fato nem sempre ocorre na América do Sul, em consequência de sua formação geológica (3).

9. Falta de energia é outro fator que tolhe a mineração. Para seu funcionamento normal a mina necessita de energia acionando seu equipamento.

O transporte a industrialização, especialmente esta, dependem de grandes parcelas de energia.

Estando os países sul-americanos ainda atrasados na exploração das fontes de energia este fato vem influir negativamente na mineração (4).

Consequências no desenvolvimento econômico e potencial militar

Em linhas gerais, as consequências já foram abordadas quando examinamos os pontos de estrangulamento da mineração.

Recapitulando podemos mencionar:

1. A mineração é uma forma de atividade que envolve um volume grande de mão-de-obra. Proporciona assim trabalho e condições de vida a inúmeras pessoas.

(3) As condições geográficas na A.S. limitam as atividades mineradoras pela irregularidade da distribuição dos recursos, relativa inacessibilidade das jazidas e dificuldades à implantação de vias de transporte. De um modo geral há uma área muito antiga (escudo brasileiro-guianense favorável à existência de metais; uma área relativamente recente (os Andes), trabalhada por intenso vulcanismo, propícia à existência de abundantes jazidas de metais não ferrosos e preciosos; vastas planícies sedimentares em fundo marinho pouco favoráveis à existência de depósitos minerais. Os dobramentos favoráveis à acumulação de carvão e petróleo distribuem-se, também, caprichosamente, sendo que os primeiros são raros.

(4) Mesmo em áreas onde existe abundância de recursos potenciais a falta de ocupação efetiva da terra não permite sua utilização.

2. A mineração é um dos fundamentos da industrialização. Contribui de maneira decisiva para a implantação da indústria.

3. Os excedentes dos produtos da mineração são exportados, permitindo que com a sua venda sejam importados outros produtos necessários à vida do país, incentivando as relações e trocas comerciais entre os países.

4. A mineração força o surgimento de outras atividades — energia, equipamentos, explosivos, vias de transporte, beneficiamento, industrialização, etc. — quebrando a inércia do círculo vicioso baseado em que sem indústria não há campo para a mineração nem para energia; sem energia não pode haver indústria nem mineração.

O potencial militar repousa, em linhas gerais, no homem e nos materiais bélicos.

A mineração contribui para ambos. No homem, pelo seu trabalho especializado, proporciona o seu treinamento, o seu aprimoramento, tornando-o mais apto às tarefas militares. Sendo o trabalho de mineração um trabalho duro, em condições, as mais das vezes, de sacrifício ele contribui para enrijecer física e moralmente o homem e desenvolver nele a disciplina e o espírito de equipe.

Na parte dos materiais o campo é vasto.

A indústria bélica repousa particularmente na mineração. Siderurgia, petróleo, explosivos, pólvora, etc., dependem da mineração.

CONCLUSÕES

Na América do Sul, face ao seu estado de descapitalização, condições geográficas e estágio social, vários são os elementos que contribuem para o estrangulamento da mineração.

Dentre estes avulta a falta de: capitais, mão-de-obra especializada, energia, mercados, transportes e de uma política mineira.

As consequências são o baixo índice de desenvolvimento que alcançam os países sul-americanos submetidos que são à chamada economia colonial que se constitui na exportação de matérias-primas e importação de produtos manufaturados.

Os primeiros, cotados a preços baixos e os outros compensadoramente remunerados.

Isto impede um saldo substancial na balança de comércio dos países, não proporcionando recursos indispensáveis à sua industrialização.

Enquanto os países industrializados têm seu progresso em proporções geométricas os países sul-americanos, que dependem da mineração para viver tem seu desenvolvimento restrito a índices insignificantes.

O potencial militar repousa, em grande parte, nos produtos da mineração. O aço, o petróleo e seus derivados, os produtos químicos empregados na guerra, para não citar outros, servem para dar uma idéia da importância da mineração.

Finalmente, a mineração ainda contribui para o desenvolvimento agro-pastoril, proporcionando os fertilizantes.

Observação geral: Boa compreensão do problema. Tratamento objetivo, metódico e equilibrado. Trabalho realizado pelo Major C. de surpresa, sem consulta aos documentos, em noventa e cinco minutos. Recebeu menção "Muito bem".

2^a QUESTÃO PROPOSTA

Estudar, suscintamente, os empreendimentos siderúrgicos, na América do Sul, assinalando suas possibilidades de expansão.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Os países da América do Sul não são grandes produtores siderúrgicos. Em 1957 a produção era da ordem de 3 milhões de toneladas anuais. Isto representava cerca de 50% das necessidades. Mais de 80% do consumo ficou distribuído entre o Brasil, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Venezuela. Aliás, estes são os países sul-americanos que mais vêm se preocupando com a produção siderúrgica.

1.2. Não são notáveis os esforços do Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador. As Guianas continuam na dependência das respectivas Metrópoles.

1.3. O Chile é o único país sul-americano que exporta produtos siderúrgicos. Entretanto, importa barras e perfis especiais, por não ser econômica sua fabricação. A Venezuela e a Argentina ocupam posição de destaque no consumo de produto siderúrgico "per capita" no continente (1).

2. EMPREENDIMENTOS SIDERÚRGICOS

2.1. No Brasil:

2.1.1. O Brasil tem grandes possibilidades de se tornar grande produtor. Seu minério de ferro é abundante e há muitas minas bem localizadas e de alto teor. Há suficiente manganês e calcáreo. O maior

(1) Muito objetivo

entrave reside no carvão, que, embora abundante, é de má qualidade. O mercado é auspicioso. Em 1958 o país importou mais de 6 milhões de dólares em produtos siderúrgicos.

2.1.2. Dois notáveis empreendimentos estão em construção: a COSIPA, próximo de Santos; e a USIMINAS, em Ipatinga, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Numa primeira fase deverão produzir cerca de 900.000 toneladas anuais, o que está previsto a partir de 1961.

2.1.3. Encontram-se em expansão Volta Rendonda (CSN), a Belgo Minera, a ACESITA, a Manessman, a Cia. Ferro, Aço de Vitória, Cia. Siderúrgica Aliperti S/A, etc. (2).

2.1.4. A maioria das usinas siderúrgicas mineiras trabalham a base de carvão vegetal. A USIMINAS trabalhará com carvão nacional e estrangeiro. As usinas siderúrgicas paulistas não são totalmente integradas utilizando sucata de ferro na produção siderúrgica.

2.1.5. No país há cerca de 40 empresas siderúrgicas, cuja concentração maior encontrasse no triângulo: Rio — S. Paulo — Belo Horizonte.

2.1.6. Os empreendimentos em curso permitirão atingir a uma produção de cerca de 4 milhões de toneladas em 1965, o que permitirá atender ao consumo de planos (chapas, fôlhas de flandres, etc.) e exportar uma pequena parte de não planos (perfis, trilhos, etc.).

2.2. Na Argentina:

2.2.1. Não possui bom minério de ferro e carvão. Além disso estão localizados distantes dos centros consumidores. Atualmente trabalha com sucata, carvão e minério de ferro importados, em San Nicolás (3).

2.2.2. Está construindo a grande usina siderúrgica Gen Savio, em San Nicolás. A partir deste ano estará em funcionamento. Em 1965 deverá estar produzindo cerca de 1.300.000 toneladas de lingotes. Terá de resolver problemas ligados ao transporte do carvão mineral e do minério de ferro, bem como do armazenamento de u'a "mina morta", junto à usina.

2.2.3. Há projetos de construção de uma usina na Província de Santa Fé e outra em Sierra Grande, para aproveitar energia elétrica de Chacon. Está em ampliação a usina de Palpalá, na Província de Jujuy, que utiliza carvão vegetal. Para este fim estão plantando substancial quantidade de eucaliptos, no Departamento de Formosa.

(2) Convinha mencionar, pelo menos, a localização e o grosso da produção prevista.

(3) Zapla trabalha com matérias-primas nacionais.

2.2.4. Não são grandes as possibilidades para se tornar grande país siderúrgico no que tange às matérias-primas, de acordo com o panorama atual (4).

2.3. No Chile:

2.3.1. Possui carvão próximo da baía de Aranco, minério de ferro em El Tofo e calcáreo em ilhas do Sul. Apresenta grandes possibilidades quanto às matérias-primas.

2.3.2. A partir de 1951 transformou sua posição na produção siderúrgica, com a entrada em operação da usina de Huachipato, próximo de Concepción.

2.3.3. Dadas as condições favoráveis, está ampliando a usina de Huachipato, tendo amplas possibilidades para fazer da siderurgia uma boa fonte de divisas, como país exportador que já é.

2.4. No Peru:

2.4.1. Sua situação melhorou na produção siderúrgica após a construção da usina de Chimbote, logo ao Sul da cidade de Trujillo. O consumo é da ordem de 100 mil toneladas e a produção de 65 mil toneladas.

2.4.2. Há planos para instalação de pequena siderurgia na região de Lima — Callão, onde deverá haver disponibilidades de energia elétrica e para expansão de Chimbote, o qual aguarda financiamento.

2.4.3. Dispõe de minério de ferro e carvão. Luta com falta de capital, o mercado interno é relativamente pequeno. Importa produtos siderúrgicos. Possibilidades modestas.

2.5. Na Colômbia:

2.5.1. Entre 1956-58, sofreu queda no consumo aparente de produtos siderúrgicos. A partir de 1959 vem melhorando a situação.

2.5.2. Com a entrada em funcionamento da usina de Belencito, da empresa Paz Del Rio, diminuiu a importação. Até então funcionava a pequena usina de Medelin (5).

2.5.3. Estão pensando ampliar a usina de Belencito. Para isso pretendem adquirir os equipamentos de laminatura da usina de Huachipato, que estão fora de operação e melhorar as instalações do alto forno de Belencito. Depende de financiamento externo. Luta com falta de capitais.

(4) As possibilidades são muito limitadas quanto às matérias-primas, mas o mercado interno tem grande vitalidade e há poucas divisas. A expansão, mesmo com sacrifícios, terá de realizar-se. Aliás é o que está acontecendo.

(5) Deficiência no planejamento do Huachipato não permitiu que isso se realizasse. Ao contrário criaram-se estoques no país.

2.5.4. Não tem dificuldade com matéria-prima, inclusive carvão. Sob este aspecto reúne condições bem favoráveis para ampliar a produção de produtos siderúrgicos.

2.6. Na Venezuela:

2.6.1. As rendas do petróleo propiciam condições especialíssimas. Até bem pouco tempo importava quase 100% dos produtos siderúrgicos. É grande produtor de minério de ferro, particularmente das suas minas de El Pao e Cérro Bolívar. Não tem dificuldade de capital.

2.6.2. Após a construção da usina de Puerto Ordúz, na confluência do Caroni com o Orenoco, passará a diminuir sua situação desfavorável. Esta mesma usina já se encontra em fase de ampliação e uma outra está prevista para ser montada na cidade de Maracaibo. Há, em expansão, para 90.000 toneladas a Sivenza (6).

2.6.3. A demanda estimada para 1965 é de cerca de 1,5 milhão de toneladas e a produção deverá ser em torno de 700.000 toneladas. Continuará, portanto, importando em grande escala.

2.7. Outros países:

2.7.1. As esperanças do Uruguai estão voltadas para o minério de ferro descoberto em Serro Melero. As pequenas usinas que tem atualmente, trabalham à base de sucata. É importador. Consumo modesto. Atualmente não apresenta condições favoráveis. Tanto o Paraguai como a Bolívia não têm condições favoráveis. Possuem produção e consumo inexpressivos.

2.7.2. O Equador tem esperança na industrialização das "arenas negras". Necessita de financiamento para a empresa.

3. CONCLUSÃO

3.1. A demanda de produtos poderá alcançar perto de 11 milhões de toneladas anuais em 1965. A produção, deverá ser inferior, quando ainda haverá necessidade de importar, uma parte.

3.2. A expansão mais importante corresponde ao Brasil. Em seguida vêm a Argentina, Venezuela e Chile. Em escala menor vêm os projetos do Peru e Colômbia.

3.3. O Chile deverá ser, talvez, o único país sul-americano a continuar produzindo além da suas necessidades, dentro dos próximos três anos, ressalvada a posição promissora do Brasil, que também poderá, em tempo razoável, transformar-se em exportador de produtos siderúrgicos. Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador, não estão empenhados na corrida para a implantação do parque siderúrgico próprio.

Observação: Trabalho metódico, objetivo, suficientemente completo. Realizado em 100 minutos, de surpresa e sem consulta aos documentos. Mereceu menção "Muito bem".

(6) Essa usina só estará em funcionamento a partir de 1962, prevendo-se a conclusão da 1ª fase em 1965.

IV — SOLUÇÃO DE PROVA DO CONCURSO DE 1959

Conhecimentos militares comuns a todas as Armas e Serviços

NOTA DO REDATOR

As questões, referentes a essa Prova, estão publicadas no número 534, desta Revista, do mês de setembro, inclusive os Esboços, Calcos e Carta.

Trata-se, agora, de divulgar UMA SOLUÇÃO que servirá como guia aos novos candidatos.

Para facilitar resolveu-se republicar as perguntas, destacando-as em grifo.

TRABALHO PEDIDO N. 1

1 — O 5º RI (—) executa um ataque de penetração:

- a. Quais os outros tipos de ataque que conhece?
- R. Desbordamento e envolvimentos (simples e duplo).
- b. Quais as vantagens e desvantagens do ataque de penetração?

R. Vantagens:

- Relativa rapidez no seu desencadeamento;
- Facilidade de coordenação das ações principal e secundária;
- Facilidade de coordenação de fogos.

Desvantagens:

- Maiores perdas e riscos;
- Pouca flexibilidade.

2. Considerando que o Cmt 6º RI estabeleceu o seu dispositivo de ataque:

Escalão de ataque 2 BI;

Reserva — 1 BI.

a. Que razões poderiam ter levado o seu Cmt a tomar essa decisão?

R. (1) Frente da ordem de 5 km, exigindo o emprégo de 2 BI;

(2) O terreno apresenta duas grandes garupas, duas vias de acesso, logo dois elementos de manobra;

(3) Necessidade de manter um elemento de reserva (1 BI).

b. Que região escolheria para zona de reunião de reserva?

R. Ravina 1 km N de COLÔNIA STO. ANTÔNIO.

c. Quais as direções de ataque para o BI do escalão de ataque?

R. BI de E — COLÔNIA STO. ANTÔNIO — SIGNAL.

BI de W — ANTÔNIO JACINTO — JOÃO ORLANDO — EST. JUSSARA.

d. Em qual das direções seria feito o esforço?

R. Na direção do BI de E.

e. Como o Cmt do 6º RI poderia caracterizar o ataque principal?

R. Atribuindo zona de ação mais estreita ou proporcionando maior apoio de fogos ou concedendo unidades de reforço ao BI que executasse o ataque principal ou, finalmente, orientando a reserva pela Z Aç do BI do ataque principal.

f. No decorrer do ataque, um RI atingiu o objetivo fixado, o outro teve sua progressão retardada pelo inimigo. Pergunta-se: Como poderia o Cmt do Regimento intervir na conduta das operações para acelerar a conquista do seu objetivo do RI retardado?

2. Realizando uma manobra de fogos para concentrá-los em benefício do BI que tivesse a progressão retardada.

g. Quais as missões que poderiam ser atribuídas à reserva do 6º RI?

R. (1) Aproveitar o êxito de uma unidade avançada;

(2) Ultrapassar uma unidade do escalão de ataque para mudar a direção de ataque ou evitar que a unidade fique exausta ou fatigada;

(3) Repelir contra-ataque;

(4) Proteger a retaguarda do escalão de ataque;

(5) Proteger um flanco.

h. O 6º GO devendo apoiar o ataque do 6º RI, que missão tática deveria ter recebido na O Op da 2ª DI?

R. Apoio direto ao 6º RI.

i. Como o 6º GO distribuiria os seus oficiais de ligação?

R. Destacaria um oficial de ligação para cada BI, inclusive para o BI reserva.

j. Em princípio, onde o Cmt 6º GO procuraria instalar o PC do Grupo?

R. Justaposto ao PC do RI.

I. Quem melhor poderá dar informações sobre alvos tendo em vista o apoio ao ataque ao 6º RI?

R. Tropa em contato.

m. Normalmente o ataque é precedido por fogos de artilharia. Que nome se dá a estes fogos? Qual a sua finalidade?

R. (1) Preparação;

(2) Facilitar o desembocar do ataque.

3. Considerando que, para o ataque à posição do Rib AGUDO, a 8ª DI foi reforçada com o 204º BC e a 1ª/502º BE Cmb, responda às perguntas que se seguem:

a. Qual o dispositivo e forma de apoio da ED/2? (complete abaixo):

6º RI + 1ª/204º BCC R. 3ª/2º BE Cmb + 1º/1ª/502º BECmb
— ApDto.

5º RI (—) R. 2ª/2º BECmb (—) — ApDto.

3º/5º RI R. 3º/2ª/2º BECmb — ApDto.

2º Esqd Rec Mec R. Nenhum Elm Eng.

b. Quais os elementos da ED/2 que ficarão em apoio ao conjunto?

R. 2º BE Cmb (—);

1ª (—)/502º BE Cmb.

c. Qual o elemento do Ap ao conjunto particularmente indicado para apoiar o 204º BCC (—) quando empregado?

R. 1ª (—)/502º BE Cmb.

d. Qual o elemento de Engenharia indicado para integrar o GT 4 levando em conta que no planejamento da DI está previsto o seu lan-

çamento reforçado pelo 204º BCC (—) sobre o S. JOAQUIM, mesmo antes da conquista de SIGNAL? (Assinale-se com um x a resposta certa):

- () 1ª Cia E Cmb + 4ª Cia E Cmb (—);
- () 2º BE Cmb (—);
- (x) 1ª Cia E Cmb + 1ª (—)/502º BE Cmb;
- () 4ª Cia E Cmb + 2ª Cia Cmb (—).

No ataque às instalações dos serviços são desdobradas mais à frente que na defesa. Por quê?

R. Porque sendo o ataque uma operação realizada em profundidade em terreno ocupado pelo inimigo, é necessário levarmos as instalações de serviço o mais à frente possível, para que se esteja em condições de apoiar logisticamente a operação, sem a mudança das instalações, o que poderia ocasionar perda de tempo com reflexos prejudiciais à impulsão do ataque. (N.R. — Na defesa, operação de características predominantemente estáticas. Trata-se de apoiar logisticamente tropa no terreno, com um dispositivo fixo, com pequena possibilidade de variação, sem reflexos ponderáveis no dispositivo logístico, que é montado visando subtrair os órgãos instalados dos tiros diretos da Art inimiga e das possíveis penetrações inimigas no dispositivo de defesa).

5. A 2ª DI estuda o prosseguimento das operações sobre S. JOAQUIM e, para o 2º Esqd Rec Mec, estão sendo examinadas duas previsões de emprêgo:

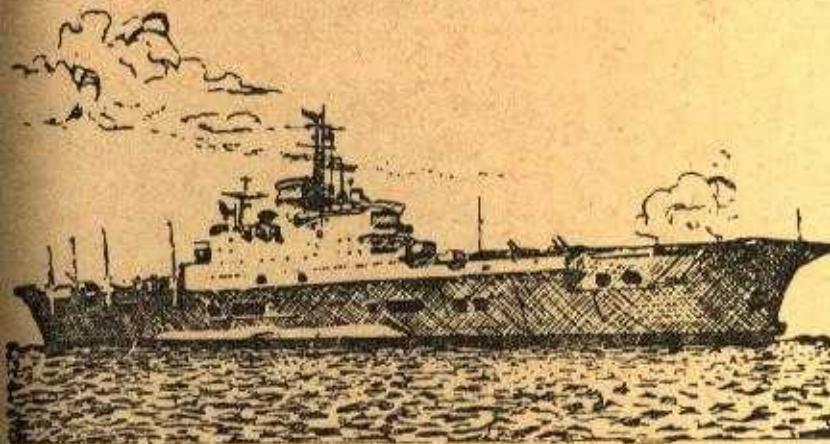
a. Na direção ORLANDIA — S. JOAQUIM reconhecer a R de S. JOAQUIM e as passagens sobre o RIO SAPUCAI.

b. Mesmo antes da conquista de 01, apossar-se da R de MASSOROCA em condições de:

- Cobrir o flanco NW da DI nessa R;
- Ser lançado para o N a fim de reconhecer S. JOAQUIM e as passagens sobre o RIO SAPUCAI.

Qual das duas preferiria? Cite duas razões que levaram o Sr. a essa conclusão.

- R. (1) Preferiria a previsão de emprêgo contida na letra b).
- (2) Atuação independente da conquista de 01:
- Cobertura do flanco NW da DI.



MARINHA

Coordenador: Ten da Armada A. BRANDÃO DE FREITAS

I — CONTRATORPEDEIRO "PARAÍBA"

O Contratorpedeiro "Paraíba" — D-28 é um contratorpedeiro da Marinha do Brasil. Não é, porém, um contratorpedeiro comum, igual aos demais de nossa Marinha. É um navio moderno, veloz, dotado de armamento mortífero e eficaz, possuidor de uma flexibilidade de manobra impressionante, que o transformam no elemento mais precioso da Armada, na guerra anti-submarina.

O valor do tráfego marítimo, num país de costa colossal como o nosso, é de importância vital para o seu desenvolvimento econômico. O Brasil "respira pelo mar", já que suas comunicações interiores são ainda reduzidas. Na guerra, o nosso maior inimigo, aquêle que maior dano nos traria, tolhendo os nossos movimentos com o exterior, seria o submarino — o terrível submarino.

Que seriam de nossos comboios sem a devida proteção contra este tigre dos mares? A resposta exata e precisa é o CT "Paraíba" e quantos navios dessa classe venha a ter a nossa Marinha.

Suas características principais são:

Deslocamento	2,990 toneladas
Comprimento	115 metros
Bóea	12 metros
5 canhões de 127m/m	
10 canhões de 40m/m	
1 calha de bombas de profundidade	

Armamento:

- 1 reparo quintuplo de torpedos
- 2 reparos de armas proa (lança bomba granada)
- 2 catapultas para lançamento de torpedos anti-submarinos

Potência da máquina propulsora: 60,000 HP.

Potência dos geradores de corrente alternada: 473 KV/A.

Potência dos geradores de corrente contínua: 80 KW.

Calado médio: 6 metros.

O equipamento eletrônico é deveras complexo: três radares, um sonar, um loran, dezenas de transmissores e receptores, operando nas mais variadas gamas de freqüências, dotam o navio de um cérebro preciso, meticuloso e rápido em suas decisões. Alvos são detectados a 50 milhas de distância e acompanhados automaticamente. Soluções para os problemas de tiro são instantâneas e em questões de segundos as bocas de fogo do "Paraíba" vomitam uma torrente de aço explosivo que buscam o inimigo no mar ou no ar com precisão mortal.

Para o submarino, seu inimigo número um, leva um arsenal de armas talis como: bombas, granadas, cargas de profundidade e torpedos de influência.

Os contratorpedeiros são os navios-chave de todas as marinhas: um navio de guerra em todo sentido da palavra. A sua prosa em formato de faca já indica que foi construído para uma só finalidade: Atacar. Vê-se também que existe mais armamento que couraça. As suas principais defesas são: poder de fogo, velocidade e rapidez de evolução.

Na guerra ou na paz um contratorpedeiro desempenha inúmeras missões e as faz com eficácia. Construído para ser o mais versátil da marinha, devido as suas imensas possibilidades, o contratorpedeiro é necessário em todos os tipos de operações navais.

Antes de tudo, o contratorpedeiro é o principal adversário do submarino. Sómente ele tem o equipamento de detecção capaz de buscar e precisar a posição de um submarino.

O contratorpedeiro é um adversário de valor no combate ao avião inimigo. Com radares de busca precisos e excelentes possibilidades de plotagem, detecta a sua aproximação e pode vetar contra eles aviões amigos para que estes os interceptem e os destruam.

O CT, contra navios de superfície, possui torpedos de alta velocidade e tiro rápido controlado por radar, o que lhe possibilita a combater oponentes maiores e mais pesados.

O CT leva o poder de destruição às terras inimigas. Navegando próximo à costa eles servem de apoio ao desembarque de tropas, em as-



saltos anfíbios. Seus canhões atacam pontos fortificados do inimigo, ajudando forças amigas de desembarque a avançar, com seu bombardeio contra a artilharia inimiga, e protege nossos navios-varredores, na limpeza de campos minados, em canais de acesso a baías ou praias.

Em tempos de paz, a missão de um CT é estar pronto para combater, imediatamente, em caso de guerra. A fim de estarem prontos para combater, os homens que manobram contratorpedeiros devem trabalhar como um time, conservando o seu armamento, equipamentos de detecção e máquinas sempre em excelentes condições. Naturalmente, para obter isso, os homens dos CTs devem treinar e continuar o treinamento constantemente. Porque, é sómente com o treinamento metódico e repetido que eles aprendem a agir automaticamente e a trabalhar em conjunto, como uma máquina bem lubrificada. Assim, em tempo de paz os contratorpedeiros estão continuamente se movimentando de um tipo de operação naval para outra, adquirindo o adestramento e a experiência necessária ao sucesso da guerra.

Os homens dos contratorpedeiros têm que ser ríjos para suportar os rigores do mar e seus efeitos em um navio pequeno. Têm que ser homens inteligentes para trabalhar com as mil e uma peças dos complicados equipamentos das máquinas, de eletrônica e de artilharia. Têm que ser homens disciplinados, pois cada homem deve aprender a agir automaticamente porque um deslize no cumprimento do seu dever pode resultar em perdas de vidas, ou do navio.

A sua guarnição foi carinhosamente pré-escolhida e efetivamente treinada para conduzi-lo com o mais elevado grau de eficiência possível,

nas inúmeras e variadas missões em que tomar parte. Assim, operações de cobertura aos porta-aviões, de proteção aos comboios de bombardeio de costa e principalmente de caça ao submarino, exigiram que os homens do "Paraíba" tivessem um adestramento duro, contínuo e muitas vezes severo. Sómente a inteligência, a resistência e a força de vontade da sua tripulação permitiram que esse elevado grau de eficiência fosse alcançado.

A fim de compensar o esforço físico e mental despendido pela marujada em sua nobre missão, o "Paraíba" possui ainda, em modesta dimensões, os recursos de uma pequena comunidade.

Assim, a fim de suprir suas necessidades, o navio tem padaria, enfermaria, centro de correspondência, bibliotecas, cantina, enfermaria e instalações para cinema. O navio é auto-suficiente em água doce, que é destilada do mar e possui energia elétrica que daria para alimentar um pequeno município de 800 casas.

A camaradagem, o espírito de cooperação e a amizade fraterna que reina no seio de sua tripulação é grande e perene, pois todos estão animados do mesmo sentimento de orgulho, da mesma satisfação do dever cumprido e principalmente do fato de pertencerem à Marinha do Brasil.



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 72-a 93

Telefone: 45-8195

Rua Camerino, 79/81

Telefone: 43-4990

Rua Bambina, 36

Telefone: 96-6763 - Rio

II — PELOS MARES DO MUNDO

ASPIRANTE SALGUEIRO

1 — "THRESHER"

Foi lançado, em Portsmouth, o submarino nuclear Thresher, americano, primeiro da nova classe de submarinos de ataque. Destina-se a operações mais profundas e silenciosas do que os seus predecessores, tornando assim a sua detecção mais difícil.

O Thresher levará mísseis subaquáticos, sob a forma de torpedos, que serão conduzidos no casco, em ambos os bordos e a meia nau.

Outra característica do Thresher é a de que ele foi construído com o conjunto de sistemas de busca, controle de tiro e eletrônica. O novo sistema, localizado na posição mais favorável, dá ao submarino grandes qualidades de busca e detecção.

2 — NAVIO-TENDER

Foi incorporado ao serviço americano, o navio-tender de submarinos Polaris. Denominado USS Protuns (AS-19), possui instalações para manutenção simples e total de submarinos nucleares. Dispõe de guindastes possantes para o Polaris, uma área de estocagem para 20 mísseis em quatro conveses, um depósito para guardar restos nucleares e um centro de reparos de sistema de navegação.

O navio já iniciou uma série de cruzeiros de experiência e verificação de equipamentos, devendo ficar operacional no princípio de 1961.

O Proteus e os seus sucessores serão um elo de ligação na manutenção de um grande número de submarinos nucleares estacionados em alto mar.

3 — NOVO LANÇADOR DE AVIÃO

Está sendo estudado, nos EUA, um novo lançador de avião em navio-aeródromo, que permitirá catapultar um avião cada 25 segundos, em vez dos 40 segundos atuais.

O novo sistema, que pode ser aplicado a quase todas as catapultas, é adaptado à bequilha de nariz e permite guiar o avião automaticamente ao seu alinhamento para a decolagem. Então o avião tem que ser colocado dentro de 15 cm da linha central da catapulta a vapor, de modo a evitar o perigo de uma bequilha oscilando e pulando na decolagem.

O novo sistema pode ser facilmente usado nos atuais navios-aérodromos, e retirado do convés em poucos minutos para a catapultagem dos aviões de trem de pouso comum. O primeiro navio de Marinha a usar o novo sistema será o Grumman W2F.

4 — DESTRÓIER HIDROPLANO

A resposta da Marinha ao submarino russo, lançador de mísseis, poderá ser um destróier hidroplano armado de mísseis antimísseis.

A Marinha está considerando seriamente o desenvolvimento de um destróier hidroplano, como o primeiro de uma série de várias centenas. O novo navio poderia:

- Conduzir mísseis antimísseis capazes de abater qualquer míssil inimigo, quando este surgisse à superfície da água;
- levar mísseis anti-submarino para ataque aos submarinos inimigos operando fora das costas dos EUA;
- deslocar 300 a 500 toneladas, a velocidades entre 60 e 100 nós.

Tal destróier, se aprovado pela Marinha e Departamento de Defesa, seria o navio subsequente ao muito menor e menos rápido hidroplano subcaça, ora em vias de contrato de construção pela Marinha. Este subcaça, conhecido como o PCH, deslocará 100 toneladas e terá a velocidade máxima de cerca de 45 nós.

Os destróieres hidroplanos, em conjunção com outros submarinos e outros sistemas de detecção, seriam destinadas a localizar os submarinos inimigos e anular-lhes qualquer tentativa de lançamento de um ataque ao território Americano.

Os novos navios também poderiam ter possibilidades de ataque. Tais navios capazes de navegar 5.000 milhas sem reabastecimento, poderiam lançar mísseis superfície-superfície, com o alcance de várias centenas de milhas. Um novo míssil, possivelmente um Polaris, seriam necessário para esta missão.

Por outro lado, a Marinha já está aperfeiçoando o antimíssil Typhon para uso a bordo de seus navios. Ele poderia ser empregado no destróier hidroplano. Uma outra possibilidade consiste na adaptação do míssil antimíssil Mauler, do Exército, cujo sistema completo pesa menos de 10 toneladas.

Além da velocidade, o destróier hidroplano apresenta duas outras vantagens:

— Será relativamente barato. O custo estimado de cada, numa esquadra de 50, é estimado em cerca de 7 milhões de dólares. Os novos destróieres da Marinha, com mísseis guiados, custam cerca de 34 milhões. Uma tripulação de 25 homens, oficiais e praças, será necessária para o destróier hidroplano, enquanto que o destróier de mísseis guiados leva 300 homens;

— constituirá um alvo difícil para os submarinos inimigos. O alvo seria os seus hidroplanos pouco espessos movendo-se a velocidades superiores a 60 nós. Este tipo de destroier, dotado de grande velocidade e manobrabilidade, seria também um alvo pequeno para mísseis lançados do ar ou da superfície.

No momento, são necessários para o aperfeiçoamento de um sistema de arma, tipo destroier hidroplano, ou outro mais avançado:

- Um míssil a propelente sólido, alcance de 200 a 300 milhas, possivelmente um pequeno Polaris modificado;
- um míssil antimíssil, possivelmente o Typhon ou Mauler modificado;
- novos materiais; e
- futuros hidroplanos projetados para evitar vibração do navio a velocidades acima de 60 nós.

5 — HELICOPTEROS SEM PILOTO

O principal problema operacional que a Marinha Americana enfrenta para instalar helicópteros sem piloto a bordo dos seus destroiers, destinados à guerra anti-submarino, parece encontrar-se na dificuldade de recolher o helicóptero, especialmente em operações com o mar agitado. O alcance do helicóptero em estudo é de aproximadamente 20.000 jardas.

6 — AVIAÇÃO EMBARCADA

A aviação da Marinha dos EUA, continuará a empregar a grande variedade de aeronaves, de acordo com a missão a ser realizada.

Estratégico:

Aviões baseados em Navio-aeródromo, de longo raio de ação e capazes de lançar armas nucleares:

AJ-1	Bombardeio	— Não é mais construído
A3-D	Idem	— Idem

Anti-Submarino:

P-2-V	Patrulha	— Não é mais fabricado
S-2-F	Idem	
P-5-M	Patrulha — Hidro	— Não é mais fabricado
HSS-1 e 2	— Helicóptero	

Apoio-Tático:

F-4-D	Caça bombardeio	
AD-5-N	Ataque	— Não é mais fabricado
A-3-D	Ataque	— Idem
F-9-F-2	Caça bombardeio	— Idem
FJ-4	Idem	— Idem
F-8-U	Idem	— Idem

*Helicópteros diversos**Defesa Aérea:*

F-4-D	Caça	
F-3-F	Idem	— Não é mais fabricado
FJ-4	Idem	— Idem
F-3-U	Idem	— Idem
F-3-H-2	Caça interceptação	— Idem
F-4-H	Caça qualquer tempo	— Entrando em serviço

Dentro em breve deverá entrar em serviço o A-3-J (Estratégico). O P-8-M, hidro de patrulha, ainda não entrou em serviço e há encomendas muito pequenas desse tipo.

O P-3-V, patrulha, fez o 1º vôo. É uma versão militar do Lockheed Electra Comercial.

Há diversos projetos de helicópteros em fase experimental e outros entrando em serviço.

O C-130B, transporte de assalto, será usado pelos Fuzileiros Navais.

7 — MODIFICAÇÕES NA MARINHA DOS EUA

Para o ano fiscal de 1961 está previsto:

- a) Conversão de 12 ou mais cruzadores em navios plataformas de mísseis, com ênfase no problema anti-submarino;
- b) emprêgo dos mísseis Polaris em submarinos e cruzadores;
- c) construção de fragatas armadas com mísseis guiados, destinadas à guerra anti-submarino;
- d) construção de um navio-aeródromo convencional, em vez do 2º atômico;
- e) construção de um navio-tender para os submarinos atômicos;
- f) construção de 18 destróieres equipados com mísseis Tartar, armas anti-submarino e 2 canhões de 5 polegadas;

- g) continuação da construção de 26 submarinos atômicos, dos quais 16 levarão os mísseis Polaris;
- h) redução do seu efetivo de homens;
- i) os Fuzileiros manterão em 1961: — 3 divisões de soldados e 3 grupos de aviões, porém terão o seu efetivo reduzido de 25.000 homens.

- j) Nos últimos anos o total de navios em uso foi o seguinte:

1957	—	1.523
1958	—	1.199
1959	—	1.050
1960	—	924

8 — "HYDROSTREAK"

A Marinha Americana acaba de fazer demonstrações relativas a um novo veículo, de alta velocidade, que anda por sobre a água. Suas aplicações são do grande valor — de navios lançadores de mísseis até navios-aeródromos. Chamado de "Hydrostreak", o veículo opera sob um conceito tecnológico inteiramente novo.

Tal navio poderia ser construído em qualquer tamanho, com uma velocidade possível de 100 ou mais nós, e ser usado como anti-submarino ou em outros empregos que exigissem alta velocidade.

Acredita-se que os navios hidroplanos, nos quais a Marinha presentemente está mostrando grande interesse, têm os seus limites entre 65 nós e 500 toneladas. Algumas pessoas pensam que estes limites poderão ser ampliados. Os novos navios voadores, se assim podemos chamá-los, poderão, entretanto, estender os seus parâmetros num campo novo, cobrindo o furo existente entre os navios e os aviões.

Semelhantes em alguns aspectos aos veículos de colchão de ar, os navios voadores diferem na aplicação deste princípio. Eles usam uma parede de água para confinar o colchão de ar diretamente abaixo do casco, e por conseguinte, isto requer menor potência. A água é aspirada do mar e bombeada para baixo, sob a forma de lençol, através de barras difusoras localizadas avante e à ré do navio. O protótipo usa somente duas paredes de água, com quilhas sólidas de cada lado, estendendo-se para dentro da água e formando as paredes de confinamento. Os modelos subsequentes usarão paredes de água em todos os 4 lados.

A propulsão para o protótipo é fornecida por 2 hélices, movimentadas por 2 motores externos de 80 HP cada um. Um terceiro motor movimenta um ventilador, a fim de produzir o colchão de ar que dá a sustentação. Os futuros modelos poderão usar motores a jato (jato de água ou turbo-jato), turbo-hélices.

A Hughes Aircraft Division foi quem estudou e aperfeiçoou o Hydrostreak, sob contrato da Marinha.

A Marinha diz que este é o primeiro de uma série de veículos que estão sendo aperfeiçoados com o fim de avaliar os diversos métodos de polar navios em colchão de ar, vencendo assim as limitações de velocidade e eficiência dos navios de superfície.



AERONÁUTICA

PELOS CÉUS DO MUNDO

Cel AYRTON DE FREITAS

1 — AVIAO NUCLEAR

O primeiro avião nuclear dos EUA, a ser construído para a Fôrça Aérea pela Convair, terá os lemes de comando na parte dianteira e os motores na parte traseira. Será subsônico, quase do mesmo tamanho do B-52, pesando cerca de 450.000 libras. O avião poderá utilizar motores nucleares General Electric (ciclo direto) ou Pratt & Whitney (ciclo indireto), sem grandes modificações.

O presente programa da USAF cogita da construção da fuselagem dentro de 6 a 12 meses e extensas provas, usando motores convencionais com combustíveis hidrocarbonados, antes do seu primeiro voo com motor nuclear ao fim do ano de 1965. Este programa se baseia na continuidade da atual média de gastos de 150 milhões de dólares por ano e sem grandes dificuldades técnicas imprevistas.

2 — NOTICIAS DO JAPÃO

Dentro de mais alguns dias fará o seu primeiro voo, no Japão, o Fuji T1F-1, protótipo para instrução, a jato, equipado com motor J3 da Nippon Jet Engine Co. O aparelho será o primeiro avião a jato a ser equipado inteiramente com componentes manufaturados no Japão.

A Fôrça Aérea irá reduzindo, gradativamente, os esquadrões de F-102 no Comando de Defesa Aérea, durante o próximo ano, transferindo algumas unidades para a Guarda Nacional Aérea. Os aparelhos remanescentes da USAF serão equipados com sistemas de controle de tempo,

que lhes permitam melhor coordenação com o controle terrestre. Outras modificações serão feitas para melhorar as suas características de ataque à baixa altura. Os F-101 também serão modificados para receberem os iguais sistemas de controle de tempo.

3 — ORÇAMENTO PARA A DEFESA EM 1961

Quase 40 bilhões de dólares serão destinados à defesa no ano de 1961. Os pontos mais destacados do orçamento são:

- a) *Boeing B-52H* — Foram dados 371 milhões para completar o objetivo de 14 grupos de bombardeio pesado. O custo estimado de cada um é de 7,9 milhões de dólares;
- b) *Convair B-58* — Estão previstos 505 milhões, devendo cada avião sair pelo custo de 14,8 milhões de dólares;
- c) *North American B-70* — Além dos 75 milhões pedidos para 2 protótipos, o Congresso votou 190 milhões para aperfeiçoar o bombardeiro considerado como um sistema completo de arma;
- d) *Convair F-106* — O Congresso votou 100 milhões para o interceptador, o que não foi pedido pela Força Aérea, com a disposição de que o dinheiro poderia ser empregado no programa do B-70;
- e) *Boeing KC-135* — 224 milhões completarão o total da força prevista para 1961;
- f) *Republic F-105* — 535 milhões estão previstos para completar o total da força até 1963;
- g) *Lockheed C-130 B* — Além dos 70,4 milhões pedidos pelo Executivo para 25 aviões não destinados ao serviço de transporte, a Câmara e o Senado estabeleceram que 140 dos 200 milhões votados para a modernização do MATS deveriam ser empregados na compra de 50 C-130 B com alcance aumentado;
- h) *Aviões do MATS* — Os restantes 60 milhões para a modernização do MATS. O Senado diz que os aviões a comprar deveriam ser do tipo turbo-hélice, ou turbo-ventilador, com volume e seção transversal adequados para equipamento de combate, tendo possibilidade de carga em linha reta. A Câmara especificou que deveria ser do tipo de carga lateral. Além dos 200 milhões, o Congresso aprovou para o MATS, sem controvérsia, mais 50 milhões destinados ao aperfeiçoamento de um avançado transporte de carga, de modo a servir como a espinha dorsal das operações do MATS;

i) Aviões de instrução — O orçamento prevê:

- | |
|------------------------------------------|
| 9,8 milhões para 50 Cessna T-37 |
| 168 milhões para 144 Northrop T- |
| 64,5 milhões para 52 North American T-39 |

j) Alerta no ar — Foram votados 170 milhões, que representam o dobro do previsto. Além disso, o Congresso deu autorização ao Presidente

da República para usar quaisquer fundos que possam ser necessários em um alerta no ar;

1) *Convair Atlas* — 1,2 bilhões provêm o financiamento total até o ano fiscal 1963, de 13 esquadrões. Os primeiros sete esquadrões terão 10 mísseis, e os últimos seis terão 13 mísseis, cada um;

m) *Martin Titan* — O orçamento prevê 1 bilhão para completar o financiamento dos 14 esquadrões programados;

n) *Munizeman* — Foram dados 395 milhões para o aperfeiçoamento e produção desse novo míssil balístico intercontinental, de propelente sólido;

o) *North American Hound Dog* — Foram previstos 170 milhões para este míssil ar-superfície;

p) *Mc Donnel Quail* — 71,2 milhões foram programados para este míssil de exercício lançado do ar;

q) *Mísseis ar-ar* — Os fundos estão assim previstos:

Hughes GAR-3A	9,3 milhões
Hughes GAR-4A	25,6 milhões
Philco GAR-8 Sidewinder	10 milhões
Hughes GAR-11	41,5 milhões

r) *Lockheed Polaris* — A verba de 1,3 bilhões, dada pelo Congresso para o programa de mísseis balísticos da Marinha, prevê 230 milhões para mísseis. Este orçamento financiará completamente 5 submarinos nucleares e, parcialmente, 7 mais.

O programa de 1,1 bilhões recomendado pelo Executivo, compreendendo 207 milhões para mísseis, financiará completamente 3 navios;

s) O Congresso votou 287 milhões, quantia total pedida para pesquisa e aperfeiçoamento do míssil antimíssil.

4 — FÓRCA AÉREA NORTE-AMERICANA

O orçamento de despesa destina-se a apoiar, entre outras, as seguintes atividades da USAF durante o ano fiscal 1961:

Pessoal — 825.000 militares, 307.600 civis diretamente empregados e outros mais trabalhando por contrato.

Bases — 253 bases principais no mundo inteiro.

Unidades — 38 grupos estratégicos, 20 grupos de defesa aérea, 33 grupos aerotáticos, 66 esquadrões — tanque (reabastecedores), 21 esquadrões de transporte, 27 esquadrões diversos, 23 centros SAGE, 187 estações de radar para alarme aéreo, 67 estações da linha de alarme longínquo e uma base de alarme de míssil balístico.

Apoio logístico — 10 parques nos EUA, 1 na Europa e 1 no Japão.

Horas de voo — 6.985.000, fora os exercícios de alerta no ar. Na Reserva, 164.735 horas extras.

Pilotos — 52.095 pilotos e 17.847 navegadores-observadores.

InSTRUÇÃO — 2.200 novos pilotos e 1.868 novos navegadores. Novos técnicos, provenientes de outras fontes, totalizarão 148.802.

Residências — A Fôrça Aérea será responsável pela administração de 141.911 casas residenciais.

Hospitais — 131, com a média de 9.013 pacientes (inclusive 3.338 dependentes).

5 — HELICÓPTEROS PARA O EXERCITO DO EUA

O Exército acaba de revelar que em 1970 espera ter cerca de 6.000 novos helicópteros. Dêstes, 3.500 serão do tipo leve de observação, enquanto que os restantes 2.500 ou mais serão do tipo transporte para levar 10 soldados, cada um.

O Exército planeja, também, adicionar um número limitado de guindastes voadores e 300 Vertol Chinooks para mobilidade nas zonas de combate.

Cerca de 250 Grumman AO-1 Mohawks estão previstos para 1966. Os AC-1 Caribou, da De Havilland do Canadá, em número de 300, completarão o conjunto de aviões de decolagem e pouso curtos.

O Ten-Gen John C. Oakes, Subchefe de Operações do Exército, estima que dentro em breve o Exército estará comprando mais aviões do que a Fôrça Aérea ou Marinha.

6 — ALERTA NO AR

O Gen Thomas S. Power, Chefe do SAC (Comando Aeroestratégico), disse ao Senado que o sistema de alerta no ar para os aviões do SAC custaria 571 milhões de dólares no primeiro ano. Isto representa 7 vezes o orçamento atual do SAC. Em cada ano subsequente, o custo montaria a 850 milhões.

O alerta no ar consistiria em ter 1/4 dos bombardeiros a jato no ar constantemente, armados com armas nucleares para retaliar qualquer ataque russo com mísseis.

O Gen Power não advoga o estabelecimento de alerta total, imediata mas salienta a urgência de estocar o equipamento, em escala macia, agora mesmo.

7 — NOVOS B-58

O rápido desenvolvimento da aeronáutica nos últimos anos está ajudando a Fôrça Aérea em seus esforços para obter aviões mais versáteis.

A Convair propôs à Fôrça Aérea 3 novas versões do avião B-58. Fundamentalmente há pouca diferença entre os novos desenhos propostos e o atual

B-58A do SAC, mas êles terão maior alcance, voarão continuamente acima de 2 Mach, velocidade em que o B-58A só pode voar por um curto período de tempo.

Haverá, consequentemente, para os 3 Comandos (Estratégico, Tático e de Defesa Aérea) economia substancial do custo de produção, de manutenção e de suprimento.

A finalidade e as características gerais de cada um dos novos B-58 serão:

a) Bombardeiro estratégico, B-58C — Este avião seria equipado com 4 motores J-58, sem queimadores posteriores, que lhe dariam mais potência que os J79 com queimadores do B-58. O alcance seria maior do que 5.500 milhas marítimas, se reabastecido pelos KC-135. Isto permitiria aos aviões sair de suas bases nos EUA para atacar qualquer objetivo no Hemisfério Oriental e fazer um pouso para reabastecimento em território amigo, antes de regressar ao Hemisfério Ocidental.

A velocidade durante toda a missão seria em torno de 2,4 Mach, a mesma do transporte B-58, e sua altitude operacional seria de 70.000 pés. O peso bruto do B-58 é aproximadamente de 160.000 libras, mas o do B-58C seria de 200.000 lb, aumentando-se a margem do desenho para ampliar a capacidade de combustível.

b) Interceptador de longo alcance, B-58D — As propostas tratam da instalação de 2 motores J58 com queimadores posteriores. O seu peso bruto seria bem menor do que o da versão de bombardeiro. A razão principal é o aumento do fator carga, de modo que a estrutura possa suportar mais do que os 3G aproximados, previstos para o bombardeiro. O interceptador poderia suportar cerca de 7G do caça normal.

O B-58D usaria o sistema de controle de fogo e 6 mísseis GAR-9, que foram estudados e desenvolvidos para o F-108. Este sistema e os mísseis reduzem muito os requisitos de um interceptador para executar manobras de grande aceleração. O B-58 operaria a 70.000 pés, de onde o GAR-9 poderia acertar em alvos situados a 100.000 pés acima do nível do mar.

O raio de ação estimado do avião seria superior a 1.000 milhas marítimas.

c) Bombardeiro tático, B-58E — Dois motores J58 com queimadores posteriores acionariam êste avião, que teria alcance para atingir a Europa sem etapa, levando suficiente equipamento para duas missões, e poderia voar até a Indochina à velocidade de 2,4 Mach com um só reabastecimento.

Poderia decolar em 3.000 pés, aproximadamente. Entretanto, não poderia satisfazer os requisitos do Comando Aerotático em vôos de longo alcance ao nível do mar à velocidade de 1,2 Mach. Ele poderia fazê-lo a 0,9 Mach, mas a sua marca vermelha de pressão dinâmica seria excedida a 1,2 Mach em voo razante.

d) Transporte — A série de supersônicos B-58 também comprehende um avião-transporte para 52 passageiros, à velocidade de 2,4 Mach,

peso bruto de 190.000 libras e alcance de 2.525 milhas marítimas com reserva de combustível.

Poderia decolar de uma pista de 9.500 pés e o custo do passageiro-milha seria de 2,2 centavos de dólar.

8 — RADIOS-PORTATEIS

Depois de vários relatórios de vôos por parte de aviões militares e comerciais, foi constatado que os rádios-portáteis conduzidos por passageiros estavam interferindo nos sistemas de comunicações e de instrumentos dos aviões. Em certo caso, um instrumento chegou a indicar uma curva de 25 graus, embora o avião estivesse nivelado.

A Fôrça Aérea determinou que a Wright Air Development Division estudasse o problema. Esta Divisão confirmou a possibilidade de que uma variedade de inocentes aparelhos, conduzidos por passageiros, poderiam ocasionar alterações nos instrumentos e sistema de comunicações. Assim a citada Divisão recomendou:

- a) que não deveriam ser usados os rádios-portáteis, operando em freqüências diferentes da faixa de 540 a 1.600 kc;
- b) que não deveriam ser usados receptores fora do compartimento de passageiros, e então não próximo dos suportes dos equipamentos e de sua fiação;
- c) que deveriam ser proibidos os receptores das faixas standard em todos os vôos que empregam o sistema Loran para rádio-navegação;
- d) não deveriam ser usados todos os auxílios eletrônicos e elétricos para audição, durante as fases de aproximação e de pouso;
- e) não deveriam ser empregadas navalhas elétricas, e sugere que o MATS estude o equipamento de navalhas elétricas que não interfiram no avião; e
- f) não deveriam ser usados gravadores portáteis que produzem interferência passageira.

9 — NOTÍCIAS DA URSS

A Rússia parece estar escondendo um dos seus melhores aviões, o YAK-42, caça bombardeiro, apelidado de Backfin pela NATO.

As características desse avião são as seguintes:

Dimensões:

Comprimento	101,7 pés
Envergadura	80,4 pés
Altura	26,5 pés
Superfície de asa ..	1.016,8 pés quadrados
Relação de aspecto	6,3

Pesos:

Vazio	48.400	libras
Combustível	28.600	libras
Tripulantes (3)	660	libras
Carga paga	11.000	libras
Carga útil	40.260	libras
Máximo de decolagem	88.660	libras
Máximo de pouso	55.000	libras
Carga de asa	86,7	lb/pé quadrado
Carga de impulso	2,2	lb/lb de impulso
Carga de potência	38,5	lb/pé quadrado

Motores:

Dois M-209 de 20.240 libras, cada um, sem queimador posterior
26.400 libras, cada um, com queimador posterior

Performances (com queimadores posteriores):

Velocidade máxima — a 40.000 pés	975 mi.p.h.
Velocidade máxima — a 50.000 pés	1.000 mi.p.h.
Velocidade ao nível do mar	838 mi.p.h.
Velocidade de pouso	133 mi.p.h.
Velocidade de subida ao nível do mar	410 pés/seg
Teto absoluto	50.500 pés
Distância de decolagem (obstáculo de 50 pés)	5.900 pés, com auxílio de foguetes
Distância de pouso (obstáculo de 50 pés)	5.250 pés

Performances (sem queimadores posteriores):

Alcance	1.500 milhas
Tempo de voo	2,5 horas

Depois que decola com os foguetes auxiliares e 28.600 libras de combustível, em 200 segundos o avião atinge 33.000 pés de altitude. Continua a voar nesta altitude, sem queimadores posteriores, até 230 milhas de distância, depois mergulha próximo ao terreno para ficar abaixo da observação do radar inimigo. Daí segue para o alvo com velocidade supersonica, empregando os queimadores posteriores, alcançando o alvo em 38 a 39 minutos após a decolagem. Depois de largar a bomba o YAK-K2 sobe para 33.000 pés, com os queimadores posteriores, e rumoa à base. Agora, 16.000 libras mais leve do que por ocasião da decolagem, ele cruza a 590 mi.p.h. sem queimadores posteriores. A missão total dura 62 minutos.

Talvez os únicos interceptadores ocidentais que possam competir com o YAK-42, sejam o F-104 (Americano) e o Lightning P-1 (Inglês). Esta é a razão pela qual os alemães estão construindo 200 aviões F-104.

10 — EVOLUÇÃO DA USAF

a) As compras de novos aviões da Fôrça Aérea continuarão a crescer anualmente. Nos últimos 5 anos foram adquiridos:

1956	2.709
1957	1.440
1958	1.009
1959	762
1960	713

b) Doze Bases Aéreas encerraram suas atividades no ano de 1960, em consequência da desativação de muitos aviões de interceptação e de bombardeio estratégico.

Em 1961 deverão ser fechadas, no mínimo, mais 3 Bases Aéreas dentro dos EUA. Serão desativados 20 grupos de aviões e reduzidos 20.000 homens da Fôrça Aérea.

c) O Comando Aeroestratégico empregará aviões de bombardeio (712 B-52 e 76 B-58), aviões-tanque (177 KC-135), todos a jato, e mísseis intercontinentais (ATLAS). Para os ATLAS estão sendo construídas plataformas subterrâneas invulneráveis, geralmente junto às atuais Bases do Comando Aeroestratégico.

Em 1960 foram desativados quase todos os B-47, atingindo 1.200 aviões e, pelo menos, 45 grupos.

d) O Comando de Defesa Aérea terá sómente em uso os aviões de interceptação F-102 e F-106, desativando aos poucos os F-86, F-89, F-94, F-100, F-101, F-104 A e B e o RC-121 (piquête, de reconhecimento). A defesa aérea será complementada pelos mísseis BOMARC (defesa de área) e mísseis NIKE-HERCULES e HAWK (defesa de pontos). Mais dois últimos empregados pelo Comando de Defesa Aérea do Exército. O Comando Naval continuará a empregar na defesa aérea aviões de reconhecimento (Constellation), navios e torres flutuantes, tudo com radar.

Em 1960 foram desativados, pelo menos, 79 Esquadrões de Defesa Aérea e 3 Quartéis-Gerais de Áreas de Defesa.

e) Continuará o emprêgo de mísseis de alcance médio (THOR e JUPITER) nas bases de além-mar (Inglaterra, Itália, Turquia e Grécia).

f) O Comando Aerotático continuará a empregar os seguintes aviões:

F-100 Caça-bombardeio	— não é mais fabricado
F-101 Idem	— Idem
F-104 Idem	
B-57 Ataque	— não é mais fabricado e está sendo transformado em avião de reconhecimento
RF-101 Reconhecimento	— não é mais fabricado

RB-66 Reconhecimento	— não é mais fabricado
C-123 De assalto e transporte de tropas	— não é mais fabricado
C-119 Idem	
C-130-A Idem	
C-133 Idem	— não é mais fabricado

Estão em experiência o F-105 (Caça-bombardeio) e o RF-105 (Reconhecimento) que deverão entrar em serviço nas Unidades. O N-156 (Caça-bombardeio leve) ainda não entrou em serviço. O C-130-B (Transporte de assalto e de tropas), que é uma versão melhorada do C-130-A, deverá ser ativado.

No ano fiscal 1961 a Fôrça Aérea pretende adquirir mais 5 grupos de F-105, cerca de 415 aviões.

g) O transporte de pessoal e suprimento será realizado pelo MATS, com os seguintes tipos de aviões, todos fora de fabricação:

Convair 340 e 440
C-54
DC-6
Constellation e Super Constellation
C-124
C-133

h) O treinamento e a instrução serão realizados em:

T-37 Treinamento primário a jato
T-33 Treinamento avançado

Nos próximos 3 a 5 anos o T-38 (Caça e bombardeio), supersônico, deverá substituir o T-33.

i) Serão desativados 3 Esquadrões de Busca e Salvamento.

j) A Aviação do Exército usará o seguinte material:

H-23 (Raven)	— Helicóptero de observação e reconhecimento
H-13 (Sioux)	— Idem
H-21 (Shannee)	— Helicóptero de transporte
L-23 (Seminole)	— Avião para o transporte de pessoal e suprimento

O Departamento de Defesa autoriza o Exército a operar aviões até 5.000 libras de peso total e helicópteros.

O programa para 1960 prevê uma ampliação da utilização de helicópteros, com maior capacidade de carga e melhores performances.



Coordenador: Cel. AYRTON SALGUEIRO DE FRETTAS

ENGENHOS-FOGUETES E SATÉLITES

I — BOLETIM INTERNACIONAL

Ten da Armada HUGO GUILHERME

I — NOTÍCIAS DE TODO O MUNDO

França — a) Os franceses pretendem fazer voltar à atividade três Unidades do Exército com os mísseis HAWK, fabricados conjuntamente pela Alemanha, Bélgica, Holanda e Itália, sob a direção de uma firma francesa. b) A França produzirá o seu míssil balístico de alcance médio, com a ajuda dos Estados Unidos. A ogiva será francesa e o engenho deverá estar pronto em janeiro de 1961.

Canadá — Os canadenses estão utilizando os F-100 na sua Defesa Aérea e esperam substitui-los por mísseis BOMARC controlados pelo SAGE, e pelos mísseis NIKE-HÉRCULES.

Japão — Técnicos japonêses planejam construir até 1967 diversos tipos de mísseis americanos, particularmente NIKE, HAWK, BOMARC, CIDEWINDER e LITTLE JOHN.

Noruega — O míssil anti-submarino norueguês TERN, adaptado com sonar, está sendo estudado pela Marinha americana. Pretendem os americanos adquirir mísseis TERN na Noruega.

Inglaterra — Algumas nações européias esperam comprar o míssil inglês BLUE WATER, correspondente ao SERGEANT americano. Algumas encomendas já estão em estudo.

Itália — O cruzador italiano Garibaldi está sendo armado com mísseis americanos TERRIER, antiaéreos.

Alemanha Ocidental — a) A Alemanha Ocidental está comprando mísseis MACE e pretende, ainda, equipar diversos batalhões com mísseis NIKE, levando ogivas atômicas. Os alemães estudam, também, a possibilidade de formar um batalhão com mísseis HAWK. b) A Alemanha Ocidental acaba de fabricar 6.000 mísseis americanos SIDEWINDER e com eles está equipando seus aviões F-104 G. Por outro lado, os FIAT 91-G, caça leve, foram equipados com o míssil NORD 5.103 francês.

2 — PROGRAMA AMERICANO DO ESPAÇO

O Departamento de Defesa dos EE.UU. estabeleceu as seguintes atribuições no programa do espaço :

- 1) A Força Aérea terá o principal papel na conquista do espaço, cabendo-lhe o estudo, a produção e o lançamento dos foguetes espaciais ;
- 2) A Marinha trabalhará em satélites espaciais para a navegação;
- 3) O Exército cuidará dos sistemas de comunicações baseados em satélites ;
- 4) A ARPA (Repartição de Projetos de Pesquisa Avançada) continuará somente com a pesquisa avançada de mísseis ;
- 5) A NASA (Administração da Aeronáutica Nacional e do Espaço) continuará a tratar de projetos não militares, entre eles, o do lançamento de um homem ao espaço, que é de alta prioridade.

Comparando os EUA com a Rússia, tornou-se evidente que esta última nação está definitivamente à frente dos EUA no tamanho dos seus veículos espaciais.

Os 2 feitos russos, relativamente à luta, são de grande valor científico e técnico e, até hoje, os americanos não os conseguiram igualar.

Segundo as declarações de Von Braun, cientista alemão, naturalizado americano e que trabalha para o governo dos EE.UU., este país está atrasado 2 anos em relação à Rússia no programa do espaço pelos seguintes motivos :

- 1) Os russos estudam o programa por meio de um único grupo de cientistas e técnicos, e não por vários grupos como acontece na América ;

- 2) O programa americano é estabelecido em orçamentos anuais, enquanto que a Rússia o realiza em planos quinquenais;
- 3) A Rússia geralmente não faz propaganda de suas realizações, e muito menos, de suas falhas.

3 — ALGUMAS EXPERIÊNCIAS EM 1960

- a) Um míssil antimíssil NIKE-ZEUS do Exército foi lançado com êxito pela 1^a vez do subsolo. A prova demonstrou a possibilidade de localizar essas armas no Ártico, com o propósito de interceptar e destruir os mísseis inimigos, bem longe das áreas populosas dos EUA e do Canadá.
- b) A Marinha disparou, com êxito, 2 mísseis POLARIS, no Atlântico, percorrendo 1.000 milhas. Enquanto isto, o submarino nuclear George Washington continuou as experiências de seus tubos de lançamento de POLARIS, sob a água, usando mísseis de exercício.
- c) A Fôrça Aérea lançou de Cabo Canaveral, à distância de 3.000 milhas, um míssil balístico TITAN, de alcance intermediário, de 2 estágios, completando assim a prova de alcance limitado. Esse míssil foi destinado ultimamente a ataque circular em torno do globo.
- d) Em Vandenberg, a Fôrça Aérea esteve experimentando um novo hangar, tipo caixão, à prova de intempéries, do qual foi içado e posto em posição de fogo um míssil balístico intercontinental ATLAS, num tempo total de 22 minutos, o qual depois foi disparado para atingir uma área-alvo situada a 4.360 milhas na direção oeste.
- e) Depois de 7 disparos anteriores, sem uma falha, a Fôrça Aérea acabou de executar 10 provas com o seu míssil intercontinental MINUTEMAN, de 5.000 milhas de alcance, combustível sólido, e, assim ficou pronto para o seu lançamento final de um estilingo. O programa do MINUTEMAN, grandemente acelerado, diz a Fôrça Aérea que virá antecipar a sua data operacional de 1963 para o começo de 1962.
- f) Na sua primeira experiência estática, todos os motores do super-foguete SATURNO funcionaram perfeitamente, produzindo 1.300.000 libras de impulso. Diz o Dr. Wernher Von Braun que este é o mais possante foguete até hoje construído no mundo livre. Em sua potência máxima, o SATURNO desenvolverá 1.500.000 libras de impulso, tornando-se assim, o veículo básico para o seguinte programa espacial futuro do Dr. Braun:

1960 — 1º voo de um astronauta em subórbita;

1961 — voo do homem em órbita e lançamento de um foguete à lua com carga científica;

1962 — 1^a prova espacial na vizinhança de Marte ou Vênus.

1963-1964 — pouso controlado na lua e um observatório astronómico orbital;

1964 — circunavegação lunar sem o homem e 1º lançamento do SATURNO de 3 estágios;

1965 a 1967 — princípio do programa circulunar pelo homem e estabelecimento de uma estação permanente no espaço; e, depois de 1970, vôo do homem à lua.

4 — O "ASROC"

— Nos próximos anos um total de 150 destróiers e cruzadores serão armados com o míssil ar-submarino ASROC. Ele já está pronto para ser instalado no Norfolk e no destróier Peary, e dentro em pouco, nos destróiers Preble e Dewey.

O custo total da instalação será de 270 milhões de dólares, cerca de 1,8 milhões por navio. Os mísseis custam 22 mil dólares, cada um.

O ASROC é considerado como a arma capaz de contrabalançar a ameaça dos novos submarinos nucleares que a Rússia está construindo.

Estima-se que o alcance do novo míssil seja superior a 8 milhas, mas espera-se que seja aumentado.

Dados do ASROC:

Nome: ASROC (contração de foguete anti-submarino).

Dimensões: Comprimento, 15 pés; diâmetro do míssil, 1 pé; e diâmetro geral, 2,5 pés.

Peso: Aproximadamente: 1.000 libras.

Velocidade: Aproximadamente: 1 Mach.

Deteção: Por sonar.

5 — "O TRANSIT 2-A"

A Marinha e a Fóra Aérea dos EUA colocaram em órbita, num só disparo, um duplo satélite, denominado Transit 2-A. Sua trajetória é de uns 800 km. acima da Terra, deslocando-se sobre partes da Rússia do Ártico e da Antártida.

A esfera de alumínio, que pesa 140 kg, se abriu uma vez colocada em órbita para liberar outro satélite.

Os cientistas americanos instalaram uma estação móvel em Punta Arenas, Chile, para poder determinar com precisão a órbita do satélite.

Os principais objetivos do satélite são:

- 1) Proporcionar um sistema global de navegação, qualquer que seja o estado do tempo e do mar;
- 2) Determinar com exatidão onde se acham situadas as massas de terra em nosso planeta;

3) Determinar, mediante um relógio eletrônico "numérico", a hora exata e simultânea de 2 pontos da terra, por exemplo, entre New York e Buenos Aires. O relógio eletrônico poderia substituir mais tarde os velhos cronômetros que se usam nos navios.

O satélite procurará obter outros dados, e para isso levará um transmissor experimental e antena com o fim de sintonizar os sons cósmicos e dar a conhecer ao homem que classe de ruídos se produzem na via látea.

6 — O "COBRA"

Os Fuzileiros Navais americanos compraram 100 mísseis COBRA, de 20 libras, controlados por cabo, de propelente sólido, produzido na Alemanha Ocidental, onde estão em uso operacional.

A arma de 30 polegadas de comprimento é capaz de destruir qualquer blindagem de carro de combate conhecido. Possui 5,5 libras de alto explosivo na sua ogiva.

O míssil será experimentado para verificação como arma de defesa muito precisa, móvel e transportável por helicóptero em operações anfíbias.

Durante o voo, o COBRA alcança a velocidade de aproximadamente 280 km. p.h., e o seu potencial máximo está entre 500 e 1500 metros.

A instrução do pessoal, que irá operá-lo, está sendo feita por meio de um sistema de sinais eletrônicos que dirige um pequeno míssil contra um alvo. O operador guia o míssil contra o alvo, usando o sistema normal de controle, que é um stick ou manche semelhante ao de um avião.

7 — MISSEIS SOVIÉTICOS

O Instituto de Estudos Estratégicos, de Londres, que é o único centro não governamental no Ocidente, além dos EUA, dedicado a estudos de defesa e desarmamento, em recente relatório declarou o seguinte:

- a) O poder soviético russo em mísseis ultrapassa de muito o do Ocidente;
- b) os russos têm cerca de 100 bases principais de mísseis e uma arma de mísseis com 200.000 homens;
- c) A arma russa de mísseis é comandada por um General Engenheiro, que controla a produção de foguetes e mísseis e armas atômicas, e está encarregado de plataformas de experiências e unidades operacionais;

d) As bases de mísseis estão ao longo da costa do Báltico (a maioria em torno de Königsberg), entre o Lago Ladoga e o Mar Branco na Ucrânia do Sul, nos Carpatos e na Floresta Thuringiana na Alemanha Oriental;

e) As principais armas relacionadas são os T-3 (intercontinentais), os T-2 e T-4 (de alcance médio, 1.800 e 1.000 milhas respectivamente), e os mísseis mar-terra KOMET e GOLEM (95 e 310 milhas). O GOLEM só pode ser lançado de um submarino à superfície, enquanto o KOMET pode ser disparado de um submarino submerso.

8 — BASES DE MISSEIS SOVIÉTICOS EM CUBA

Os estrategistas americanos estão preocupados com a possibilidade de que os russos fornecem mísseis a Cuba. Os acontecimentos dos últimos dias devem ser tomados em consideração pelos EUA no planejamento da defesa do Ocidente.

A menos que isso seja modificado por uma ação — possivelmente armada, dos EUA, os ganhos da guerra fria pela Rússia seriam enormes, porque:

- a) Castro teria em suas mãos armas que poderiam causar grandes embaraços aos EUA;
- b) Cuba poderia intimidar toda a América Central e continuar as tentativas, falhadas anteriormente, de espalhar a revolução de Castro e expandir a posse de outros territórios;
- c) A Rússia teria uma contrapartida para pedir a retirada das bases americanas situadas fora dos EUA;
- d) O bloco comunista teria uma poderosa base de onde aumentaria suas atividades através da América Latina.

Sabe-se que os russos possuem um grande estoque de mísseis táticos e balísticos intercontinentais de alcance médio, do qual poderia vender uma parte a Cuba.

Os mísseis balísticos intercontinentais de alcance médio poderiam se lançados de Cuba, atingir a maior parte dos EUA, estando dentro do seu alcance: New York, Washington, Chicago e Denver. Os mísseis táticos, tais como o Komet 2, poderiam atingir o sul dos EUA, inclusive o depósito de POLARIS em Charleston, S. C. e Cape Canaveral.

Mais importante, porém, para a estratégia cubana e soviética é que esses mísseis poderiam atingir qualquer parte da América Central, alcançando as Índias Ocidentais, Venezuela, Equador e Norte do Brasil.

Castro, armado com mísseis soviéticos e um exército em expansão, se tornaria o maior poder militar da América Latina.

II — FOTOGRAFETRIA COM OS SATÉLITES TERRESTRES

O Cel João de Mello Moraes, chefe da Comissão Especial de Levantamento do Nordeste, enviou-nos de Olinda, o presente trabalho de autoria de Paul Rosemberg, traduzido e condensado pelo Cap "T" Engenheiro Geógrafo Lauro Pie. O artigo foi, meses atrás, liberado pelo Departamento de Defesa dos EUA e apresentado à 24^a Assembléia da "American Society of Photogrammetry".

INTRODUÇÃO

Satélites não tripulados e portadores de instrumentos já são um fato real. Satélites tripulados são factíveis e serão um fato consumado numa década. No entretanto os estudos do A.G.I. (Ano Geofísico Internacional) sobre a atmosfera superior e o espaço adjacente estão fornecendo dados em que se basearão os desenhos dos futuros veículos satélites, seus instrumentos e suas câmaras.

É tempo, consequentemente, de o fotogrametrista considerar os usos potenciais de satélites terrestres e estações espaciais, tripulados ou não, em tarefas não militares de fotogrametria. Este trabalho propõe e discute futuros métodos fotográficos e eletrônicos para a fotogrametria a partir de satélites terrestres, as vantagens de tais métodos e os problemas e dificuldades dos mesmos.

ÓRBITAS DOS SATELITES

Antes de estudar a fotogrametria dos satélites terrestres em si é interessante sumariar alguns fatos básicos e dados relativos aos satélites e às suas órbitas.

A órbita de um satélite é uma elipse da qual o centro da Terra ocupa um dos focos. (A excentricidade de uma órbita pode ser zero e nesse caso a órbita torna-se uma circunferência com a Terra no centro).

Uma vez lançado em sua órbita um satélite ai permanece sem qualquer outra força propulsora, porque a atração gravitacional da Terra sobre ele é igual à força centrífuga de seu movimento orbital. Este equilíbrio resulta numa aparente ausência de peso, "como se" o satélite e sua carga estivessem numa região de gravidade zero. (Contrária-

mente à errónea concepção popular a gravidade age continuamente sobre o satélite; na realidade é a gravidade que o mantém em órbita.

Um satélite continuaria indefinidamente em sua órbita sem aplicação de qualquer outra força propulsora, exatamente como faz a Lua, se a órbita ficasse completamente fora da atmosfera terrestre. Se tôda a sua órbita, ou parte dela, é suficientemente baixa para encontrar apreciável densidade de ar a energia cinética do satélite será gradualmente dissipada em calor pelo atrito com o ar.

Sob estas últimas condições a órbita e o período irão gradualmente diminuindo até que a excentricidade da elipse torne-se nula, após o que o satélite executará uma órbita espiralada de raio decrescente até chocar-se com a superfície do planeta ou ser destruído pelo calor aerodinâmico devido às velocidades ultra-sônicas.

QUADRO I

Dados sobre os três primeiros satélites terrestres:

DATA	1957 Alpha (Sputnik I)	1957 Beta (Sputnik II)	1958 Alpha (Explorer I)
Data de lançamento	4 Out 1957	3 Nov 1957	31 Jan 1958
Vida Estimada	Desintegrado	cinco meses	2 anos
Peso	83,5 K	508 K	14 K
Forma	Esférica	Cônica	Cilíndrica
Dimensões	60 cm (diâmetro)	5,7 m Comp. 1,2 m diâmetro	2,03 m Comp. 15 cm diâmetro
Altitude apr. Perigeu	209 Km	234 Km	354 Km
" " Apogeu	933 Km	1.699 Km	2.560 Km
Período	68 minutos	104 minutos	114 minutos
Angulo da órbita c/plano do Equador	65°	65°	34°

O quadro I fornece dados concernentes aos dois primeiros satélites russos (Sputnik I e II) e ao primeiro satélite americano (Explorer I). Esses satélites são designados respectivamente como 1957 Alfa, 1957 Beta e 1958 Alfa, de acordo com a nomenclatura dos satélites artificiais aprovada pelo Comitê Nacional Americano para o A.G.I. e baseada na convenção astronômica para a designação dos cometas.

A figura 1 mostra, aproximadamente em escala, os tamanhos das órbitas dos três satélites em relação com a Terra. O círculo mais interior da figura representa a superfície do planeta; os dois círculos seguintes, bem próximos entre si, representam as órbitas dos satélites de 1957, e o círculo mais exterior representa a órbita de 1958 Alfa cuja altitude oscila entre aproximadamente 354 Km no Perigeu e aproximadamente 2.560 Km no Apogeu. Este último satélite tem uma maior "vida esperada" que os 1957 Alfa e Beta por estar em uma órbita mais alta onde encontra menor resistência atmosférica.

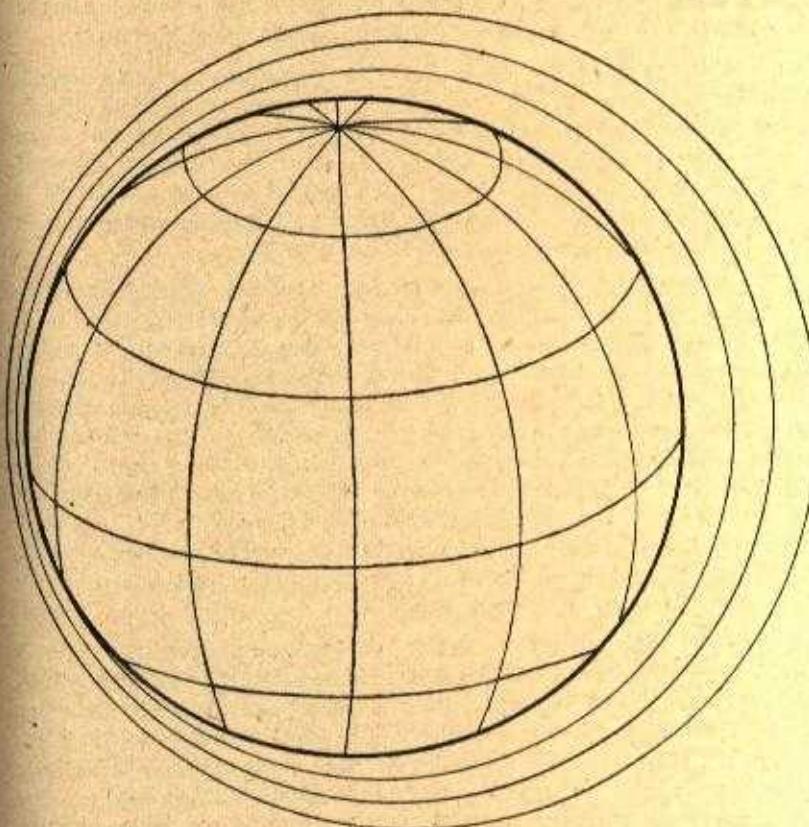


Figura 1

Os dados orbitais agora reunidos e sendo analisados graças aos primeiros satélites darão informações mais seguras que as atualmente disponíveis, a respeito das densidades das camadas superiores do ar e per-

mitirão previsões melhores que as atualmente possíveis sobre a vida esperável dos satélites (1).

No entretanto, para fins de estudo neste trabalho, suporemos que uma altitude de 240 Km é a menor altitude em que um satélite fotogramétrico pode viajar em uma órbita elíptica e com razoável vida esperada. Isto está conforme com as vidas dos satélites 1957 Alfa e Beta. Está também em consonância com os cálculos teóricos que mostram, por exemplo, que para órbitas circulares a vida esperada de um satélite de 10 Kg, esférico, de 50 cm de diâmetro, como o do projeto "Vanguard", é aproximadamente de um mês à altitude de 344 Km e menos de um dia à altitude de 160 Km. A vida esperada cresce rapidamente com a razão entre a massa e a área da seção reta do satélite, favorecendo os satélites bastante maciços para conterem equipamento fotogramétrico.

A órbita de um satélite deve ficar num plano que contenha o centro de massa da Terra. Não é possível, por exemplo, um satélite circular em uma órbita contida no plano de qualquer paralelo, à exceção do Equador Terrestre. Abandonando os efeitos de precessão (devidos principalmente à forma não esférica da Terra) a normal ao plano da órbita de um satélite pode ser considerada tão fixa em direção no espaço que independa da rotação diurna da Terra.

Existem três tipos de planos orbitais possíveis: o plano do Equador, um plano passando pelos pólos e planos em ângulos intermediários. A órbita equatorial é a menos desejável para fins fotogramétricos porque aí um satélite pode "ver" apenas uma zona muito limitada em largura. Por outro lado, a órbita polar habilitará um satélite fotogramétrico a mapear qualquer área sobre a superfície do planeta. A projeção da trajetória de um satélite polar sobre a superfície da Terra é semelhante a uma bola de fio em que cada volta do fio passe pelos pólos, cobrindo eventualmente toda a superfície da bola. Evidentemente isto exclui os casos especiais em que o período sinódico do satélite seja um múltiplo ou submúltiplo inteiro de 24 horas, casos em que a trajetória projetada sobre a terra repetir-se-á sobre si mesma.

O terceiro tipo de plano orbital (em ângulo intermediário entre os planos equatorial e polar) foi escolhido para os satélites de 1957 e 1958. Os ângulos desses planos orbitais com o plano equatorial são dados na última linha do quadro I. Neste tipo de órbita a trajetória projetada traça uma figura em forma de gomos de cesta sobre a Terra, numa faixa entre dois paralelos de latitudes iguais e de sinal contrário. Parte dessa figura está apresentada na figura 2, para um satélite em órbita circular.

(1) O presente artigo foi apresentado à Convenção Conjunta da American Society of Photogrammetry e do American and Mapping Council em 26 de março de 1958. Daí serem ignorados pelo autor os mais recentes sucessos no campo dos satélites e da própria matéria tratada, como seja o caso da Câmara que equipa os agora famosos jatos U-2.

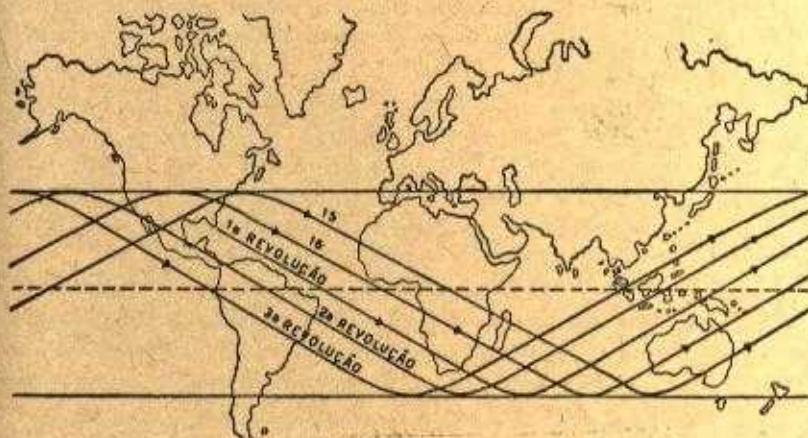


Figura 2

a 40° sobre o Equador, e de período de 90 minutos, aproximadamente o esperado para os satélites "Vanguard". A figura mostra as primeira, segunda, terceira, quinta e sexta revoluções de tal satélite, cujo período de rotação é um dezesseis-avos do período da rotação diurna terrestre. Um satélite fotogramétrico lançado no mesmo plano orbital que os 1957 Alfa e Beta poderia mapear toda a área entre as latitudes de 65° Norte e 65° Sul.

FOTOGRAFIA E FOTOGRAFETRIA AÉREAS DESDE UM SATÉLITE RECUPERAVEL

A entrada de um satélite terrestre na atmosfera do planeta sem um tremendo aumento de temperatura (com velocidades iniciais da ordem de 29.000 Km/h) é o difícil problema de engenharia e aerodinâmica que deve ser resolvido, antes que um satélite instrumental ou tripulado possa ser recuperado com segurança. Apesar disso suporemos nesta seção que o problema da entrada tenha sido resolvido e os satélites possam ser recuperados.

Satélites como o 1957 Beta ou uma estação espacial tripulada são de tamanho e peso suficientes para conduzir equipamentos e câmera fotogramétrica. É portanto realístico e prático considerar os problemas de engenharia relativos a desenho, construção e uso de tais equipamentos.

Uma câmera na altitude de um satélite tem a vantagem de uma cobertura muito larga. Por exemplo, a uma altitude de 2.560 Km, que a do apogeu do "Explorer I", uma lente com 90° de campo fotografaria

mais de um terço de toda a área do planeta, numa só fotografia de horizonte a horizonte. Fotografias de ampla cobertura como essa seriam valiosas para propósitos geodésicos como a "amarração" de levantamentos em maiores escalas.

Uma lente de distância focal de 152,4 mm (seis polegadas) colocada a mencionada altitude de 2.560 Km forneceria fotografias na escala de aproximadamente 1/20.000.000. Evidentemente esta escala é muito pequena para mapeamento topográfico útil, a menos que o poder separador e a definição das lentes e emulsões fotográficas sejam aperfeiçoadas muito além de qualquer coisa presentemente possível.

Altitudes menores são obviamente mais desejáveis ou, melhor dizendo, menos indesejáveis para o mapeamento topográfico. 240 Km foi aceito como sendo o limite inferior de altitude para um satélite fotogramétrico, no anterior estudo que fizemos das órbitas e expectativas de vida dos satélites. Mesmo a essa altitude uma lente de 152,4 mm toma fotografias na escala de aproximadamente um para dois milhões. Tal escala não dará uma resolução ou um fator "C" altos bastantes para mapeamento topográfico, segundo os usuais padrões de precisão. É, portanto, lícito concluir que a fotografia desde o satélite com câmaras fotogramétricas convencionais, só será utilizável no mapeamento planimétrico em escalas pequenas e na ligação de levantamentos em escalas maiores feitos com outras fotografias.

É interessante mencionar que a supradita leite de 152,4 mm de distância focal, fotografará, a uma altitude de 240 Km, uma área de aproximadamente 360 x 360 quilômetros em uma chapa de 24 x 24 cm usando fotografia vertical. Com tão larga área por foto e um recobrimento longitudinal de 60% apenas 185 exposições constituirão uma faixa única cobrindo a circunferência terrestre. O intervalo entre as exposições será de 27 segundos para satélites com velocidade efetiva (*ground-speed*) de 29.000 Km/h.

Evidentemente câmaras com grande distância focal são necessárias se se deseja obter fotografias em escala grande (2). Por exemplo: Uma distância focal de 4.572 mm (180 polegadas) a uma altitude de 150 milhas náuticas, (278 Km, aproximadamente) produzirá uma fotografia na mesma escala de 1/60.000 que uma câmara convencional de 152,4 mm a uma altitude de 8.000 m, e fotografará a mesma área útil, no mesmo formato. Para fotografias nessa mesma escala mas a altitudes de 800 Km e 2.800 Km, as distâncias focais necessárias seriam, respectivamente, cerca de 16 m e 50 m. Tais câmaras vamos batizá-las de "DFRL" (Distância Focal Real Longa).

(2) A escala de uma fotografia aérea é dada pela relação entre a distância focal e a altura de voo. Como no caso não se pode diminuir a altura de voo, a única solução para aumentar a escala é aumentar a distância focal da câmara.

Presumivelmente tais câmaras de grande distância focal podem fornecer fotografias de nitidez de detalhes (*ground resolution*) comparável à obtida de câmaras convencionais em altitudes convencionais. Contudo seria altamente discutível se as fotografias de satélites seriam úteis para as medições de relêvo no mapeamento topográfico, devido a pequena relação entre a base e a altitude (base-height ratio). A câmara já mencionada de 50 m de distância focal e à altitude de 2.600 Km, usada com recobrimento de 60% e formato 24 x 24 cm, teria uma relação de apenas 0.05. Formatos de tamanho impraticável, como sejam 3 x 3, ou 6 x 6 m, seriam necessários para dar à câmara-satélite de grande distância focal valores utilizáveis da relação.

A fotografia convergente e o trimetrogon (3) devem ser estudados como soluções possíveis ao problema do uso de satélites terrestres para mapeamento topográfico.

Para manter as velocidades de abertura convencionais a lente de uma DFRL deveria ser extraordinariamente grande em diâmetro. Uma velocidade de f6, por exemplo, exigiria diâmetros de abertura de 80 cm, 250 cm e 700 cm às previamente mencionadas câmaras de distâncias focais respectivas de 4,5 m, 16 m e 50 m. Ainda para uma velocidade tão baixa como 22 os diâmetros de abertura seriam de 20 cm, 69 cm e 223 cm, respectivamente. Lentes com tais diâmetros seriam absurdas. Espelhos refletores seriam uma melhor solução para a iluminação e a formação de imagem nas câmaras-satélites.

Tais instrumentos são, assim, da classe dos telescópios astronômicos.

Além e ao lado do problema das lentes o desenho e a construção da ótica e da mecânica de tais câmaras-satélites de alta precisão e grande distância focal seriam grandemente difíceis, se não existissem três fatores suavizantes:

1 — A câmara é "sem-pêso" quando o satélite portador está em órbita; isto permite que os dois extremos da câmara (lente e quadro focal) sejam ligados rigidamente entre si por elementos de grande comprimento e relativamente leves.

2 — Os satélites podem ser tornados virtualmente livres de vibração quando em órbita.

(3) Trimetrogon é um método de mapeamento desenvolvido durante a última guerra e largamente utilizado na confecção da famosa World Aeronautical Chart. Baseia-se no emprego de três câmaras sineronizadas, duas inclinadas e uma vertical. É, entretanto, de precisão pouco recomendável para mapeamento topográfico. Daí a recomendação de "estudo" e não de "emprego". Já a fotografia convergente é o mais recente aperfeiçoamento técnico no campo, atendendo justamente ao aspecto da relação "Base-Altitude".

3 — A câmara pode estender-se muito para fora do corpo do satélite quando na órbita, pois a resistência aerodinâmica será negligível, particularmente em altitudes superiores a 500 Km. A câmara pode ser feita retrátil, ocupando um pequeno espaço dentro do satélite quando do lançamento e automaticamente estendendo-se completamente para fora do conjunto quando em órbita. O largo espaço entre a lente e o quadro focal necessita ser protegido apenas por uma pequena capa capaz de vedar a luz; o interior da câmara não necessita pressurização e pode ser mantido no mesmo vácuo exterior, exceto para o quadro focal, como comentado abaixo.

Conseqüentemente as câmaras-satélites "DFRL" se apresentarão sem grandes compactações da ótica ou, pelo menos, com compactações muito reduzidas. Seu desenho, sua construção e sua operação continuam, contudo, difíceis, pelas seguintes razões:

1 — A câmara deve ser suficientemente rígida para aguentar as acelerações de lançamento e recuperação.

2 — Uma câmara não pressurizada deve operar em vácuo quase perfeito; sob tais condições os lubrificantes convencionais falham completamente e as partes mecânicas não lubrificadas, como o obturador, tendem a emperrar.

3 — A emulsão sensível não deve ser afetada pelo vácuo; as emulsões atualmente disponíveis são tremendamente afetadas, de modo que o quadro focal da câmara-satélite provavelmente terá de ser pressurizado.

4 — O filme não deve ter base e emulsão afetadas pelos extremos de temperatura a que estarão sujeitos o satélite e sua carga.

5 — O filme deve ser protegido contra as radiações cósmicas e solares intensas que ocorrem fora da proteção atmosférica.

6 — Possíveis colisões com meteoritos ou micrometeoritos poderão erodir ou destruir algumas superfícies óticas.

7 — Outros problemas, discutidos nos parágrafos a seguir, como estabilização, compensação de arrastamento, mudanças na razão base-altitude, determinação da vertical e mudanças de altitude devidas à elipticidade da órbita.

Um alto grau de estabilidade é, obviamente, importante para câmaras a altitudes de centenas de quilômetros. Uma precisão de 6 m no terreno, corresponde à altitude de 240 Km, a um nível de estabilidade de cinco segundos de arco. Afortunadamente isso não constitui grande problema, pois um satélite em órbita move-se e gira suavemente, sem as acelerações e oscilações imprevistas que experimentam os aviões convencionais. Contudo, isso não é suficiente para estabilizar uma câ-

mara-satélite com respeito a uma referência de inércia, porque então a câmara apontará verticalmente para a Terra apenas uma vez em cada revolução. Nem se pode conseguir para a câmara um movimento giratório constante (em torno de um eixo perpendicular ao plano da órbita) de modo a manter a câmara apontada segundo a normal à superfície terrestre; isto só seria possível para uma órbita circular e não funcionaria numa órbita elíptica porque o raio vetor do centro da Terra ao satélite não gira com velocidade angular constante. Conseqüentemente a câmara deve ser forçada a girar com velocidade angular variável, função da sua órbita, de modo a manter-se sempre dirigida para a Terra verticalmente.

A determinação da vertical terrestre de um satélite é bem difícil, pois o satélite e seu conteúdo, em órbita, experimentam condições semelhantes à ausência de Peso. Provavelmente serão necessários meios indiretos para essa determinação; a observação automática da posição do horizonte seria uma solução.

A compensação do arrastamento será uma necessidade para as câmaras-satélites e será de solução mais difícil que para as câmaras aéreas comuns. Ainda que a relação V/H (velocidade para altitude) de uma câmara-satélite a 240 Km de altitude seja da mesma ordem que as relações convencionais, persiste o fato de que a velocidade efetiva do satélite será da ordem de 29.000 Km/h. A uma tal velocidade a imagem mover-se-á de uma distância correspondente a 60 m no solo durante uma exposição de 1/100 de segundo. Ainda mais, o vetor "velocidade no solo" estará continuamente mudando de direção e magnitude (exceto para o caso de órbita equatorial) devido a uma combinação de pelo menos quatro fatores:

- 1) Variações periódicas da velocidade linear do satélite enquanto ele se desloca na órbita entre um máximo no Perigeu e um mínimo no Apogeu;
- 2) Variação dessa velocidade à medida que o atrito no ar vai lentamente modificando a órbita;
- 3) Precessão;
- 4) Variação da direção da velocidade no solo que, em cada instante, é dada pela soma vetorial da velocidade da superfície do planeta, devida ao movimento diurno, com a projeção sobre a superfície terrestre da velocidade orbital de satélite (ambas essas velocidades estão continuamente variando, pois a velocidade da superfície terrestre é uma função da latitude).

Para uma precisa compensação do arrastamento será necessário ou medir o fator V/H continuamente ou calculá-lo com base no conhecimento exato da órbita do satélite. Talvez o Radar Doppler seja uma solução do problema (4).

(4) RADAR-DOPPLER — Aplicação do fenômeno de interferência muito conhecida como "Efeito" "Doppler" — Fizeau" às emissões de radar.

A câmara-satélite ideal para fotogrametria será uma câmara de filme, estabilizada, sem obturador, que "sinta" automaticamente o fator V/H, a direção de V e a direção da vertical terrestre.

Em órbita elíptica a altitude do satélite varia grandemente durante cada revolução em torno do planeta. Por exemplo, a altitude do Apogeu de 1958 Alfa é mais de sete vezes a sua altitude de Perigeu. (Ver quadro I).

Esta variação de 7:1 em altitude significa:

- 1) A escala da fotografia variará numa razão sete durante cada meia revolução do satélite;
- 2) V/H variará ainda mais, com correspondentes variações no arrastamento e na sua compensação.

Uma órbita circular ou quase, é, portanto mais desejável que uma órbita elíptica para fins fotogramétricos.

Como na fotografia aérea convencional, deve ser feita a correção de refração para as fotografias obtidas do satélite, especialmente porque em tal caso as fotos são tomadas através de TODA a capa atmosférica. Variações locais e flutuações na densidade atmosférica também serão dificuldades acessórias numa precisa fotogrametria a partir de satélites.

Se os satélites recuperáveis já postulados não são tripulados a operação da câmara, inclusive sua orientação, deverá ser completamente automática ou, pelo menos operada de Terra por controle remoto. Se o satélite é tripulado os problemas de operação e orientação são obviamente simplificados, pois podem ser controlados e dirigidos por um operador junto à câmara ou em suas proximidades. Na realidade, se o satélite é suficientemente espaçoso e bem equipado para ser tripulado, muitos dos problemas de desenho da câmara tornar-se-ão menos severos, pois o interior de um grande satélite ou estação espacial irá evidentemente permitir condições de ambientes que não serão tão diferentes das reinantes no interior de um avião fotogramétrico convencional.

FOTOGRAFETRIA DESDE UM SATÉLITE NÃO RECUPERÁVEL

Se o satélite em si não é recuperável, é possível que se possa recuperar apenas o filme. Ainda que nem o filme possa ser recuperado continuam existindo diversos métodos possíveis de obter informação fotogramétrica. Ai se incluem:

- Revolução automática do filme do próprio satélite seguida de transmissão automática das fotografias reveladas para uma estação em terra, pelo processo de "fac-símile", via rádio;
- Televisionamento do terreno recoberto pelo satélite e transmissão da imagem para a estação em terra;

- Televisionamento do terreno direto do satélite para a Terra;
- Vasculhamento do terreno por foto multiplicador, sistema PRA;
- Vasculhamento por luz infravermelha ou radar e retransmissão para o terreno.

Os métodos acima enumerados exigem apreciável potência elétrica disponível no satélite, bastante acima dos níveis atualmente possíveis com as baterias solares já existentes. A utilidade de tais satélites fotogramétricos será limitada pela vida útil das fontes de energia que puder conter. Tais métodos requerem ainda uma larga faixa de radiofrequências para a transmissão das informações para a terra.

Câmaras de televisão em satélites parecem ser uma promissora ferramenta para reconhecimentos e para observações meteorológicas para auxílio da previsão do tempo. Câmaras de televisão à base de transistores podem já ser feitas com peso tão reduzido como cinco quilos e operando com potências de apenas 150 watts. Contudo as câmaras atualmente disponíveis no comércio só podem fornecer um grande poder separador com pequeno ângulo de campo, ou grande ângulo de campo com poder separador muito pobre. Seria altamente desejável para a fotogrametria espacial o desenvolvimento de câmaras de televisão que combinassem alto poder separador com grande ângulo de campo.

Os métodos baseados no fotomultiplicador e no "vasculhador de linha" (linescan) oferecem maior abertura de campo, maior poder separador e muito maior sensibilidade aos níveis muito baixos de iluminação do terreno — especialmente em altas altitudes — que a televisão. Contudo, os métodos não dependentes da televisão para a inspeção do terreno, demandam um grau de estabilização de satélite que não parece factível com o equipamento estabilizador atualmente disponível.

FOTOGRAFETRIA DA LUA E DOS PLANETAS

A velocidade efetiva de 29.000 Km/h uma câmara conduzida por um satélite pode fotografar uma faixa de 4.800 Km de comprimento a cada dez minutos, mesmo sobre as mais inacessíveis áreas. Nessa cidadela, se a arte da fotogrametria espacial tornar-se comparável à fotogrametria convencional, dentro de pouco tempo o Mundo estará completamente mapeado. O fotogrametrista terá então de tentar a conquista de novos mundos. Novos mundos esperam o fotogrametrista, tanto real como figuradamente, no espaço interplanetário. Será sua tarefa mapear o satélite natural da Terra, os outros planetas do nosso sistema solar e suas respectivas luas. Ele poderá fazê-lo desde satélites colocados em órbita em torno dos planetas e seus satélites do mesmo modo como mapeará a Terra desde satélites em órbita em torno dela.

Já é tecnicamente possível mandar um veículo-foguete contornar a Lua. Uma órbita possível para tal viagem é a mostrada na figura 3. Lançando desde fora da atmosfera terrestre a aproximadamente 33.500 Km/h (o que é menos que a velocidade de escape de cerca de 50.800 Km/h) o veículo em tal órbita passará a primeira vez em redor da Lua e retornará à Terra 157 horas depois da partida. Terá aproximadamente 50 horas de efetiva proximidade para a observação da Lua, passando a menos de 2.100 Km da face da mesma que nunca se mostra à Terra. Dentro de nossa geração um veículo espacial tripulado poderá contornar a Lua ou descer lá. Um dos primeiros passos na exploração sistemática da mesma será, provavelmente, o levantamento fotogramétrico desde um satélite orbitando em torno dela. Um satélite mapeador pode circular em órbita lunar a menores altitudes do que pode fazê-lo em relação à Terra, pois não existe ali atmosfera para atuar como freio sobre ele. Também os satélites lunares podem trafegar a menores velocidades orbitais devido a ser a massa da Lua menor que a da Terra (segundo um divisor de aproximadamente 81). Por exemplo: o veículo na órbita da figura 3 estaria desenvolvendo velocidades de apenas algumas centenas de quilômetros horários, quando passasse pelo lado oposto da Lua à altitude de 2.100 Km, enquanto um satélite orbitando em redor da Terra à mesma altitude deveria desenvolver velocidades da ordem de 29.000 Km/h.

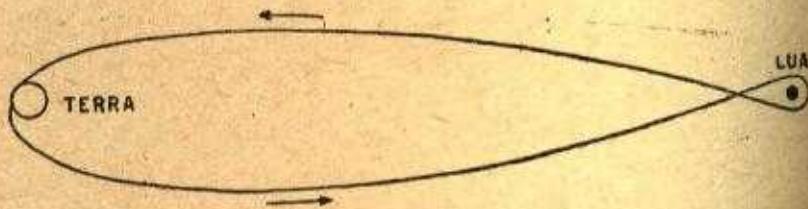


Figura 3

Por algum tempo ainda, o mapeamento da Lua, dos planetas e dos satélites não exigirá os mesmos altos padrões de precisão que demanda o mapeamento terrestre. Consequentemente muitas aproximações da fotogrametria espacial que poderão ser intoleráveis para o mapeamento terrestre serão aceitáveis no mapeamento planetário, especialmente na fase das primeiras explorações.

Será um dia importante na história da fotogrametria aquêle que um foto-intérprete olhar pela primeira vez uma imagem esterioscópica das crateras e montanhas da Lua; ou do outro lado da mesma, nunca antes visto pelo homem; ou a superfície de Vênus, ou os "canais" de Marte. O fotogrametrista ainda tem muitos mundos a conquistar!



ANO II — N. 49
(NOV 60)

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO.
Instrutor da ECUME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

1. LEIS DA GUERRA
Almirante Castex, da França
Tradução do Maj J. R. de Miranda Carvalho.
2. GUERRA MODERNA TÉCNICA E SURPRESA
Maj Amerino Raposo Filho.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

- EXPEDIÇÕES CONTRA CANUDOS (1^a PARTE)
Gen-Ex Tristão de Alencar Araripe.

III — ORGANIZAÇÃO

- EM TÓRNO DE UMA REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO
Maj Alexandre M. C. Amêndola.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das conceções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

1. LEIS DA GUERRA

Gen LA CHAPELLE, do Ex Francês
Trad. do Maj J. R. de Miranda Carvalho

O presente trabalho foi calcado nas conferências pro-nunciadas, recentemente, na Escola Superior de Guerra da França pelo General La Chapelle. É, praticamente, uma tradução dessas conferências, com algumas adaptações. Fêz parte do currículo de 1957, na EsCEME.

NOTA DO REDATOR

Da mais alta relevância à compreensão das bases filosófico-doutrinárias duma autêntica Doutrina de Guerra e, de corrente, seu campo mais restrito da Doutrina Militar, é o trabalho que adiante apresentamos aos leitores de "Doutrina Militar Brasileira", em excelente tradução do Major J. R. de Miranda Carvalho, à época instrutor de História Militar da ECEME e incumbido de debater o problema com os alunos do 3º ano, pela primeira vez. O referido estudo não se destaca apenas tendo em vista a autoridade eminente do conferencista da Escola Superior de Guerra, de França, General LA CHAPELLE, mas sobretudo pela importância do assunto versado.

Na verdade, há que pensar, e profundamente, nos fatôres de natureza mais elevada que os Princípios da Guerra, "regras que numa longa experiência, através dos tempos permitiu estabelecer, para o nosso uso adequado dos meios militares em campanha". Há que meditar relativamente às Leis, ou Fatôres Decisivos, "de ordem mais elevada", e que "não podemos desprezar sem nos tornarmos incapacitados de fazer a guerra".

O excelente trabalho, será apresentado neste e no próximo número de "A Defesa Nacional" e se constitui de duas partes:

- 1^a Parte — As Leis Fundamentais da Guerra e a Estratégia;
- As Leis Fundamentais da Guerra e a Tática.
- 2^a Parte — Leis da Evolução da Guerra;
- A Preparação para a Guerra;
- Proeminência das Fôrças Morais.

Dado o relévo do tema, pretendemos esmiuçar alguns de seus aspectos com vistas à Doutrina Militar Brasileira em tudo isolado, o que será feito nos próximos números de nosso revista, razão pela qual apenas apresentamos as conferências aos nossos camaradas.

Maj A. RAPOSO FILHO

1 — INTRODUÇÃO

Quem se lança ao estudo das condições em que a guerra pode ser ensinada verifica a necessidade de assentar tal ensino sobre bases imutáveis dessa ciência, isto é, sobre as suas leis e os seus princípios.

Esta distinção, *leis da guerra e princípios de guerra*, não se ressente de qualquer bizantinismo vocabular. Pelo contrário, ela é essencial.

OS PRINCIPIOS DE GUERRA, de que tanto se fala, são regras que uma longa experiência, através dos tempos, permitiu estabelecer, para o uso adequado dos meios militares em campanha. São como certas regras da vida ou como esses conselhos que os mestres de bridge ministram aos principiantes. No entanto, devemos frisar, poderemos negligenciar, por exemplo, a aplicação do princípio de economia de força sem cessar de fazer a guerra: fá-la-emos mal, mas a faremos.

AS LEIS DA GUERRA são de ordem bem mais elevada; não as poderemos desprezar sem nos tornarmos incapacitados de fazer a guerra.

Em tempo de paz, durante o trabalho de preparação que cabe às fôrças armadas, o cuidado visando à sã aplicação dos PRINCIPIOS DE GUERRA é de ordem intelectual apenas. Esse cuidado leva, tão-somente, a dizer como BATER-SE e como UTILIZAR AS FÔRÇAS ARMADAS. A preocupação de se conformar às LEIS DA GUERRA, leva a QUERER EFETIVAMENTE BATER-SE e a PODER BATER-SE, situa-se, portanto, dentro da ordem material e da ordem moral: dita o que devem ser essas fôrças armadas e o espírito que as deve animar.

A estranha atitude de espírito, que nos conduz a examinar mais prazenteramente a obra do instrumento, ou seu uso, do que o instrumento

em si e como ele deve ser feito — nos conduz a falar, mais freqüentemente, dos princípios de guerra do que das leis da guerra. Abandonamos assim, pensamos, por ignorância ou por esquecimento, uma salvaguarda essencial contra o erro.

É tempo, pois, para tecermos algumas considerações sobre as LEIS DA GUERRA, uma vez que o último conflito mundial, rompendo os limites em que a guerra estêve confinada no passado, trouxe luzes singulares que permitem hoje examinar amplamente o espírito das leis da guerra, bem como o seu alcance.

2 — AS LEIS FUNDAMENTAIS DA GUERRA E A ESTRATÉGIA

A utilização dos meios militares nos conflitos entre os povos se destina a subtrair ao inimigo a possibilidade de ficar fiel às suas intenções hostis; em outras palavras, visa a impor ao inimigo, apesar de sua reação, a nossa vontade.

a. A Lei do Movimento:

É evidente que o melhor modo de nos impormos ao inimigo, de maneira eficaz e sobretudo durável, é ocupar a totalidade de seu território. Esta observação permite-nos logo constatar que a guerra, sob o aspecto operacional, é fundamentalmente caracterizada pelo MOVIMENTO.

Temas para meditação:

— FOCH: "O movimento é a lei da estratégia".

— A 1^a Guerra Mundial na fase da estabilização foi considerada "sem estratégia".

— Tenente-General Zimmermann, antigo E3 de Von Rundstedt, na frente ocidental, em 1944, disse que este, ao receber ordem formal de Hitler para bater-se nas posições que ocupava, sem idéia de recuo, advertiu seu EM que "não desejava mais ouvir falar de estratégia e de operações".

b. Lei da Fôrça:

O movimento solicita a livre disposição de espaço; solicita, em consequência, sua conquista e sua manutenção, em face do adversário que se esforça, por seu turno, por conquistar esse espaço, e mantê-lo, para poder mover-se também.

A imperiosa necessidade do movimento e da livre utilização do espaço, é simultânea para os antagonistas e resulta, cedo ou tarde, em provocar o choque brutal de seus exércitos, no qual um deles será destruído a fim de que o outro tenha o caminho livre. Esse choque é ato essencial da guerra — empreza de destruição — e lhe dá sua segunda característica fundamental: ser uma PROVA DE FÔRÇA na qual, em determinado momento, aceito ou impôsto, cada um dos adversários vai lançar tudo o que pode na balança, para fazê-la pender para o seu lado.

Movimento quer dizer, particularmente, manobra estratégica; prova de força é essencialmente batalha tática. O drama da guerra compõe-se

da alternação dessas duas ações, que se interligam e se interpenetram estreitamente, a ponto de, por vezes, ser difícil distingui-las.

Existe a *manobra para a batalha*, uma vez que a prova de força, empenhando todo ou parte do futuro, e exigindo na guerra moderna, excepcional concentração de poder, não deverá ser provocada, ou aceita, senão com todas as possibilidades de sucesso que a manobra vai, precisamente, esforçar-se por reunir.

Temas para meditação:

- General Von Bernhardi: "a estratégia tem por tarefa levar as tropas na direção decisiva e nas condições mais favoráveis".
- Manobra dos exércitos alemães, em 1940, além do Mosa, para a batalha de Dunquerque.
- Desembarque aliado na África para o aniquilamento das forças de Rommel.
- Desembarque aliado na Normândia para a destruição das forças alemãs no ocidente europeu.

Existe, por outro lado, a *batalha para a manobra*: a batalha não tem razão de ser senão quando serve para criar o espaço livre, isto é, destruir o inimigo, para permitir a retomada do movimento.

Temas para meditação:

- Ruptura de Sedan e Dinant, para a exploração na direção da Mancha (1940).
- Ruptura em Avranches, para a exploração até o Reno.

Deste modo, teremos: uma batalha enquadrada por uma manobra preparatória e uma manobra de exploração ou então, uma manobra enquadrada por uma batalha de ruptura e uma batalha de aniquilamento. Em um caso e no outro, constitui-se a ação estratégica completa, que se denomina *uma operação*.

Uma campanha será, então, o conjunto de ações estratégicas realizadas em um mesmo TO. É um conjunto de operações — isto é, de manobras e batalhas — que decorrem lógicamente umas das outras e que permitem seguir as relações de causa e efeito, desde que os exércitos deixam suas guarnições, até o momento em que um deles é definitivamente eliminado.

c. Lei da Ofensiva:

A guerra, para ser vitoriosa, deve ser fundamentalmente ofensiva, sob pena de não ser guerra. O Cmt Colin dizia há 29 anos: "Não parece que possamos fazer a guerra sem ter a intenção ou a esperança de passar à contra-ofensiva cedo ou tarde". Esta, parece ser, inegavelmente, a terceira lei da guerra. Isto não implica que a guerra deva comportar tão-somente aspectos ofensivos, o que, evidentemente, seria um absurdo.

As possibilidades do homem e do material, por maiores que sejam, têm limites e não podem, uma e outras, fornecer, constantemente e em

odos os lugares, o esforço extremo que comporta a ofensiva. Por outro lado, a capacidade ofensiva se esgota rapidamente, tão logo as forças em presença se tornem equivalentes. A guerra moderna põe em jogo, assim meios, a destruição do inimigo não pode ser realizada de um só golpe.

Temas para meditação:

— Clausewitz: "O ataque que não conduz imediatamente ao aniquilamento das forças adversárias deve sempre terminar pela defensiva".

— Hitler não teria feito bem em pensar nessas idéias ao penetrar na Rússia a 22 Jun 1941?

— Idem quanto aos japonêses ao avançarem até à Birmânia, Singapura e Nova Guiné.

No entanto, é preciso acentuar, a manobra defensiva não se justifica senão como manobra de expectativa, quando se destina a ganhar o tempo necessário à realização das condições que permitam o desencadeamento da manobra ofensiva, que ela tem em vista e prepara. É possível conceber ainda a manobra defensiva quando ela própria dispõe de condições capazes de conduzir à destruição das forças inimigas. Os exemplos que podemos citar são as manobras russas face a Napoleão e face aos alemães, beneficiando-se do inverno.

De qualquer modo, a manobra defensiva não pode ser admitida senão provisoriamente, quando não podemos realizar a ofensiva ou se há mais a esperar do futuro do que no presente.

Na origem de toda defensiva eficaz, há a idéia de revide, de uma compensação. Mas, sempre, a defensiva padece de grave defeito pois nunca deixa de ser um corolário da manobra ofensiva do adversário, que a comanda e da qual ela emana.

Finalmente, oferecemos à meditação, esta conceituação de Clausewitz: "quando a desproporção das forças é tal, que nenhuma restrição dos nossos objetivos pode evitar a catástrofe, ou quando a duração provável do perigo é tão grande que o mais econômico emprêgo de nossas forças não nos pode conduzir ao objetivo final, então é preciso concentrar toda a nossa potência em um só golpe desesperado... A maior ousadia vem a ser... a suprema sabedoria...; e, se o sucesso se torna impossível, pereceremos pelo menos com honra, para conquistarmos o direito de renascer no futuro".

d. *Lei da Segurança:*

Por maior que seja a fraqueza da defensiva, ela não deixa de constituir um dos aspectos estratégicos de guerra. Existe, porém, uma quarta lei da guerra cuja conceituação é mais ampla que a defensiva: a Lei da Segurança.

Se o objetivo final da guerra é obrigar o inimigo a modificar as suas intenções, este objetivo é perseguido por ambos os adversários. Daí decorre que todo ato de guerra tem, necessariamente, dois fins:

um fim positivo que é a busca de determinado efeito sobre o inimigo e um fim negativo, que consiste em neutralizar o efeito procurado pelo inimigo.

Se as operações visam, fundamentalmente, a ocupação do território e, desse modo, a destruição das forças, é evidente que a missão inicial das tropas mobilizadas pelo agredido é barrar a entrada do inimigo no seu território; podemos mesmo dizer que essa é sua missão precipua, pelo menos, nos países pacíficos como o nosso.

Temas para meditação:

— Clausewitz: "A guerra é mais necessária à defesa que à conquista..."

O conquistador ama sempre a paz... ele prefere entrar tranquilamente e sem oposição nos nossos Estados; ora, é para impedir essa invasão que devemos recorrer à guerra e, consequentemente, também prepará-la."

— A manobra, para destruir as forças inimigas, exige espaço, recursos materiais e humanos, que devem ser assegurados e constantemente protegidos; exige, por outro lado, um conjunto de medidas adequadas para cobrir a nossa manobra contra a manobra adversa e para diminuir os efeitos, excepcionalmente mortíferos, dos engenhos de destruição modernos.

— Contradição fundamental da estratégia: necessidade de dispersar forças face às exigências de proteção e necessidade de concentrar forças para bater o inimigo.

— Quando Hitler atacou a Rússia, em 1941, apenas 70% de suas forças, ou sejam 145 Divisões puderam ser destinadas a esta difícil operação, face às necessidades de se cobrir no Oeste com 38 Divisões, na Noruega com 12 Divisões e nos Bálticos com 7 divisões.

e. Lei do Atrito:

A necessidade de utilizar, na guerra, meios gigantescos, que devem ser alimentados, sem tréguas, para obter a vitória, faz "a ação da guerra... um movimento em um meio resistente (Clausewitz)". Esta observação anuncia a quinta lei da guerra, a do ATRITO.

A lei do atrito constata que, entre a decisão do chefe e sua execução, se interpõem, sempre, os limites das possibilidades e das ações de enfraquecimento ou de enfraquecimento, que tendem, em definitivo, a retardar sua execução, a diminuir seu alcance ou mesmo entravá-la, de tal modo a torná-la irrealizável.

Temas para meditação:

— Os limites das possibilidades enchem as páginas dos vademécums do EM e dos regulamentos; são expressos por tempos mortos, alcances, raios de ação, pesos, taxas de consumo, tempos de escoamento, velocidades médias, capacidades de transporte, capacidades de transposição,

tonelagens necessárias, zonas de reunião requeridas, necessidades múltiplas de suprimentos, de mão-de-obra, etc.

— As ações de enfrenamento e de enfraquecimento, consequências da vulnerabilidade física, moral e mesmo intelectual do homem, assim como da fragilidade do material, face à esmagadora prova que a guerra representa para um e para outro resultam, também, das dificuldades do terreno, das intempéries e do efeito da imensa obra de destruição realizada simultaneamente pelos beligerantes.

Sem dúvida os Vademécums mencionam, sob a forma de medidas estabelecidas pelas experiências vividas, as percentagens de danos (por exemplo: mortos, feridos, material danificado) previstas e as margens de segurança a tomar. Mas não podem cobrir todas as eventualidades. Já no tempo de Napoleão se dizia que "ficamos sempre longe dos resultados previstos". Como poderia ser isso diferente agora com a amplidão, a complexidade e o peso do aparelho militar, com a enormidade de suas exigências e com a potência mortífera das armas modernas?

Temas para meditação:

— o céu limpido favoreceu a *Luftwaffe* durante os meses de Mai e Jun 1940.

— a tempestade de 19 Jun 1944 impediu, completamente, durante quatro dias os desembarques nas praias da Normandia.

— na Rússia, com o frio, para movimentar os carros era necessário scender fogo debaixo dêles; a gasolina gelava, o óleo endurecia, as metralhadoras emperravam; sem vestimentas especiais a infantaria não podia fazer etapas superiores a 10 km diárias, era impossível cavar abrigos na terra congelada, e, enfim, só por essa causa, a Wehrmacht perdeu 23% de seus efetivos totais.

— o material esperado que não sai da fábrica.

— os guerrilheiros, na Rússia, na Iugoslavia e na França entravaram as operações da Wehrmacht.

— os reforços alemães, durante a batalha do bolsão da Falaise, cujos movimentos estavam interditados de dia e muito dificultados à noite.

— a 11ª Divisão Panzer alemã, vinda da Rússia, gastou três vezes mais tempo para percorrer 450 km na França do que para cobrir 1.650 km através da Alemanha.

— os carros e canhões autopropulsados, tão necessários, que são abandonados, com os reservatórios vazios, ao longo das estradas de retirada.

f. A Lei do Imprevisto:

Do que dissemos e examinamos ao tratar da lei do atrito, aparece claramente a existência de uma outra lei da guerra, a lei do IMPREVISTO, a sexta dentre elas.

Por mais que respeitemos a Lei da Segurança, o jôgo da potência e do movimento, o grande número de oportunidades que homens e ma-

teriais em um campo de batalha oferecem aos atritos ultrapassam largamente todos os prognósticos possíveis.

As conseqüências desses atritos não são aspectos secundários dessa Lei do Imprevisto, tão imperiosa que se disse "não há vitória possível sem recorrer ao imprevisto".

Temas para meditação:

Na 1^a Guerra Mundial, durante a estabilização, o contato estreito e permanente dos dois adversários lhes impedia, praticamente, dissimular os seus planos, daí surgirem cada vez maiores dificuldades para romper a estabilização.

— Frederico II: "tudo o que é inesperado é de grande efeito".

Assim, na guerra, cada um dos adversários procura se cercar de um "muro" de segredo que favorece o Imprevisto. Cada qual, sobretudo, busca provocar o Imprevisto, trabalhando para a obtenção da surpresa, que constitui o meio mais fácil e mais econômico de obter uma superioridade decisiva, quando se apanha o inimigo em flagrante de negligência ou de desequilíbrio, e, por conseqüência, de fraqueza.

Temas para meditação:

— Moltke: "atribui-se sempre três soluções para o adversário e ele normalmente adota uma quarta".

— A ruptura de Sedan em 1940.

— O ataque japonês a Pearl Harbour.

— A finta aliada nas costas da Mancha, fixando o XV Ex alemão durante toda a batalha da Normandia.

— A contra-ofensiva de Von Rundstedt nas Ardenas em 1944.

O imprevisto ainda pode ter como coadjuvante "Sua Majestade o Azar", para falar como o Rei da Prússia. Os fatos a seguir são bastante significativos.

Temas para meditação:

— A influência que teve na adoção do plano do Gen Mansteins e descida na Bélgica, a 12 Jan 1940, de um avião desorientado, no qual um oficial do EM da Wehrmacht trazia, imprudentemente, uma carta com o plano da ofensiva que ia ser desencadeada pelos alemães.

— A captura da ponte de Remagem, praticamente intacta, pela 9^a DB americana.

— Rommel estar de licença quando foi desencadeada a ofensiva inglesa em El Alamein e, também, no dia do desembarque na Normandia.

— As granadas de artilharia russas que, a 15 Agô 1942, entre Taganog e Rostov, tiveram a fortuna de incendiar o trem de carburante destinado ao I Ex Bl alemão, impedindo, assim, as tropas do Reich de conquistar os campos petrolíferos do Cáucaso.

3. AS LEIS FUNDAMENTAIS DA GUERRA E A TÁTICA

As leis que acabamos de examinar, essas verdades velhas como a guerra, se impõem à estratégia. Semelhantemente, dominam a tática, porque não deixam de ser senão as leis de toda a luta; as próprias leis do combate singular, no qual o mais ágil, o mais forte, o mais agressivo, o mais astucioso, o melhor protegido, o menos sensível à fadiga, leva incontestáveis vantagens sobre seu adversário, mas, também, onde a fragilidade do corpo humano e a falta de sorte podem, muitas vezes, determinar a derrota.

Se a estratégia operacional tem por objeto explorar o espaço livre, visando a chegar até o adversário, a tática, cujo quadro privilegiado é a batalha, não tem outra finalidade senão destruir ou neutralizar as *fôrças inimigas* para abrir a porta à estratégia: "Normalmente, escreveu o Gen Bradley, a destruição do exército inimigo é o objetivo primordial de toda a força"; e ele acrescenta esta frase que marca bem a oposição, ou antes, o caráter complementar da tática e da estratégia: "Durante a batalha de Argentan — Falaise, Patton media seus sucessos em quilômetros, Hodges os contava em cadáveres alemães".

Podemos dizer que, enquanto a estratégia é dominada pela lei do movimento, a tática é regida pela lei da força e a lei do choque. Por outro lado, como a tática serve à estratégia, o movimento, no domínio da tática, desempenha ainda papel essencial. Portanto, a tática encontra suas bases na conjugação do fogo, do choque e do movimento, triptico que resume todos os regulamentos das armas dirigentes da batalha.

a. A Lei do Choque:

O CHOQUE é o modo original de destruição ou captura do inimigo; para a força equivalente, e ainda mais, para a força superior, o poder de choque lhe confere uma eficácia considerável. Dizia Souvorov: "A bala é louca, a baioneta ajuizada". O choque é um evento necessário e deve ser desejado em toda a tática sá, como a ofensiva é necessária e deve ser desejada em toda a estratégia sá.

Porém, o choque representa para o ser humano um esforço tão intenso, por causa do papel preponderante que ali desempenham as qualidades individuais que — mesmo presente o fato de ser o ponto culminante da prova de força — se tem procurado, em todas as épocas, diminuir a sua tarefa, não recorrendo a ele senão quando o adversário já está desgastado material e moralmente. É assim que, associando o choque ao movimento e à proteção, acentua-se o efeito de terror e de destruição e diminuem-se os riscos graças à velocidade que, sobretudo hoje, usâmo-lo conjugado com a força, isto é, com o fogo, para destruir, antes do assalto, o máximo de inimigo e para paralisar os restantes até o último momento.

Parece-nos que o choque insubstituível, mesmo em face dos engenhos nucleares, porque a obra do fogo longínquo, por mais eficaz que seja, não é jamais completa, uma vez que é necessário destruir também o

inimigo que o fogo inevitavelmente poupa, se ele ainda permanece barmando o espaço, ou se ele persiste progredindo perigosamente. O choque é o único capaz, em definitivo, de sancionar a prova de força, como a batalha sanciona a manobra estratégica.

A arma branca que foi na antiguidade a arma por excelência do corpo a corpo, hoje é relativamente pouco mortífera. Em 1944-45 o I Ex francês teve apenas 0,88% dos feridos e 0,57% dos mortos, em consequência de uso de arma branca pelo inimigo. O choque alia-se, cada vez mais, à arma de fogo: fuzil, carabina, submetralhadora e granada de mão.

b. Lei do Fogo:

O fogo tem assumido o papel preponderante no combate: "É pelo fogo e não pelo choque, já dizia Napoleão, que se decidem hoje as batalhas". Que dizer hoje, quando o poder das armas atinge proporções apocalípticas?

É ao fogo que a tática solicita atualmente o cumprimento de sua tarefa de destruição: a superioridade de fogo (terrestre e aéreo) tornou-se a condição primordial de toda a batalha vitoriosa, como a superioridade de forças é, em estratégia, a condição primordial de toda ofensiva vitoriosa.

Desde então, se têm desenvolvido prodigiosamente os órgãos de fogo e sua eficácia, porque o cuidado de aliviar, por meio do fogo, a tarefa do choque, não terá sentido enquanto o fogo não puder realizar sua obra de destruição sem que adversário algum possa ter a certeza de ser poupadão; ou melhor, é necessário poder atingir, sejam quais forem a distância ou a altitude, o abrigo ou a rota, no céu ou na superfície. É necessário atirar certeira e rapidamente, atirar incessantemente. É necessário bater — qualquer que seja o número, a velocidade, a proteção e a visibilidade — todos os combatentes adversos.

Essas necessidades múltiplas resultam na criação de materiais variados e complementares, donde, em tempo de paz, os programas de armamento e a dotação orgânica das unidades e, em tempo de guerra, a manobra tática, devem combinar harmoniosamente esses múltiplos materiais para barrar ao inimigo as vias de acesso perigosas.

c. Lei do Movimento:

Embora o fogo e o choque sejam essenciais na tática, devemos considerar que a estratégia é o fim da tática e que ambas se interpenetram estreitamente e se prolongam mutuamente. Daí, decorre que o MOVIMENTO "visita a miúdo" a tática, da mesma forma que a prova de força faz com a estratégia.

Sobre o campo de batalha, trata-se sempre de ir a qualquer parte para aí encontrar o espaço livre ou de impedir que o inimigo vá a alguma parte para aí também encontrar o espaço livre. É por isso que o

esqueleto de uma manobra tática, como também o de uma manobra estratégica, é, essencialmente, constituído por uma *direção* (expressão do movimento) e por uma *dosagem* (expressão de efeito de força) judiciosamente combinados. Por outro lado, se o movimento se beneficia — e se deve beneficiar a todo o instante — dos efeitos do fogo e do choque, o movimento também constitui o elemento auxiliar do fogo e do choque. O movimento leva as tropas de choque à distância de assalto ou, então, lhes permite, pela infiltração nos intervalos, sobre as alas ou sobre as retaguardas das forças inimigas, ameaçá-las, tão gravemente, a ponto de reduzir ao mínimo sua resistência ao choque.

Paralelamente, o movimento oferece ao fogo a possibilidade de continuidade, de adaptação e de acentuação de sua obra de destruição, à medida que, face ao desenrolar da ação, se torna necessário deslocar as trajetórias ou as armas, os observatórios, os meios de comunicações ou os suprimentos.

d. Lei de Segurança:

A aliança do fogo, do choque e do movimento resulta em tão grande eficácia no campo de batalha que a LEI DE SEGURANÇA adquire na tática um papel não menos tirano que o adquirido por ela na estratégia. A Segurança tem aqui o duplo aspecto a *proteção individual* do combatente e a *proteção coletiva* do sistema de forças.

A *proteção coletiva* é necessária à manobra tática para assegurar a manutenção do seu potencial de força e a coerência de sua articulação, bem como para assegurar a liberdade de modificar, segundo as circunstâncias e em tempo útil, o ponto de aplicação de seus esforços e o fogo em suas combinações.

A *proteção individual* não pode ser hoje negligenciada. Já as hecatombes da 1^a Guerra Mundial influenciaram a grave crise moral na França em 1917 e pesaram grandemente sobre a tática e a estratégia das últimas operações dessa campanha, como um século antes, os mortos das campanhas napoleônicas acabaram por comprometer a eficácia do Grande Exército. O comando francês foi obrigado a utilizar suas tropas parcimoniosamente em uma ocasião na qual jamais pensara em ter de economizá-las.

Desde então, esta necessidade de economizar os homens sem prejudicar, no entanto, os resultados da ação militar, revelou-se um dever nacional. E isto ainda mais particularmente, depois que se pôde avaliar as consequências dessas punções demográficas na situação de pós-guerra das nações que as sofreram.

Assim, vemos durante a 2^a Guerra Mundial, ante o receio de ver rompido o precário equilíbrio racial na África do Sul, o Marechal Smuts instar junto a Churchill para que as tropas da União Sul-Africana não fossem engajadas senão poderosamente apoiadas para que suas perdas se reduzissem ao mínimo. Os britânicos e os americanos tiveram, na mesma

mudança inesperada das condições atmosféricas ou de qualquer circunstância imprevista que inutilizou os planos mais bem montados e mudou uma vitória em derrota". Evoquemos aquela ordem da 33ª DI da reserva alemã descoberta por uns cavalarianos franceses, em uma viatura abandonada ao alvorecer de 24 Agô 1914 e que permitiu a primeira vitória francesa na 1ª Guerra Mundial. Ou, a Divisão Panzer que, contra as ordens de Von Rundstedt, se encontrava nas proximidades de Caen, na manhã de 6 Jun 1944, e impediu aos britânicos apossarem-se dessa localidade no primeiro dia do desembarque.

Não há necessidade de apelarmos para a evocação do azar, nem mesmo para a da multiplicidade dos atritos, dos quais a batalha é o teatro, para vislumbrarmos o imprevisto. Isto porque a batalha é o campo preferido da surpresa que, de múltiplos modos, pode, hoje, ser realizada.

— *Surpresa na manobra:* dissimulação das reuniões de fôrças, velocidade de deslocamento das reservas, rapidez das intervenções do fogo de grande alcance, lançamento de aeroterrestres e de quinta-coluna, escolha da estação do ano mais inclemente e de terrenos difíceis, uso de simulacros.

— *Surpresa no processo tático e técnico:* combinação carro de combate-avião, autonomia e flexibilidade das penetrações blindadas, emprêgo de massas de cavalaria hipo na frente russa, técnica dos desembarques a viva força no Pacífico e na Europa, técnica da ação clandestina e do segredo, técnica do suprimento anglo-americano durante a perseguição em 1944, sobre a qual os russos disseram ao General Eisenhower "que se tornaria o feito de armas mais extraordinário da história", técnica soviética de utilizar os recursos locais ou técnica chinesa de transportes por meio de "coolies" na Coréia e na Indochina;

— *Surpresa no armamento e no equipamento:* aparição dos Carros de Combate "T34" e "Tigre", do radar, da mina magnética, do "schnorkel", dos foguetes, do avião a jato, da bomba atômica, a utilização de portos artificiais e dos oleodutos militares.

Em suma, "é normal em tempo de guerra que nada corra normalmente", e isto particularmente face ao *Imprevisto*.

O estudo que até aqui fizemos terá confirmado que as leis da guerra são a ligadura de tôdas as coisas que se procura ordenar, juntar e explicar no estudo da guerra.

No artigo seguinte examinaremos que espécie de guia podem essas leis constituir para a preparação da guerra futura.

Desde já constatamos que elas presidem tôda a estratégia e tôda a tática, porque a manobra — estratégica ou tática — não é senão uma combinação de movimentos e de fôrças (ou de fogos), valorizada pela surpresa e pela segurança, liberada ao máximo dos atritos, constantemente em guarda contra o *imprevisto*, a fim de chegar à ofensiva ou ao choque decisivo. Porque, também, dessas leis decorrem, diretamente, os princípios de guerra que regem a execução da estratégia e da tática e que, no fundo, não são senão a exploração das leis da guerra. O velho adágio

filosófico permanece verdadeiro na arte da guerra: "não se comanda a natureza senão obedecendo-a", isto é, para dirigir a guerra, é preciso, primeiro que tudo, aceitá-la tal como é, penetrar na sua doutrina, para melhor conduzi-la.

As leis da guerra presidem, semelhantemente, a aliança que a estratégia e a tática devem contrair com o espaço, que "a conduta da guerra consiste em utilizá-los (o espaço e o tempo)".

Se as leis da guerra podem tirar partido do espaço e do tempo, na realidade, pode-se esperar, também, que estes dois fatores aumentem a força dessas leis e de seus efeitos. Pode-se esperar que o espaço e o tempo permitam a ofensiva eficaz, o movimento e a surpresa que assegurem a proteção e diminuam os atritos.

As leis da guerra presidem, ainda, à organização e às dotações de armamento e de material das unidades, que são combinações elementares, onde vêm se harmonizar, completar ou compensar os efeitos dessas leis: presidem, também, combinações elementares, sobre as quais a estratégia e a tática vão basear os seus postulados, mais complexos, mais objetivos, mais imediatamente eficazes e que devem, consequentemente, haver-se inspirado nas leis da guerra.

Finalmente, as leis da guerra devem presidir à instrução dos quadros e da tropa, porque delas emana o próprio espírito da guerra, que devemos penetrar para vencer.

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOUTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOUTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

2. GUERRA MODERNA TÉCNICA E SURPRESA

Major AMERINO RAPOSO FILHO

(Conclusão)

4^a PARTE — CONCLUSÃO FINAL

Chegamos ao final do que nos propusemos, no sentido de caracterizar a Guerra Moderna em face do impacto expressivo e cada vez mais preponderante do campo técnico-científico na Concepção, no Planejamento e na Conduta Operacional da Estratégia e da Tática. E essa extraordinária influência, que exalta no século XIX em seguida ao período napoleônico, toma impulso notável durante a Guerra de 1914/18, consagrando-se em definitivo no último Conflito Mundial. De tal forma o surgimento da Revolução Industrial comprometeu a Guerra, que o conceito de luta no campo de batalha se amplia, envolvendo toda a Nação nesse esforço gigantesco, fazendo aflorar a Guerra Total, que contém em seu bôjo as duas formas já assinaladas, muita vez no mesmo Teatro de Operações.

Vários aspectos da profunda incursão da Técnica na Conduta das Operações, sobretudo visando estimular a manobra, libertando-a definitivamente de conceitos ortodoxos, tivemos oportunidade de fixar, particularmente com vistas à obtenção da Surpresa, em todas as suas modalidades e nuances. Principalmente porque o campo doutrinário se encontra numa situação de angustiante expectativa, de pânico, sem saber ao certo para onde caminhar e orientar seus estudos conceptuais. As novas armas e engenhos de destruição, se aumentaram de modo extraordinário o poder de destruição das forças em campanha, precisamente por isso estimularam como nunca, as combinações de atitudes e direções, a repartição dos meios e a dosagem dos esforços no curso da operação. Vale dizer, abriram novo horizonte à Surpresa, dada a relatividade dos fatores tempo e espaço, com reflexos imediatos no ritmo, na potência e na velocidade das ações. Não apenas nas frentes de combate, antes envolvendo toda a profundidade da zona de combate e, talvez mesmo, em muitos casos, o próprio Teatro de Operações. "Pela primeira vez na história — escreve o General J. B. Medaris, então Diretor do Arsenal de Redstone, EUA — os conhecimentos científicos ultrapassaram a capacidade de realização da indústria. Não há homens, dinheiro, nem materiais disponíveis e em quantidade suficiente, para levar a cabo todos os projetos que se sabe serem exequíveis. E desses, como no iceberg, somente 1/8 pode ser visto", depoimento que se reveste da maior importância pela autoridade eminente do autor. Pois, dado o vestígioso progresso técnico-científico-industrial que se vem observando após a 2^a Guerra Mundial, numa desenfreada competição entre as nações líderes,

o número de combinações possíveis à manobra se eleva ao infinito quase, promovendo-se autêntica revolução nos métodos e processos de combate.

Mesmo no caso sul-americano, onde a realidade regional é bem diversa, conferindo-se maior expressão às Guerras Limitada e Revolucionária, ambas sem a consideração do emprégo dos engenhos modernos de que dispõem as principais potências mundiais, mesmo nessas áreas geográficas a tendência é no sentido de se aumentarem as possibilidades de manobra e de obtenção da surpresa, em todas as fases, principalmente nas operações iniciais. Muito mais, sem dúvida, do que se tem visto nas campanhas do passado, internas e externas, que o apelo à mobilidade, à concentração para a massa e às ações visando a surpreender o adversário, sempre se constituíram na preocupação máxima dos entendedores em áreas sul-americanas.

Sem nos prendermos demasiado à corrente simplista e terrivelmente cromometedora do chamado "método positivo" que, como muito bem assinala o Almirante Castex em estudo há pouco realizado, tende a fazer que tudo gravite no campo doutrinário, no sentido de consagrar as armas modernas responsáveis pelo sucesso de qualquer Campanha, abandonando-se por completo um considerável e proveitoso passado, de 5.000 anos na arte militar, que nos aponta conclusão bem diversa; sem embargo, não devemos cair no lado oposto, o do "método histórico", simplesmente. Na verdade, o que a longa evolução da Guerra tem assinalado, é que a solução está no justo equilíbrio, no meio-térmo entre as "armas novas" e a "evolução das idéias". Acima das armas, das estruturas, está a parte superior da Guerra, representada pela concepção filosófica das Leis e dos Princípios. E isso é muito importante a nós outros sul-americanos, que ainda não dispomos duma infra-estrutura econômico-industrial a estimular largos vôos no domínio do "método positivo". Se não devemos pensar como os "teóricos e visionários que, antes de 1939, procuravam a decisão sólamente com o auxílio de máquinas e meios de destruição mais potentes — como recentemente dizia um ilustre oficial polonês ao se referir à preparação dos Exércitos Ocidentais para enfrentar a Alemanha de Hitler — por outro lado, há os estudiosos que procuram uma solução prática para o problema da Defesa Nacional".

Esse, a nosso ver, o caminho mais eficiente e objetivo a seguir, que se impõe, aos Técnicos e ao Estado-Maior, com vistas à solução de problema tão sério e decisivo, como o da Segurança Nacional, interna e externamente. Procurar a Técnica tudo pesquisar, tudo conceber, dentro do que realmente convém às nossas necessidades operacionais, mais que o Estado-Maior deverá planejar, de maneira objetiva, realística e com base principalmente na evolução que nos aponta a História e cujos pontos essenciais tivemos oportunidade de assinalar no curso deste trabalho. Será o "de que se trata", que vai indicar aos oficiais de Estado-Maior e aos Técnicos, que fazer para apelar, cada vez com maior expressão, para a mobilidade, a massa, a surpresa. A Vitória, enfim, e não apenas a simples procura de armas novas, de equipamentos novos, que isso seria de extraordinário relêvo, sem dúvida, mas de nenhum valimento no campo de batalha, se o Estado-Maior não estruturasse uma Doutrina realmente

flexível, em conformidade com nossos prováveis Teatros de Operações e, até, doutrinas de emprégo das fôrças, uma para cada TO, em armas, em equipamentos, em métodos e processos de combate, tais as peculiaridades regionais. Pois, nossos TO são, via de regra, extensos e apresentando espaços operacionais, quase que inteiramente ilhados e internamente desprovidos de um sistema de transportes perfeitamente integrado à realidade econômico-político-militar. A região Norte, por exemplo, é bem diversa do Sul, e o Nordeste, de modo algum se assemelha ao Oeste. A solução buscada no setor técnico-científico aos problemas de uniforme, armamento e equipamento das Unidades e Grandes Unidades previstas para atuar na Amazônia, conterá características bem diferentes do que for intentado para o Nordeste. Por outro lado, a mobilidade das fôrças operacionais do Nordeste, será possivelmente em termos de motorização e mecanização, o que se afigura diferente em outras áreas geo-estratégicas. A consideração do potencial humano, de modo geral e no interior de cada Teatro de Operações, deverá merecer o máximo de interesse do Estado-Maior, muita repercussão acarretando principalmente no campo tático.

Pensar em equipes de pesquisas técnico-científico-operacionais, integradas por oficiais Técnicos e do Estado-Maior, talvez se imponha, não sómente no nível EMFA e EME mas descendo aos Exército espalhados pelo território nacional, no propósito de melhor sentir a Realidade Regional Brasileira e as implicações daí decorrentes no armamento, no equipamento e nas estruturas operacionais, em conformidade com uma Doutrina eminentemente fundamentada na manobra, na flexibilidade, na descentralização, na economia de meios e sistemática procura da surpresa, em todos os escalões.

Que os exemplos do nosso passado, remoto e próximo, relativamente aos erros e acertos, inúmeros e cuja razão a todos será fácil exumar: que essas lições frutifiquem. No domínio da Guerra Regular, ai estão as lutas iniciais na Guerra da Tríplice Aliança, para mostrar que não é essa a inspiração que nos convém — a dos movimentos sobre Curuzú e Curupaiti ou a atuação, embora heróica, da Coluna Expedicionária do Coronel Camisão, ao se lançar no Sul de Mato Grosso. Ou no campo variável das ações contra fôrças irregulares, nas primeiras expedições a Canudos. Porém, inspiração sugerida daquelas magníficas manobras de flanco e da Dezembrada, ou ainda as exuberantes demonstrações de flexibilidade, agressividade e êxito decisivo nas operações contra os holandeses. Se os meios mudaram, variaram as componentes tempo e espaço, não importa, que a relatividade é a mesma e isso é a consideração fundamental.

Não esqueçamos, um só momento, a Técnica e o Estado-Maior com vistas às nossas Fôrças Terrestres, que "a Guerra se prepara, se ganha — ou perde-se — com a integração de todos os fatôres nela envolvidos", vale dizer, a Doutrina, Militar e de Emprégo das Fôrças, na Estratégia, na Tática e no Combate.

Pois, é dessa integração da pesquisa técnico-científica com o "fator tático", visando a estruturar processos de emprêgo de armas e equipa-

mentos, que realmente interessam aos diversos TO, que resultará a "chave da vitória". Da verdadeira fusão da Técnica e Tática, na autêntica acepção do termo, pois, como diria o General Eisenhower, "a chave da vitória, ainda caberá ao Homem, que, com coragem, inteligência e iniciativa, usará as armas que lhes forem fornecidas pela Técnica".

E, para finalizar,

Aos Técnicos, impõe-se a empolgante tarefa de pesquisar novas armas, engenhos e equipamentos; procurar protótipos; enfim, acompanhar de perto, no país e no estrangeiro, a evolução da Ciência e da Técnica, para determinar em cada instante, as incidências da Técnica na Conduta da Guerra.

A nós ou'ros, do Estado-Maior, incumbe acompanhar a Doutrina e sentir as diferentes direções a tomar, em face do espantoso desenvolvimento do campo técnico-científico-industrial.

A ambos, Oficiais Técnicos e de Estado-Maior, em verdadeira simbiose técnico-operacional, compete acompanhar a Conjuntura Nacional para poder produzir e estruturar os meios, em conformidade com nossas reais possibilidades, presentes e futuras, no sentido de preparar as Forças Armadas, para, se necessário e aonde convier à Estratégia de Segurança Nacional, lutar para vencer, como já o fizeram tantas de nossas gerações do passado.

NECESSIDADE DUMA DOUTRINA

"Para arrostar com a guerra, não é suficiente possuir seus "eternos princípios", nem ter feito planos para as primeiras horas, os primeiros dias ou as primeiras semanas. É preciso uma Doutrina. De que forma, sem Doutrina, poder-se-ia eficazmente adaptar princípios e ensinamentos à realidade, tal como ela se apresenta? Como, sem Doutrina, obter essa disciplina intelectual, que só ela, pode assegurar a unidade de ação, desde o comandante-chefe até o mais humilde dos subordinados? Como, sem Doutrina, conduzir a instrução, principalmente a dos quadros e dos homens da reserva que não podem consagrar toda sua atividade e toda sua meditação ao estudo dos problemas militares de seus respectivos escalões? É preciso uma Doutrina tão objetiva quanto possível, apesar de todas incertezas presentes".

Cel NEMO, do Ex Francês

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA CANUDOS

SEU ASPECTO MARCIAL

Gen-Ex TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

(1^a Parte)

NOTA DO REDATOR

Temos a satisfação de apresentar aos leitores de "Doutrina Militar Brasileira", parte do recente e interessantíssimo estudo crítico-analítico do General-de-Exército TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, "EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA CANUDOS — SEU ASPECTO MARCIAL". A parte transcrita se contém em as páginas 13 a 36 e compreende a 1^a Parte do livro, intitulada: Os Pródromos e a 1^a Expedição.

Aconselhamos aos camaradas que se preocupam com os diferentes aspectos da Guerra Revolucionária e suas peculiaridades tendo em vista as operações de forças guerrilheiras — de que a Campanha de Canudos representa excelente repositório — a leitura desse livro, altamente idôneo e judicioso em suas considerações.

Major A. RAPOSO FILHO

As cinco expedições militares, uma de força policial e quatro de tropas de linha, no sertão setentrional da Bahia, contra Canudos, em 1896-97, foram meras razias punitivas, de caráter estritamente policial. Nem a quarta e última foge a esse característico, muito embora adquira maior relevo por seus efetivos, organização e a duração dos acontecimentos.

Em sua época, os acontecimentos suscitararam farto noticiário e comentários da imprensa do país; alguns escritores, entre êles o Almirante Artur Jaceguai, apresentaram ligeiros ensaios do ponto de vista político-social dos mesmos. Dos participantes, poucos registraram os respectivos depoimentos. Estes mesmos, como o general Emídio Dantas Barreto, o coronel Constantino Neri, o tenente Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, e outros, fixaram-se na narrativa dos fatos, de cuja maior parte

foram assistentes e testemunhas, quase sempre apaixonados, sem deixar de ser verídicos.

Toda essa documentação, bem como as peças oficiais, desgarradas em arquivos pouco cuidados, ficou ofuscada pelo clarão desmedido das produções de Euclides da Cunha — *Canudos* (Diário de uma expedição) e *Os Sertões*. Levado por seus predicados de artista e de poeta, esse escritor, apoiado no traquejo científico, na cultura sociológica e na especialização geográfica, descambou para o exagerado engrandecimento e injusta glorificação do Homem e da Terra, em contraste com a malquerença ao meio civilizado e às instituições, principalmente ao Exército, donde ele próprio proveio.

Não existe, até hoje, estudo acabado do aspecto militar dessas expedições. Contribui para essa falta a precariedade de fontes. As obras publicadas se limitam, quanto a esse aspecto, a simples narrativas. As partes e relatórios das autoridades, na rudeza do linguajar próprio, limitam-se a simples comunicados, em tom laudatório e exagerado. Os próprios relatórios anuais do Ministério da Guerra não dedicam muito espaço à apreciação das operações militares. Tem-se a impressão de que consideravam desagradável o assunto.

No entanto, o estudo e a meditação desses acontecimentos impunham-se pelos ensinamentos a serem imediatamente utilizados nas expedições posteriores e para a regulamentação do emprêgo da tropa nas lutas intestinas, ou até contra inimigos externos.

Como já havia acontecido com a guerra contra o governo do Paraguai, nenhum proveito se procurou retirar das lições ali colhidas, em experiências cruentas. Isso tem representado grande erro, com a ausência dos fatos sociológicos na feitura dos regulamentos operacionais e na organização do sistema de segurança nacional.

A nossa tentativa de analisar essas lições constitui passo que já devia ter sido dado, mas nem por isso, cremos, perdem a sua oportunidade e razão de ser.

II — CAUSAS FUNDAMENTAIS

Os acontecimentos de Canudos, no último quartel do século XIX, constituem feição característica do sistema social e cultural do interior do Brasil. Nada mais são do que manifestações do *banditismo coletivo* e do *fanatismo religioso*, que dominaram esse interior.

Antônio Vicente Mendes Maciel — o Conselheiro — cearense, de família remediada e de regular instrução primária, não tendo conseguido êxito em sua terra e traído pela esposa, adota vida nômade; acompanha os missionários e se impregna de crença católica, como verdadeiro fanático.

Em 1873, aparece no Itapicuru de Cima, Bahia, de longas barbas e de hábito azul de brim, dizendo-se enviado de Deus e pregando a religião cristã. Em 1876, começa a despertar a atenção das autoridades

por sua influência sobre a população inulta dos lugarejos por onde passava. Pregando a doutrina, auxiliava a construção de capelas e cemitérios e impressionava por vida de asceta, de restrições e humildade aparente.

Sua atitude era de cidadão honesto e respeitador. Tinha pouco mais de 30 anos. Impressionava o povo. Dominava, quase sem querer.

Em 1874, aparece em Itabaiana. Surrão às costas, vivia de esmolas, sem pedir. Vão-lhe crescendo o prestígio e a fama.

As autoridades pressentiam o perigo de sua atuação. Como constasse ter cometido um crime no Ceará, prendem-no e remetem-no à justiça de lá, com o pedido de impedirem a volta ao sertão baiano. No Ceará não encontraram fundamento para o processo e soltaram-no.

A denúncia do delegado de polícia de Itapicuru de Cima é digna de destaque, por suas previsões.

Foi-se em recolher Maciel ao hospício, mas lá não havia vaga.

Em 1877, reaparece na Bahia, em Chorrochó, onde ergue uma capela.

De 1877 a 1887, vagueia pelo sertão. Constrói cemitérios e igrejas. É recebido nos lugarejos, em procissão, ladinhas e prédicas. Atribuem-lhe milagres e é respeitado.

Nessa época visitou o Ceará e Pernambuco. Nesse Estado, foi preso e sofreu vexames.

Volta à Bahia e fixa-se em Canudos, no cruzamento de várias estradas e onde havia igreja velha e duas casas de negócios. Rebatizou o local de Belo Monte. Continuou a sua influenciação religiosa e fanática.

Recebeu contribuições dos comerciantes e fazendeiros da região e cobrava quotas da venda de produtos negociáveis. Formava o seu arsenal com armas e munições arrecadas das expedições policiais e adquiridas nos lugares vizinhos.

Em torno da figura de Maciel aumentou a fama do sertão e, dia a dia, acorriam ao nascente arraial grandes caravanas, de gente crédula e simples, de localidades em torno e mesmo de algumas mais afastadas.

Aspirava essa gente ser discípula e defensora da nova seita e passava a ser educada pela reza e pela obediência em rigorosa escola de misticismo fanático.

Desordeiros, cangaceiros, fugitivos de várias regiões, iam também formar o grosso das forças do Conselheiro.

João Abade, Pajeú, Macambira, Pedrão, afeitos à vida do sertão agreste, cangaceiros destemidos, criminosos alguns, habituados a encarar a morte com afoiteza e destemor, com organização robusta, capacidade de resistência e energia indômita, foram chefes que prepararam e conduziram os combates.

Louco, como queriam alguns cientistas e comentaristas, a ascendência de Antonio Conselheiro sobre a multidão em seu redor, além do fanatismo e da credicíe, pede a existência de qualidades definidas.

Não se teve notícia das intenções de Maciel, reunindo ou consentindo que se grupsse em torno de si essa multidão informe. Desejo de mando havia em todos os seus atos, apesar de astuciosa aparéncia de humildade.

Seria sincera a crença religiosa, de verdadeiro fanático, que ostentava e desenvolveu de dia para dia, ou seria caviloso artifício para explorar a credicíe da população sertaneja? Suas manifestações finais e o gesto de resistência obstinada, colocam-no no rol dos paranóicos, em que alguns cientistas viram todos os sintomas de um doente mental.

Inicialmente sua atuação foi de resistência passiva às exigências da lei e das autoridades, cujas atribuições frisa em desconhecer. Isolou-se da sociedade e cortou com esta quaisquer liames. Mas não chegou a investir contra a mesma, atacando os seus membros ou os seus representantes legais. A impressão que se tem é que, até chegar ao período das lutas, pretendeu viver à parte da comunidade político-social do sertão. Até então, limitava-se em combater as instituições dessa sociedade, no domínio das idéias e também a escusar-se em cumprir deveres civis por ela impostos. Apresentava-se como adversário do Estado, da República e da Igreja. Só atuou pela força e pela violência quando foi atacado.

Em sua curta visão, não ocorreu a Antonio Conselheiro o alcance que poderia ter, na vida da Nação, o seu movimento de rebeldia, caso buscasse aliados ou passasse à ofensiva contra pentos vitais do país.

Por isso, sua reação denodada e violenta, apesar da repercussão emocional no país, confinou-se ao desgaste de uma boa parte do exército nacional e ao sacrifício inútil dos apaniguados de Antonio Conselheiro.

Entretanto, já em maio de 1894, um filho de Monte Santo, lá no sertão, clamava:

"Pessoas vindas de Canudos, hoje império de Belo Monte, garantiram a este nosso amigo que têm chegado grupos de assassinos e malfeiteiros do Mundo Novo, a fim de fazerem parte do "exército garantidor das instituições imperiais".

As coisas não vão boas, e nós não escaparemos em caso de ataque. Já o Conselheiro, afora a canalha fanatizada, tem um batalhão de duzentos e tantos homens os quais fazem exercícios de fogo todos os dias e vigiam os arredores.

Não sabemos qual será a intenção desse homem tão ignorante e criminoso, armando batalhões e aliciando gente para a luta.

É forçoso reconhecer, seja como for, que o governo pagará bem caro esta sua inação e que todo o sertão ficará sob o mais desolador e pungente definhamento. O Dr. Rodrigues Lima, filho dos belos sertões, deve compadecer-se dos seus irmãos do

centro e pedir informações sobre os desmandos de Canudos. O combate *imortal* de Massete que, para experiência de desgraçada derrota e cobardia devemos recordar, foi o inicio de todos êsses desvarios.

Se naquele tempo, as oitenta praças de linha que vieram até Serrinha, marchassem logo sobre o homem, certamente o tinham esmagado, porque o seu grupo era de oitenta e cinco homens, mal armados e mal municiados.

Hoje a coisa é dez vêzes pior, porque além de estar ele protegido pela posição estratégica de Canudos, cercado de morros e caatingas incultas e difíceis, tem elementos fortes, gente superior e trincheiras perigosas.

O Marechal Floriano, sábio na sua administração, enérgico e ativo nas suas medidas, deve empenhar-se para ser o salvador dessa tormentosa questão que tanto prejuízo há de causar à Bahia" (do jornal *A Pátria*, de São Felix do Paraguaçu, reproduzido em "Canudos", de Euclides da Cunha).

Também os órgãos da sociedade porfiavam em não tomar conhecimento direto da existência e da atuação de Antonio Conselheiro. Só muito tarde se aperceberam da importância do fenômeno e do perigo que representava.

Porém, mesmo quando surgiram a violência, a reação, não se aperceberam os ditos órgãos da gravidade da situação. Cuidaram desta como se fôra acontecimento comezinho de natureza policial.

Não se tem conhecimento da existência de organizações administrativa e militar da população que se formou em Canudos. É de admirar que, existindo ai talvez mais de dez mil almas e uma força combatente que alcançava cifra superior a cinco mil guerreiros, pudesse o conjunto funcionar, sem, pelo menos, ser dirigida e coordenada por simulacro dessas organizações. A lenda refere-se a indivíduos que tinham influência e atuação destacadas, — João Abade, Pajeú, Pedrão, Macambira, Vila Nova, etc. — mas nunca se especificaram as atribuições de cada um.

Nem mesmo foi relatada a maneira por que Antonio Conselheiro estabelecia as suas decisões, os seus planos e transmitia as suas ordens. E não se pode deixar de reconhecer que as atividades comuns e as guerreiras, desse aglomerado de homens insultos, exigiam uma coordenação rigorosa de ações e chefes eficientes na realização das respectivas tarefas.

Tudo isso continua a ser um enigma porque não houve, naquela oportunidade, preocupação das autoridades em pesquisar êsses problemas.

Parece que só se procurou extinguir o jagunço, aniquilar a população envolvida na reação e esquecer êsse incidente doloroso da vida nacional.

III — PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS CONTRA CANUDOS

Já vimos que, em 1876, o delegado de polícia de Itapicuru de Cima requisitou forças de polícia para conter Antonio Conselheiro e seus sequeiros que cometiam excessos em vasta região. A sua comunicação é digna de leitura por conter informações interessantes e extraordinária previsão do que iria acontecer.

Antonio Conselheiro foi preso; remetido para o Ceará e como nada fosse apurado contra ele, teve que ser solto.

Em 1892, o governo envia contra o Conselheiro três pequenas expedições policiais. Estas atacaram os jagunços em Massete, Tucano e Cumbe e são desbaratadas. Esse ataque de Massete representa o primeiro erro da tropa militar, que procedia sem o real conhecimento do adversário que foi subestimado. Esses insucessos não serviram de lição às autoridades e aos chefes militares. Se estes nada aprenderam, Antônio Conselheiro, ao contrário, aprendeu a lição e preparou-se para a reação.

Em 1893, instalou-se definitivamente em Canudos e intensificou a reunião de mais gente, armamento e munição.

Já, então, os sertanejos, despreocupados, iam-se transmudar, em Canudos, nos fanáticos destemerosos e perigosos.

Em 1895, de combinação com o governador Rodrigues Lima, o arcebispo, D. Jerônimo Tomé, enviou a Canudos uma missão do frade capuchinho João Evangelista do Monte Marciano.

Em seu relatório, depois de ter vivido alguns dias na povoação, o padre descreve a região e o lugarejo: terreno inculto, ótimo para criação de gado miúdo, principalmente nas cheias do rio Vaza-Barris, planície fértil, regada pelo rio, e dominada por um monte, de onde se avista a casa da antiga fazenda de Canudos, a capela e as misérrimas habitações dos fanáticos, casinholas tóscas, de barro, cobertas de fôrmas, sem alinhamentos, de portas e sem janelas. Assinala a falta de higiene e a miséria.

As suas conclusões são cudentes:

"A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada em Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo e um pernicioso cisma na religião batiana; é principalmente uma nódoa, na aparência, desprezível, mas um tanto perigosa e funesta, de ou-sada resistência e hostilidade ao governo constituido do país.

Aquilo é um Estado dentro do Estado; ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitida a circulação de próprio dinheiro da República... .

Antonio Conselheiro já não é mais um monomaniaco religioso, um espírito desequilibrado em consequência de causas hereditárias e momentâneas, é um cartouche feroz, ou quando muito um assalariado da monarquia, chefiando milhares de bandidos e assassinos que vêm devastando do interior para a costa.

Canudos é um castelo à moderna, com subterrâneos e armas, muralhas de duas braças, fossos e pátios, onde se exercitam hostes e legiões de homens dominados pela fé e pela riqueza.

Antonio Conselheiro conta a seu serviço mais de mil companheiros decididos, entre êsses há 800 homens sempre armados e as mulheres e crianças estão dispostas a formarem uma reserva que ele mobilizará e porá em pé de guerra, quando preciso..."

Não foi feliz o missionário. Talvez, por falta de habilidade, não soube inspirar confiança a Antonio Conselheiro e seus sequazes. Foi recebido hostilmente, sem iniciar as suas prédicas, e julgou mais prudente regressar.

Contudo, foi sincero e realista. Foi a única informação positiva da situação e das condições de vida em Canudos.

Parece-nos que ninguém levou a sério a informação do frade, a qual foi muito verídica.

IV — A PRIMEIRA EXPEDIÇÃO DE TROPA DE LINHA (*)

Em 29 de outubro de 1896, o juiz de direito de Juazeiro, alarmado pelo boato de que haveria ataque a Juazeiro pelos jagunços de Antonio Conselheiro, pede força para defender a cidade. Em 4 de novembro, o pedido é reiterado.

Havia algum fundamento no boato. Era hábito do Conselheiro adquirir material em Juazeiro ou mesmo em Salvador. Já havia obtido boa partida de madeira e desta feita, encomendara tabuado para a construção das igrejas e casas.

Como demorassem em satisfazer-lhe o pedido, fêz êle constar que iria buscar a madeira de qualquer jeito. Daí o alarme.

O temor do Dr. Arlindo Leone era justificado, por já haver sido afrontado pela horda de desordeiros, em 1894.

O governador do Estado, Dr. Luiz Viana, não desejando utilizar a força policial, quer para não se indispor com a massa sertaneja, quer por não ter, no momento, efetivo suficiente, conforme, aliás alegou, requisitou 100 praças da tropa de Linha ao comando do Distrito Militar.

A êsse respeito, disse o general Soén Ribeiro, em longa carta ao jornal *Província do Pôrdo*, publicada no *Jornal do Comércio* de Recife, de 23 de abril de 1897:

(Descreve o general a sua atuação como comandante do 3º Distrito Militar, com sede no Estado da Bahia)... "Sempre ouvi falar em desordens no interior da Bahia, testemunhando

(*) Houve, anteriormente, algumas expedições de força policial, como a última, comandada por um capitão, mas não recolhi dados sobre a sua atuação.

depois que ali chegsei, as contínuas providências tomadas contra elas pelos referidos governadores, sendo em diversos pontos as hordas batidas com vantagens pelas forças estaduais, porém, nada contra *Antonio Conselheiro*, de que muito se falava (o grifo é nosso).

Era voz constante que tal se deu devido ao fato de terem sido rechaçadas tódas as forças que o foram bater.

A isso não liguei grande importância, não só por estar diretamente afeto aos negócios peculiares do Estado, como porque cercavam êsses fatos de comentários tão supersticiosos e exagerados mistérios, que me pareceu mais uma lenda do que um fato sério.

Entretanto, algumas pessoas respeitáveis, entre elas o meu saudoso e prezado amigo, o bravo e inditoso coronel Tamarindo, em conversa íntima, dizia-me: "General, há aqui um "osso duro de roer", que ainda ninguém quis tocar nêle; uns por conveniências políticas e outros pelo receio de sua resistência — é o *Antonio Conselheiro*. Esse mau bocado é uma bomba tremenda que vai rebentar nas mãos do exército, pois ele é alimentado por muita gente boa..."

Mal sabia o infeliz coronel Tamarindo que a grande bomba lhe arrebentaria na cabeça".

Continua o general Solon:

"Em telegrama do ajudante-general, de 21 de outubro do ano findo, mandado passar pelo ministro interino da guerra, general Dionísio Cerqueira, ordenou-me o governo que "satisfizesse prontamente a requisição de forças federais que me fosse feita pelo governador do Estado, para a manutenção da ordem perturbada no interior do mesmo".

Obedeci, conquanto aquela ordem não estivesse dentro dos limites constitucionais, não aproveitando a disposição do § 3º do art. 5º da Constituição, que concede ao Poder Executivo o direito de "intervir em negócios peculiares aos Estados, para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos mesmos, à requisição dos governadores", sendo essa intervenção exercida com ações próprias daquele Poder, por intermédio de seus delegados arrogantes, sem nunca pôr a força federal à disposição dos governadores, como ali acontecera, sem que para isso haja uma só disposição de lei; prejudicada ainda pelo princípio de direito público, que diz: "aquilo que a lei não distingue, ninguém tem o direito de distinguir", amparado mais nas disposições da 2ª parte do art. 14 da mesma Constituição, que diz: — "A força armada é essencialmente obediente, dentro da lei, sob os seus superiores hierárquicos, é obrigada a sustentar as instituições constitucionais".

Não obstante tódas essas circunstâncias, eu respeitei e cumprí as ordens do governo, inspirado no desejo de não oferecer, de modo algum, a menor dificuldade a um só dos seus atos, na boa crença de serem praticados na melhor intenção.

A 4 de novembro do ano findo, em obediência à ordem já referida, prontamente satisfiz à requisição feita pessoalmente pelo Dr. governador do Estado, de uma força de 100 praças da guarnição, para ir bater os fanáticos do arraial de Canudos, asseverando-me que para tal fim era aquelle número mais que suficiente.

Confiado no inteiro conhecimento que ele devia ter de tudo quanto se passava no interior do seu Estado, não hesitei, fazendo-lhe apresentar, sem demora, o bravo tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, do 9º Batalhão de Infantaria, a fim de receber as suas ordens e instruções, o qual, a fim de cumpri-las, seguiu a 6 do dito mês para Juazeiro, ponto terminal da estrada de ferro, na margem direita do rio São Francisco, comandando três oficiais e 104 praças do mesmo corpo, conduzindo apenas uma pequena ambulância e fazendo seguir logo depois um médico com mais alguns recursos para o exercício de sua profissão.

O mais correu pelo Estado".

Convém acrescentar aqui, que ao tenente Pires Ferreira, por ocasião de sua despedida, disse-lhe apenas: — "Salve os brios e a dignidade do exército na comissão que vai desempenhar".

Ele, heróicamente, salvou, apesar da facilidade e menosprêzo com que o Dr. Luiz Viana o expôs a um tremendo desastre, como demonstrarei adiante.

Até aqui, salva a minha responsabilidade, apelo para o juizo dos leitores imparciais.

Aos 23 de novembro fui surpreendido com um telegrama urgentíssimo do juiz de direito de Juazeiro, dizendo: — "Tenente Pires Ferreira acaba de comunicar-me em carta trazida por um positivo, que sua força foi atacada por mais de 3.000 homens, em Uauá. Vários soldados mortos e feridos; alferes Coelho morto, munição acabada. Pede, com urgência, reforço de soldados e munições. Telegrafei ao governador. O tenente pede para comunicar-vos".

Na mensagem do Dr. Luiz Viana ao Presidente da República, publicada no órgão oficial, de março de 1897, narra o Dr. Viana a requisição da força de linha e a sua remessa para Juazeiro. Ao primeiro aviso, diz ao juiz de direito que "não podia mover forças por um simples boato" e que "comunicasse ao governo logo que tivesse a certeza do movimento dos bandidos, a fim de ser enviada uma força para repeli-lo, incontinenti, pois que o governo ficava de sobreaviso".

"Dias depois, recebendo daquele magistrado (o juiz de direito de Juazeiro) a confirmação de estarem o Conselheiro e os seus sequazes distantes de Juazeiro, mais ou menos de dois dias de viagem, o governo requisitou do general Comandante do Distrito, 100 praças para seguirem para Juazeiro, isto em vista de não ter força policial de que pudesse dispor naquela ocasião.

Em trem expresso seguiu, sob o comando do tenente Pires Ferreira, aquela força, a qual tinha de proceder de acordo com o juiz de direito, tendo o governo recomendado-o a pessoas influentes daquela zona, para auxiliá-lo em tudo".

Não ficou registrada a missão que fôra dada ao tenente Pires Ferreira. Proceder de acordo com o juiz de direito, constitui uma evasiva perigosa e a transferência da quase toda responsabilidade ao simples tenente, que não dispunha de informes positivos e completos dos rebeldes e das prováveis condições da luta. Também não se ficou sabendo se a força levava todos os meios indispensáveis à luta no sertão: armamento, fardamento, equipamento, munições e transporte. Parece que tudo ficou dependendo do apoio de pessoas influentes da zona.

A 7 de novembro, a força do tenente Pires Ferreira, viajando por estrada de ferro, chega a Juazeiro.

Cabe a esse simples tenente decidir: se deve limitar-se a aguardar na cidade a investida dos cangaceiros, para defender a mesma contra o ataque dêstes;

— ou, se, ao contrário, deve avançar contra o reduto do Conselheiro.

Era natural que o oficial consultasse as pessoas categorizadas da localidade. As opiniões foram divergentes. Houve uns que se manifestaram contrários ao avanço da tropa ao encontro dos jagunços.

Convenhamos que o comandante da força, ante ordens que não lhe precisavam a missão, viu-se em sérios embaraços. Como decidir? Dir-se-á que deveria proceder de acordo com as informações colhidas. Mas as notícias que havia sobre as forças do Conselheiro eram controvertidas: a população local vivia apavorada por lendas e temores das intenções e barbaridades dos jagunços; na capital, ao contrário, dominava o otimismo. Nesta não se acreditava no perigo e no exagerado poderio do Conselheiro. Já se começava a ter pelos que manifestavam prudência em face das ameaças dos cangaceiros, juízos desprimatorios de cobardia. Por isso, era natural que o oficial brioso não desejassem ser tacado de cobarde. Daí a sua decisão destemida de marchar ao encontro do inimigo, embora pouco soubesse do número dêstes e dos percalços que teria de enfrentar ao embrenhar-se por um sertão desconhecido, agressivo e em que estaria completamente isolado e entregue a si mesmo. A maneira por que foi designada a sua força, indica que ela não devia ter os necessários requisitos para operar no sertão, contra os jagunços, cujos característicos de lutador eram públicos e notórios.

Nessa época, a tropa de linha, constituída de soldados mercenários, vivia alheada da instrução e dos esforços físicos. Nem o fardamento, o calçado, o equipamento, atendiam à missão que lhes iria caber. Não sabemos se a tropa se deslocava a pé ou montada.

Hoje, com o conhecimento dos fatos, reconhecemos que foi grande imprudência lançar nessa luta do sertão tropas pouco aparelhadas e preparadas, em face do meio físico e do inimigo que teriam de enfrentar. Mas não cabia ao executante decidir-se sob as circunstâncias negativas da missão que se lhe impunham.

Por isso, não se pode tachar o tenente Pires Ferreira, como os bravos que lhe sucederam, de imprudente. Foi impelido pela opinião geral dos que queriam ver dominados os jagunços de qualquer maneira.

A culpa desse avanço imprudente tem a sua explicação no juízo, em parte injusto, do general Solon, na carta já referida:

"Como disse acima, a força foi posta à disposição do governador, por ordem do governo federal; e sob a responsabilidade e instruções dele foi desempenhar aquela comissão; entretanto, recorreu ao comando do distrito militar, por descrença e falta de confiança no governador, pelo inqualificável descuido e até menosprézo com que tratou a força do exército que tão injusta e ilegalmente lhe foi confiada; fazendo-a, em uma diligência tão arriscada, embrenhar-se por caminhos escabrosos e longínquos, áridos e inóspitos, inteiramente desamparada, sem recursos nem proteção de natureza alguma.

É injustificável procedimento, expondo com tanto desprezo e desumanidade a vida e até a honra dos valentes servidores da Pátria, cujas posições não foram ganhas nas fábricas eleitorais; foram conquistadas em longos anos de penosos serviços à custa de inúmeros sacrifícios e até da própria vida, tudo à incompetência de um vaidoso feliz e bem amparado".

Esses choques de chefes civis estaduais e autoridades militares federais repetir-se-ão sempre que se empregarem forças federais em atribuições policiais. Os melindres de autonomia, as restrições impostas ao emprêgo da força, as dificuldades que as próprias populações oferecem, a falta que faz a decretação da intervenção federal, e do estado de emergência ou de sítio, têm criado sérias dificuldades aos chefes militares. As lições colhidas já deveriam ter aconselhado que fosse evitado o inconveniente de pôr forças federais à disposição de autoridades civis, mesmo para fins eleitorais, sem que fiquem bem definidas as atribuições e responsabilidades da autoridade civil e dos comandos militares.

Parte do tenente Pires Ferreira — Combate de Uauá — Tendo partido de Juazeiro a 12, a força do tenente Pires Ferreira chegou a Uauá a 19, depois de uma marcha de 192 quilômetros, orientada por guias conhecedores da região.

Em sua circunstanciada parte ao Comando do Distrito Militar, relata o tenente Pires Ferreira:

"Logo que chegamos ao arraial, no dia 19, mandei estabelecer o serviço de segurança, postando guardas avançadas nas quatro estradas que ali conduzem em distância conveniente, a fim de evitar qualquer surpresa; nomeei o pessoal de ronda e conservei toda a força no acantonamento. O dia 20 passou-se sem incidente notável, a não ser o abandono do arraial à noite e furtivamente por quase todos os habitantes. Das informações que colhi, consta que assim procederam com receio da gente do Antônio Conselheiro. Inclino-me, porém, a crer que se achavam mancomunados com este para atraíarem a força pública, como o fizera, pois que até os poucos que ficaram no arraial não foram ofendidos pelos bandidos e garantiram-me ante do combate que ali não havia fanáticos, nem adeptos de Antônio Conselheiro; que este e o seu povo se achavam em Canudos, de onde não sairiam, não obstante terem eles a certeza, quando isso afirmavam, de que os mencionados bandidos se achavam a quatro léguas de distância, dirigidos por Quinquim Coyan e iriam atacar a força na madrugada do dia imediato.

As 5,00 horas da manhã do dia 21, fomos surpreendidos por um tiroteio partido da guarda avançada, colocada na estrada que vai ter a Canudos. Esta guarda, tendo sido atacada por uma multidão enorme de bandidos fanáticos, resistiu-lhe denodadamente, fazendo fogo em retirada. Por essa ocasião, o soldado da 2^a Companhia, Teotônio Pereira Bacellar, que por se achar muito estropiado não pôde acompanhar a guarda, foi degolado por um bandido. Imediatamente dispus a força para a defensiva, fazendo colocar em distância conveniente uma linha de atiradores, que causou logo enormes claros nas fileiras dos bandidos. Estes, não obstante, avançaram sempre, fazendo fogo aos gritos de "Viva o nosso Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! Viva a monarquia!" etc., chegando até alguns tentarem cortar a facão os nossos soldados. Um deles trazia alçada uma cruz de madeira, e muitos outros traziam imagens de santos em vultos. Avançaram e brigaram com incrível ferocidade, servindo-se de apitos para a execução de seus movimentos e manobras. Pelo grande número que apresentavam, foram por algumas praças calculados em três mil. Há, porém, nisso exagero, proveniente de erro de apreciação; seriam uns quinhentos, mais ou menos, os que nos atacaram, divididos em vários grupos, que procuravam envolver a nossa força e apoderar-se do arraial, o que não conseguiram devido às energicas providências que tomei, eficazmente auxiliado pelos oficiais e a disciplina das praças. Conseguiu, entretanto, grande número deles, apoderar-se de algumas casas abandonadas, que se achavam desguarnecidas por insuficiência da tropa e de onde nos fizeram algum mal, sendo necessário incendiar as ditas

casas, a fim de desalojá-los, o que conseguimos depois de algum trabalho. Chegados a esta fase do combate, depois de mais de quatro horas de luta, conhecendo que eles já se achavam desmoralizados, pela dificuldade com que respondiam o nosso fogo, e porque já tentavam fugir, passei a tomar a ofensiva, e fiz perseguí-los até meia légua de distância, morrendo muitos deles nessa ocasião, e ficando o resto completamente desbaratado. Não levei mais longe a perseguição e mandei tocar a retirada, por constar-me achar-se um grande reforço deles um pouco adiante, e por estar a nossa gente cansada e sem alimentar-se desde a véspera. Além disso, cumpria-me reunir os elementos que me restavam, a fim de resistir a uma nova agressão que porventura se desse. Seria pouco mais ou menos meio dia, quando terminou essa luta, com o regresso de nossas praças ao acantonamento, sem que durante a perseguição tivesse sofrido prejuízo algum. Na fase mais aguda do combate, houve fogo renhido e incessante de parte a parte, durante mais de quatro horas. Todos os oficiais inferiores e praças portaram-se nessa grave emergência com um heroísmo e uma disciplina sem par, o que muito concorreu para o seu bom êxito, faltando-me palavras com que possa exprimir o procedimento nobre, correto e o entusiasmo de que deram exuberantes provas, honrando assim a corporação a que pertencemos.

Os inimigos deixaram no campo e dentro das casas que ocupavam mais de cento e cinqüenta cadáveres, sendo incalculável o número de feridos que tiveram e dos que foram morrer pela estrada ou dentro da caatinga. As nossas perdas foram aliás insignificantes quanto ao número, sendo, porém, dolorosamente sensíveis e lamentáveis, por terem sido vitimados pelas balas dos bandidos o distinto e temerário Carlos Augusto Coelho dos Santos, o bom e destemido segundo-sargento Hemetério Pereira dos Santos Bahia, os valorosos cabo-de-esquadra Manoel Francisco de Souza, anspeçada Antônio Joaquim do Bonfim, soldados Herculano Ferreira de Araújo, Vitorino dos Santos e João Crisóstomo de Abreu, além do já citado Bacelar, que foi degolado no começo da ação, tendo sido assim a primeira vítima. Ficaram feridos: gravemente — cabos-de-esquadra Cesário José dos Santos, Manoel Antônio do Nascimento, Pedro Leão Mendes de Aguiar, anspeçadas Tiburtino de Oliveira Lima, Pacífico Severiano da Silva, José Maria Gomes, Minervino Belo da Cruz; soldados José Antônio Moreira, Casemiro de Freitas Passos, João Ferreira de Pinho e Virgílio Manoel dos Reis; levemente — cabos-de-esquadra Atanázio Félix de Santana e Salustiano Alves de Oliveira; anspeçadas João Evangelista de Lima e Rafael Pereira Cardoso; soldados Antônio Bispo de Oliveira e Feliciano José dos Santos. Faleceram também, na luta, os paisanos Pedro Francisco de Moraes e seu filho João Batista de Moraes, que nos serviram de guias e que se portaram com galhardia na ocasião do combate, juntando-se à força e enfrentando os bandidos. Eram ambos casados e deixaram as famílias sem recursos. Perdemos, portanto, um oficial, um inferior, um cabo-de-esquadra, um anspeçada e quatro soldados, que com os paisanos dão um total de dez homens mortos no referido combate. Me cumpre anotar ainda que alguns casos de morte

se deram por excesso de bravura, praticados pelas vítimas que se expunham, sem necessidade, às balas do inimigo. Os cadáveres do oficial e das praças foram cuidadosamente sepultados na capela do arraial, os dos bandidos ficaram insepultos por não dispormos de tempo, de pessoal nem de instrumentos necessários para o enterramento dêles. Fomos forçados a retirar para Juazeiro, na tarde do mesmo dia do combate, não só para evitar o mal que poderia advir da decomposição de tantos corpos, como também por falta de viveres e outros recursos em Uauá.

Os bandidos estavam armados em grande parte com carabinas "Comblain" e "Chuchu", outros tinham bacamartes, garruchas e pistolas, e quase todos traziam, além das armas de fogo, grandes facões e machados. O Dr. Antônio Alves dos Santos, médico adjunto do exército, que acompanhou a força, prestou reais serviços durante o combate, tratando as praças feridas com interesse e desvê-lo, mostrando-se na altura da humanitária missão que lhe fôra confiada; tendo, porém, depois de terminada a luta, apresentando sintomas de desarranjo mental, entreguei os feridos logo que chegou ao Juazeiro aos cuidados do facultativo civil, Dr. Antônio Rodrigues da Cunha Melo, que se encarregou do tratamento, fazendo-o com dedicação, solicitude e interesse, operando até algumas praças, no que foi auxiliado pelo cirurgião dentista Brígido Pimentel, que muito se prestou durante alguns dias, com incansável zélo.

Armamento — O fuzil "Mannlicher", de que se acha ainda armado o batalhão, conquanto seja de repetição e de grande alcance, com o seu projétil dotado de uma força de penetração extraordinária, e dando ao tiro uma justeza admirável, contudo, não compensa com essas boas qualidades, aliadas a muitas outras que possui, o prejuízo resultante da extrema delicadeza de seu mecanismo que facilmente se estraga, ficando o fuzil reduzido a simples arma branca, quando adaptado no extremo do cano o competente sabre-punhal. Basta um pouco de poeira ou um simples grão de areia na câmara para que não possa o ferrólho funcionar.

Acontece, além disso, que com o fogo um pouco prolongado, os carregadores não podem entrar no depósito com o número de cartuchos regulamentares, dilata-se o aço do cano que, aumentando de diâmetro, dificulta a introdução dos cartuchos para o tiro simples, não podendo a arma funcionar como as de repetição. Daí um grande número de armas incapazes para o seu mister na ocasião oportuna, como aconteceu durante o combate em que tive de tomá-las das mãos das praças, a fim de ver se conseguia fazê-las funcionar, sendo infrutíferos todos os esforços nesse sentido.

Mesmo em muitas das armas que funcionavam, o extrator, peça de grande delicadeza, perdida a necessária justeza e enfraquecida a mola deixava de extraír o cartucho, que tinha de ser extraído à mão, o que prejudica a rapidez do tiro. Esse armamento não convém ao nosso Exército, por não dispor ainda éste de meios de transporte fácil, rápido e cômodo, de que dispõem os exércitos europeus; não merece a confiança dos oficiais, nem das praças que dêle se utilizam, por não poderem contar, com segurança, com seus bons efeitos numa emergência qualquer.

Não obstante os assíduos cuidados que tive pela boa conservação do armamento das praças, pois que, como é intuitivo, do estado dêle dependerá em grande parte, em uma dada circunstância, a vitória ou derrota de nossa força, ainda assim tive o desprazer de observar o que venho de referir. Durante o combate muitas armas ficaram também inutilizadas por outros motivos, umas perderam os respectivos ferrolhos que saltavam com a violência do choque na defesa a arma branca, outras tiveram as coronhas partidas a talho de facão ou por balas, muitas sem seus sabres-punhais, e outras com os depósitos arrebentados. A poeira e as escabrosidades das estradas, o calor de um sol abrasador e insuportável, as condições em que foram feitas as marchas, sem comodidade de ordem alguma, tudo isso frustrando os meus previdentes cuidados, deram o resultado acima apontado. Acontece ainda que essas armas, que serviram na campanha de São Paulo e Paraná, em mil oitocentos e noventa e quatro, já se achavam bastante usadas, tendo a maior parte delas sofrido consertos. Outras fôssem as condições de resistência e solidez de seu mecanismo, e melhor teria sido o resultado obtido na luta.

Fardamento — O das praças que compuseram a força de meu comando bastante estragado, em estado mesmo de não poder continuar a servir, devido à ação dos raios solares, da chuva e da poeira e ainda do uso constante que dêle fizeram, por necessidade pois, não só marchavam, como dormiam com élle, à noite, sobre o solo nu e barrento das estradas, pela falta de barracas; e também pela necessidade de conservar-se a força sempre em armas em sítios cuja topografia nos era desconhecida, e não nos podíamos fiar em informações adrede preparadas, com o intuito de nos iludir. Muitas praças tiveram ainda algumas peças de seus uniformes perdidas por completamente inutilizadas, como fôssem túnicas de flanela cinzenta e calça de pano grosso, rasgadas pelos galhos de árvores e espinhos das picadas, estradas, etc. Algumas perderam nas marchas os capacetes de couro, outros tiveram no combate os gorros e os capotes crivados de balas ou cortados de facão, em farrapos ensanguentados. Ainda outros perderam os gorros, tirados pelas balas. O calçado, incapaz de resistir a uma marcha tão longa e por tão maus caminhos, estragou-se, ficando um grande número de praças descalças.

Disciplina — Foi mantida em tôda sua plenitude, sem que tivesse havido infração alguma digna de nota, durante todo o período de meu comando. Quartel da Palma, na Bahia, 10 de dezembro de 1896. *Manoel da Silva Pires Ferreira*. (A Campanha de Canudos — Memórias do Dr. Aristides A. Milton, 1897).

Comentários — Esta parte-relatório, por si só, redime o tenente Pires Ferreira de qualquer êrro que tenha cometido, por excesso de zélo. Redigida, de cabeça fria, no ambiente acolhedor do seu quartel, mas com sinceridade contagiosa, ela, por suas informações preciosas, representa grande contribuição na luta que deve ser continuada contra os jagunços.

É provável que a sua franqueza no alinhar causas por porque não havia conseguido a sonhada destruição dos fanáticos mesmo que êstes não tenham levado em consideração tão objetivas observações.

As autoridades responsáveis pela organização da expedição, longe de colher ensinamentos do evento, só tiveram um fito — apontar o bode expiatório. Nada mais fácil do que apontar o humilde tenente como causador do fracasso da expedição. Acusam-no as autoridades civis de ter anunciado o desbaratamento dos fanáticos e apregoado a vitória, quando ele se limitou em narrar o ocorrido, e os fatos não foram negados. Apesar das condições desfavoráveis da sua força, esta causou grandes danos ao grupo de jagunços que a atacou, não se deixou tomar de pânico; enterrou seus mortos; retrocedeu em ordem, principalmente por se terem esgotado a munição e os viveres. Contudo, é de notar-se a desproporção entre as perdas legais e as dos jagunços. Daí a convicção de Pires Ferreira de ter obtido uma vitória.

Não há dúvida que os resultados imediatos do combate de Uauá provocam acurada meditação. De um lado, o grande esforço da pequena tropa, no percorrer 192 quilômetros, de estrada péssima, em sete dias, numa média diária de 30 quilômetros. É feito que merece ser exaltado. Nesse arranco não havia temor ou tibia. Fóra natural que chegasse a 19 exausta e a técnica aconselhava que adotasse em Uauá um grande descanso de alguns dias. Havia ainda a conveniência de colher informações sobre os jagunços.

Essa preocupação impunha-se ainda mais depois do ataque inesperado do dia 21.

No isolamento em que se achava, ante a impressão depressiva do sertão misterioso e da surpresa ao sentir o ânimo feroz dos jagunços que não ficaram abalados com a reação da pequena força, cabia ao desamparado comandante dos destemidos soldados, bem ponderar a situação. Sem munição, sem viveres e com armamento imprestável, ali estava a pequena força desprovida de capacidade combativa, apesar do elevado ânimo provocado pela retirada dos jagunços.

O avanço contra Canudos seria imperdoável temeridade, que os fatos posteriores comprovaram. Ele era mesmo impraticável.

Fica em Uauá à espera de novos recursos em viveres, munição e reforço, era eventualidade incerta e que não podia ser encarada ante a precariedade dos mesmos em Juazeiro, e até em Salvador. Seria decidir-se à morte pela fome ou por novo trucidamento da parte da horda fanática.

Foram injustos os que viram cobardia e tibia na atuação da pequena força. E mais injustos quando fantasiam fatos para enaltecer os jagunços e acusar os militares. Vêem no ataque dos fanáticos sombras de cavalheirismo, atacando à luz do dia, ou de madrugada. Sem nenhuma prova chegam a inventar que as sentinelas dormiam. Enquanto acusam de cobardes e desidiosos, os humildes defensores da legalidade, só vêem nobreza nas atitudes dos fanáticos.

É preciso que se façam honra e justiça aos destemerosos militares da pequena força do tenente Pires Ferreira. No que lhes cabia fazer, salvaram a honra do Exército, embora não fosse essa a sua missão.

Qualquer recriminação feita à valorosa tropa do tenente Pires Ferreira tem a sua defesa no destemeroso parecer do então comandante do Distrito Militar, o general Solon Ribeiro, nas cartas já referidas (3^a):

"Infelizmente realizaram-se as minhas previsões. Prevalece a intriga política, tudo sacrificando aos caprichos e à vaidade dos incompetentes, e, como disse o imortal Tamarindo, "a bomba tremenda está explodindo nas mãos do Exército".

"É preciso calar por um momento a modéstia e dizer com rude franqueza: é o Exército que, quase sempre, tem com valor e prudência, resolvido as mais momentosas questões nacionais, sempre com abnegação e civismo, ainda mesmo sob o peso da intriga, da calúnia e outras afrontas feitas a ele na pessoa de muitos de seus membros, por uma classe, não sei de que gente, cuja maior preocupação é deter o progresso e perturbar a paz dos povos civilizados.

"Por telegrama de 25, de Juazeiro, participou-me o tenente Pires Ferreira as ocorrências do combate, confirmado as notícias já mencionadas, informando sobre o valor inexcedível do alferes Coelho, morto em combate, e de outras praças que mais se salientaram em uma luta tão desigual, onde toda a força soube honrar as tradições de glórias do Exército Brasileiro.

* * *

"Em ordem do dia do Distrito, dei conhecimento às praças de meu comando de tão importante acontecimento e bem me recidamente louvei aos bravos que tão dignamente souberam cumprir seus deveres, salvando a honra do Exército, manifestando meu pesar pela vida dos bravos que tombaram na luta".

A chegada desses informes, as autoridades estaduais e o comando do Distrito Militar, alarmados, reuniram os fracos elementos de tropa existentes em Salvador e os encaminharam apressadamente rumo a Juazeiro, sob o comando do major Febrônio de Brito, do 9º Batalhão de Infantaria.

Essa força se deteve em Queimadas, estação de estrada de ferro julgada mais próxima do foco dos fanáticos. Ai iria reunir-se a segunda expedição da tropa de linha, contra Canudos. Vejamos, na 2^a parte, a continuação do drama funesto.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESSES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionisio Cerqueira.
- 13 — OS SERTOES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benicio da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.

III — ORGANIZAÇÃO EM TÓRNO DE UMA REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Maj ALEXANDRE M. C. AMÉNDOLA

NOTA DO REDATOR

É com a mais grata satisfação que submetemos à mediatação de nossos leitores, no presente número de "Doutrina Militar Brasileira", o estudo realmente notável que adiante se vai ler, pela simplicidade, pela objetividade; sobretudo pela originalidade com que é apresentado pelo autor, apoiado que está no nosso método de estudo de tema tático. Antes, porém, de dizermos algo relativamente ao trabalho com que nos brinda o Major Alexandre Amêndola, abriremos pequeno parêntese para aclarar algumas idéias.

* * *

Quando iniciamos, em 1957, nossas atividades de instrutor na ECEME, fizemo-lo acompanhando a turma que então cursava o 2º Ano, e à qual pertencia o Major Alexandre. Com ela fomos até o 3º Ano e nesse nível permanecemos. Pois bem, é em grande parte decorrência do estímulo proporcionado pelos brilhantes camaradas integrantes dessa excelente turma de oficiais de Estado-Maior, egressos em 1958 de nossa querida ECEME, que propuzemo-nos coordenar algumas idéias e debater problemas profissionais com vistas a um reexame de nossa Doutrina Militar. Recordo-me, como se hoje fosse, daqueles empolgantes debates e incisivas e veementes intervenções de camaradas como os Maiores Rui, Tancredo, Itobim, Décio Machado, Cerqueira Lima, Moraes Rego, e tantos outros. Preocupados com o "caso brasileiro" e sempre atentos às novas idéias, extrapolavam conclusões e tendências, querendo que aflorassem conceitos de significação expressiva tendo em vista o Problema Militar Brasileiro.

De temperamento modesto e retraído, o Major Alexandre não participava espontâneamente dos debates. Mas a verdade é que, ninguém mais atento e debruçado sobre nossa Realidade Militar. Tanto que, já então, procedia a estudos e pesquisas, relativamente à modernização de nossas Fôrças Terrestres.

A turma de 1958 deixou a ECEME e seguiu destino aos Estados-Maiores. E nós aqui ficamos na Praia Vermelha. Nenhum outro contato tive com o Major Alexandre. Eis senão quando recebo, de Santa Maria e datada de 28-IX, a seguinte carta, que peço vénia para transcrever:

"Caro Raposo:

Um abraço.

Por uma série de razões, apesar de ler sempre "A Defesa Nacional", nunca me meti a colaborador dessa revista. Faço-o agora, e exclusivamente pelo interesse que me despertou a tua seção.

Adianto-te que, aqui por SANTA MARIA, tem ela muitos leitores, a tal ponto que organizamos, na DI, um pequeno programa de aulas e conferências, dedicado ao assunto. Tive duas palestras a meu cargo; uma delas, depois de adaptada, é a que te envio agora. Estou procurando convencer o Ten-Cel CARLOS ALBERTO SOARES FUTURO, a enviar também a dêle, que tem mais caráter especulativo e doutrinário, e precedeu a minha.

Não sei se, tal como está redigida, despertará atenção por si, e se terá a tua aprovação; mas asseguro-te que a sua exposição, na Guarnição, souo como uma verdadeira bomba, tendo o pessoal vibrado muito, pelo aspecto prático, e de execução plausível, que procurei dar-lhe, e que foi ao encontro da desesperada sede de uma reorganização que todos sentem necessária.

De qualquer modo ai está.

Desejo-te muito sucesso em tudo que empreenderes, e que se torne realidade, em breve prazo, o sonho que hoje conduzes.

Abraça-te o Alexandre".

Como vêem os leitores, um dos responsáveis por esse "sonho" é o próprio Major Alexandre, sem dúvida alguma. Pois, embora nunca tivesse comigo comentado — que seu temperamento extremamente modesto e retraído faria que nada fosse revelado — sabia eu que procedeu a exansivo estudo de natureza organizacional e estrutural de nossa Instituição.

* * *

Ficamos profundamente sensibilizados pela acolhida que tem nossa Seção entre os camaradas da Guarnição de Santa Maria. Aliás, inúmeros oficiais de outras Guarnições também se pronunciam de maneira idêntica. Tais depoimentos significam estímulo altamente encorajador, para que prossegu-

serie
respe
indis
form

mos em nossos propósitos de contribuir, com o esforço intelectual do maior número de nossos oficiais, para a tarefa de reestruturação das Fôrças Terrestres, a empolgar os Chefes Militares da presente geração.

Formulamos, daqui das colunas de "A Defesa Nacional" um apelo, não apenas aos brilhantes camaradas da Guarnição de Santa Maria, mas de todas as outras guarnições, no sentido de que nos estimulem e orientem, com críticas, debates, artigos, sugestões. Enfim, cerrem conosco nessa verdadeira cruzada de Redenção Institucional. Para que possamos — nossa Revista que é a mais expressiva do Pensamento Militar das Fôrças Armadas — cooperar, modesta e despretenciosamente, com os Chefes Militares que têm sob seus ombros esse gigantesco e homérico esforço, no sentido de empreender a modernização das Fôrças Armadas, consoante a Realidade Nacional, Regional e Mundial.

Que esse "pequeno programa de aulas e conferências dedicado ao assunto", continue a interessar os camaradas de outras guarnições. Que se multipliquem as trocas de idéias nos Estados-Maiores dos Exércitos, das Divisões e Regiões Militares. Mas, sobretudo, que o resultado de tais debates e digressões nos sejam enviados, em artigos isolados ou em trabalho de equipe, para que possamos divulgar em nossas colunas. Para que inspirem outros estudos e trabalhos.

Agradecemos, pois, a excelente contribuição do Major Alexandre Amêndola que vale por um perfeito "Estudo da Situação" do ponto de vista Organizacional. Aguardamos, ansiosos, outros trabalhos do Major Alexandre e já contamos, inclusive, para o próximo número, com a conferência do Ten-Cel Futuro.

Agora, uma última linha: de tal maneira completo, objetivo e sintético se apresenta o trabalho do Major Alexandre que nos dispensamos de resumir aos leitores, em seus aspectos fundamentais. Pois ele já representa magnífica síntese.

Maj A. RAPOSO FILHO

I. INTRODUÇÃO

Desde o inicio de sua publicação, acompanhamos, com interesse, a série "DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA". Hoje ela já representa um respeitável conjunto de idéias, expendidas por autores de conhecimentos indiscutíveis; corporifica a experiência de grandes chefes militares; dá forma aos desejos de eminentes pensadores.

É, em última análise, um repositório de reflexões... DE ONDE DEVEMOS :

- RETIRAR AS QUE CONVEM, CLARAMENTE, AO CASO BRA-SILEIRO ;
- ADAPTAR AS QUE, COM PEQUENAS ALTERAÇÕES, PODERÃO SERVIR-NOS.

Feito este primeiro trabalho, de *seleção de reflexões*, devemos :

- TOMAR O EXTRATO OBTIDO E SUBMETE-LO A ANALISES E SINTESES SUCESSIVAS, FAZÊ-LO DESDOBRAR-SE EM NOVAS IDEIAS E, AINDA UMA VEZ, PERSCRUTA-LAS, DETIDA E CUIDADOSAMENTE.

Obteremos, por fim, uma RESULTANTE que não poderá apresentar-se senão sob a forma de uma ORGANIZAÇÃO MILITAR, que conterá, em si mesma, a resposta a todas as interrogações, anseios, desejos, restrições, e possibilidades examinadas.

Mas não basta.

Há ainda muitos fatores, muitas outras incógnitas, que deverão ser introduzidas na equação conseguida, novamente transformando-a e fazendo-a evoluir, até a obtenção de um elemento FINAL.

FINAL ?

Ainda não.

Muito mais do que pelo estudo meticoloso de todas as idéias, premissas, gabaritos e padrões, cada estudioso do assunto será guiado para a sua SOLUÇÃO por um secreto instinto militar que lhe segredará ao Subconsciente um caminho a trilhar. Esse estudioso, obrigatoriamente:

- terá uma larga soma de experiência, obtida por muitos anos de serviços prestados ;
- terá sólidos conhecimentos profissionais, obtidos em Cursos e Escolas ;
- terá um acervo de meditações, originadas de leituras, de observações diárias, de palestras com companheiros de profissão ;
- terá, finalmente, a LUZ DE UM IDEAL a guiá-lo.

Ao tentar chegar a uma solução, percorrendo tão intrincado caminho, por certo há de encontrá-la diversa de outros pesquisadores, que tomaram trilhas diversas. Ele mesmo, reiniciando seu trabalho, irá percorrer o labirinto, a cada vez, por novos meandros, chegando a resultados bastante dissemelhantes.

Todas as soluções, entretanto, terão pontos de contato, porque partem das mesmas BASES GERAIS, ou, pelo menos, de BASES GERAIS muito semelhantes.

Apresentamos, assim, um dos resultados a que chegamos, à apreciação dos camaradas, sem ter, naturalmente, a pretensão de julgá-lo perfeito, ou absoluto, ou único : julgamo-lo, somente, uma boa solução, ou uma solução lógica.

2. AS BASES GERAIS CONSIDERADAS

Firmar BASES GERAIS consiste, liminarmente em sair do campo filosófico, penetrando no prático.

Para nós, a maneira mais fácil de conseguir isso, consiste, simplesmente, em seguir o "memento" do ESTUDO DE SITUAÇÃO, procurando enquadrar o problema nos gabaritos, já consagrados, dêsse documento-guia.

Tentemos, portanto, estabelecer as nossas BASES seguindo, apenas, a primeira parte do memento :

ESTUDO DA MISSÃO.

Enunciado.

Reorganizar, reequipar e redistribuir as Unidades do nosso Exército.

Finalidade.

Torná-las aptas a cumprir suas missões, em tempo de paz ou de guerra, segundo os conceitos e doutrinas atuais.

Ações impostas.

- Estar em condições de assegurar a ordem interna.
- Estar em condições de prover a Defesa Nacional e de assegurar a execução de nossa Política Externa.
- Cooperar com a direção do País, nas atividades de Educação e Colonização, face às regiões menos desenvolvidas.
- Cooperar, ainda, nos diversos ramos de atividade Nacional.

Ações deduzidas.

- Manter efetivos tão grandes :
 - que não pesem excessivamente nos orçamentos ;
 - que admitam rápida evolução para o caso de guerra.
- Manter efetivos tão pequenos :
 - que permitam cumprir amplamente as missões normais em tempo de paz ;
 - que não provoquem inquietação internacional no ambiente Sul-Americano.
- Redistribuir êsses efetivos :
 - dentro das Armas e Serviços ;
 - dentro do Território Nacional.
- Redistribuir os Quadros de modo a completar os claros em tôdas as Unidades.
- Tornar o Exército capaz de executar com eficiência, a guerra convencional e estar preparado para a guerra atômica, quer no teatro Sul-Americano, quer intervindo em campanha externa.

- Tornar o Exército capaz de deslocar-se e combater, no nosso território, com qualquer tempo.
- Redistribuir os aquartelamentos, remodelando-os, se necessário.
- Tornar as Unidades capazes de prover, em bases realísticas, a Instrução dos Quadros e da Tropa.

Prioridades.

- Reequipar, inicialmente, as Unidades mais desprovidas de equipamentos.
- Reequipar, inicialmente, as Unidades situadas nos TO mais importantes.

Condições de execução:

Tempo disponível: a calcular.

Espaço: o do Território Nacional.

Restrições:

- Trabalhar de acordo com as nossas possibilidades e necessidades:
 - em verbas;
 - em pessoal;
 - em indústria.
- Aproveitar ao máximo os armamentos, equipamentos, viaturas e aquartelamentos existentes.
- Resignar-se ao material que podemos fabricar no País.
- Empregar o material fornecido pelos EE UU dentro dos compromissos assumidos.

3. A SOLUÇÃO

Se reunirmos todos os pontos de vista apresentados até agora, chegaremos à conclusão de que a solução buscada deverá estar contida em uma organização:

- RELATIVAMENTE POTENTE, e admitindo desenvolvimento dessa potência em fases ulteriores.
- EXTREMAMENTE SIMPLES, para enquadrar-se nas nossas possibilidades de indústria e de pessoal.
- ALTAMENTE MÓVEL, para compensar sua simplicidade, sua potência relativa e o volume reduzido do nosso Exército.

Ressalta a última característica, o que é fácil de verificar, até mesmo pela fórmula física:

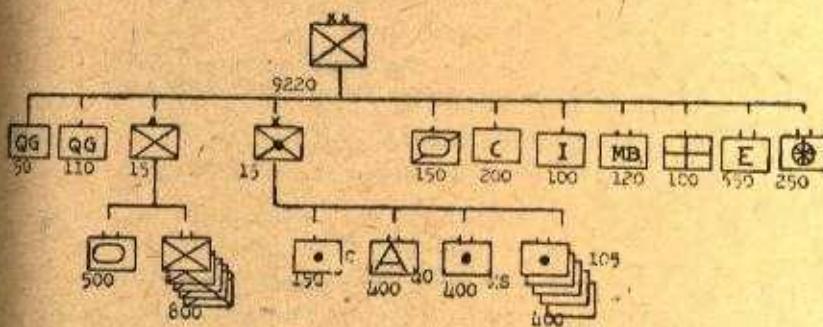
$E = 1/2 m V^2$, onde se vê que a velocidade de emprego pode tornar-se o fator preponderante na obtenção da energia das operações.

Poderemos, assim, arquitetar um sem número de soluções que atendam aos requisitos propostos. Vejamos uma delas :

A organização proposta deverá consistir em uma RESPOSTA ao somatório de considerações feitas e devem conter essencialmente um conjunto de Unidades e Grandes Unidades, que julgamos lógico agrupar da forma seguinte :

- Divisão de Infantaria Pentagonal (Tipo I) ;
- Divisão de Infantaria Ternária (Tipo II) ;
- Divisão de Cavalaria ;
- Divisão de Cavalaria Motomecanizada;
- Grupamentos Táticos Independentes;
- Núcleo de Divisão Aéreoterrestre ;
- Unidades Independentes ;
- Unidades Especiais (de Fronteira, Amazônicas).

a. A DIVISÃO DE INFANTARIA TIPO I.

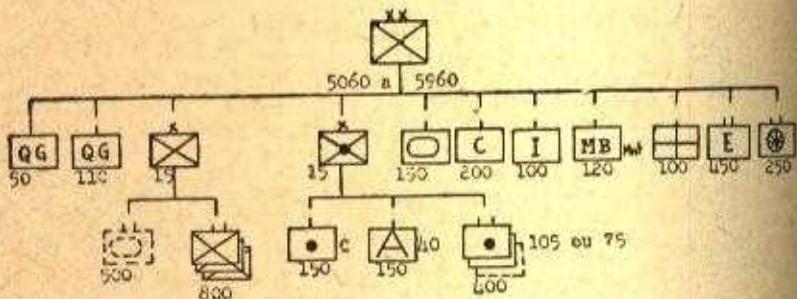


Como se vê, consistiria em um esquema pentagonal apropriado ao caso brasileiro, e capaz de evoluir em condições de ajustar-se à "Pentómica" americana, ou de combater a seu lado.

- (1). Os números abaixo e à esquerda dos símbolos indicam efetivos totais.
- (2). Cia QG : com :
 - Sec Cmdo ;
 - Pel de Transporte ;
 - Pel de Defesa ;
 - Pel de PE ;
 - Sec Sv.
- (3). BCC — a três Cias CC, médios ou leves.

- (4). BI — ao comando de Coronéis, e com a seguinte composição:
- Cmdo e Cia Cmdo 120 homens
 - 3 Cia Fzo a 150 450 "
 - Cia Ptr Pe 150 "
 - Cia Sv 80 "
 - As Cia Fzo : — Sec Cmdo 4 "
 - Sec Sv 8 "
 - 3 Pel Fzo a 35 105 "
 - 1 Pel Ptr L 37 "
- A Cia Ptr P incluiria um Pel AC, de inicio Can 57 ou 37; posteriormente misseis AC.
- (5). GAA: a duas Baterias de Tiro, à 4 Subseções, com peças de 40 mm e .50, até posterior substituição por misseis AA.
- (6). Grupo Misto: com uma Bateria de Obuses 155 e uma de Rojões, inicialmente talvez do calibre 105, aguardando evolução para material mais potente.
- (7). GO 105: a duas Baterias de Obuses.
- (8). BE Cmb: a três Cias E Cmb.
- (9). B Trnsp Auto: a duas Cia Trnsp Auto (a 3 Pel de 10 viaturas), capaz de transportar simultâneamente 3 BI.

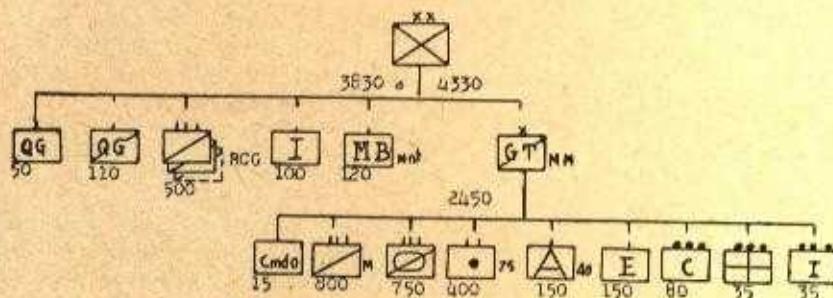
b. A DIVISÃO DE INFANTARIA TIPO II.



Constituindo, em geral, a própria Divisão de Tipo I, para a qual poderia evoluir, em curto prazo. Divisão "Ligeira", constituindo esquema com possibilidades quase imediatas de adoção, compensaria seu menor volume inicial por poder deslocar-se inteiramente motorizada.

Os elementos componentes conservam efetivos e organização idênticos à D I Tipo I, até mesmo no pequeno Batalhão de Transporte Auto, capaz, como vimos, de motorizar três Batalhões de Infantaria, e, portanto, toda a Divisão. A única exceção existe no BE Cmb, a duas Cias E Cmb.

c. A DIVISÃO DE CAVALARIA.



A composição da Divisão de Cavalaria tal como se apresenta, tem por fim :

- manter Grandes Unidades Leves e modernizadas, capazes de conduzir operações típicas de Cavalaria motomecanizada, em ações levadas a efecto por um Grupamento rápido e de largo raio de ação ;
- manter, simultaneamente, um pequeno número de Unidades hipomóveis, capazes de conservar intato o espírito da Arma e sua tradição ;
- possibilitar sua repartição por tal forma que :
 - uma parte da DC possa partir à execução de operações distantes em teatro de guerra moderna ;
 - o restante permaneça em sua zona normal de operações, executando cobertura de fronteiras e papel semelhante aos Batalhões de Guarda Territorial.

- (1). Esqd de QG : em tudo semelhante às Cia QG de DI.
- (2). Regimento de Cavalaria de Guardas : inteiramente hipomóvel, aproveitando, inclusive, os animais dos Grupos de Artilharia a Cavalo, extintos.

Possuindo, únicamente, um pequeno número de viaturas automóveis, para Serviços Gerais, teriam sómente armamento leve, perdendo, portanto, os canhões anticarro.

- (3). Cias de Intendência e de Manutenção : semelhantes às de DL.
- (4). Grupamento Tático de Cavalaria Motomecanizada : comandado por General-de-Brigada, teria o Grupo de Artilharia, Bateria Antiaérea, Cia de Engenharia e Pelotões de Comunicações, Saúde e Intendência sensivelmente semelhantes aos elementos congêneres de DI.

O RCM teria organizado semelhante ao Batalhão de Infantaria. Ao R Rec Mec acrescentar-se-ia um Esquadrão de Canhões (a 4 peças de 75).

Em fase posterior deveriam ser substituídas todas as viaturas sobre lagartas, por outras viaturas de combate sobre rodas, o que conferiria, definitivamente, ao conjunto, grande mobilidade tática e, até mesmo, estratégica.

d. A DIVISÃO DE CAVALARIA MOTOMECHANIZADA.

Grande Unidade de formação ocasional, obtida pela reunião de três Grupamentos Táticos de Cavalaria Motomecanizada, pertencentes às Divisões de Cavalaria, atribuindo-se ao conjunto um Comando e pequeno número de Unidades Divisionárias de apoio e Serviços.

e. GRUPAMENTOS TÁTICOS INDEPENDENTES.

Organizados dentro dos conjuntos de Guarnições em que isso seja possível, e que, por outro lado, não possibilitem a formação de Divisões.

Na Arma de Cavalaria, esses Grupamentos teriam a constituição já estudada anteriormente, à qual se acrescentaria uma Companhia ou Pelotão de Manutenção.

No caso da Infantaria, os Grupamentos teriam organização cabível às circunstâncias, tomando-se por base a organização mínima seguinte.

- Batalhão de Infantaria.
- Grupo de Art 75 ou 105 a duas Baterias de Tiro.
- Bia Antiaérea, a 4 Subseções.
- Pelotão de Engenharia de Combate.

f. NÚCLEO DE DIVISÃO AEROTERRESTRE.

Montado em torno do atual, ampliado por forma a conter dois a três Batalhões de Pára-quedistas.

g. UNIDADES INDEPENDENTES.

Aproveitando a maior parte das existentes, que ficariam em subordinação direta aos Exércitos, Comandos Militares ou Regiões.

h. UNIDADES ESPECIAIS.

Consistindo essencialmente, nas Unidades de Fronteira, regidas por regulamentação especial, e em Unidades Amazônicas, de constituição se-

melhante às demais, porém dotadas de equipamento e armamento mais leve, e possuindo lanchões e helicópteros, ao revés de viaturas automóveis.

4. CONCLUSÃO

Adotadas as organizações propostas, seria relativamente fácil formar um conjunto combatente de primeira ordem, adaptando a cada região considerada do País, a Grande Unidade indicada, levados em conta os fatores decisivos MISSÃO, INIMIGO PROVÁVEL, TERRENO E MEIOS EXISTENTES.

Conseguir-se-ia, assim, um excelente grupamento de forças, leve, móvel e manobreiro, capaz de admitir multiplicação rápida e de preencher todos os requisitos apontados nas BASES GERAIS.

Sobressai, particularmente :

- o ajustamento fácil do conjunto passível de se obter aos aquartelamentos existentes ;
- o completamento integral de seus Quadros, com os Oficiais e Graduados de que dispomos ;
- o aproveitamento máximo do material em uso, admitindo, até mesmo, um saldo para mobilização em muitos itens ;
- a necessidade de aquisição reduzida a um mínimo, que poderia, outrossim, ser obtido no País, mediante pequeno esforço.

Resta acentuar que a massa de Unidades e Organizações passaria a evoluir *por fases*. A primeira fase de reorganização compreenderia a execução de operações que transformassem os elementos existentes nos propostos, com um mínimo de despesas e movimentações de pessoal e material. Obter-se-ia, assim, um conjunto básico em curto prazo.

Para as fases seguintes, um largo caminho ficaria aberto : a própria flexibilidade dos esquemas indicados admite uma infinidade de variações que se adaptariam às condições, necessidades e possibilidades do País e do Exército, sem quebrar a "standardização" inicial.

A questão se reduziria, apenas, ao empreendimento de um trabalho ordenado, metódico e PATRIÓTICO.



DOUTRINA MILITAR NACIONAL

"O problema é diferente para cada país, dependendo de ser ele uma grande potência industrial, ter as novas armas e de quanto a política e a administração estão ligadas às necessidades das grandes massas. Tudo isso influencia a elaboração final de uma doutrina e o estabelecimento dos princípios a que o país e suas forças armadas obedecerão na guerra. Por esse motivo, as doutrinas oficiais e semi-oficiais e a reorganização dos exércitos dos diferentes países em geral revelam o verdadeiro aspecto da situação interna e externa."

General VIKTOR BUBANJ, ex-iugoslavo

DOUTRINA E TÉCNICA

"O passo de sete léguas dado pela tecnologia possivelmente permitiu maior progresso nos últimos 15 anos do que nos 15 séculos anteriores. Esta constatação torna bem claro que o progresso científico e tecnológico, para criar novo equipamento, é mais fácil de conquistar, muitas vezes, do que o progresso doutrinário, isto é, o desenvolvimento de novas concepções e sua integração completa como componente do poder de combate. A causa é que a complexidade crescente da evolução doutrinária, com seus valores humanos e éticos, períodos de elaboração e opiniões divergentes, é normalmente terreno mais difícil de desbravar do que o dos problemas de laboratório ou de fábrica. O progresso doutrinário também é mais complexo do que o tecnológico porque o pensamento profissional militar não se pode limitar ao material, com exclusão de novas táticas e idéias mais ou menos independentes daquele — as ligadas à chefia, os problemas de moral, comunicações, psicologia e organização. A sobrevivência nacional impõe o aproveitamento da tecnologia no máximo grau possível.

Em consequência, o militar profissional deve continuamente procurar hoje trocar o marco da praxe e da suficiência por uma busca incessante de respostas realistas e práticas aos problemas de amanhã."

Gen-Div LIONEL C. McGARR, Cmt ECEME/EUA



GEOGRAFIA

RIQUEZAS NATURAIS DA AMÉRICA LATINA

Major AMADEU DE PAULA CASTRO FILHO

Ocupando um tão vasto espaço em latitude e possuindo elevados planaltos, a ecologia das nações latino-americanas é a mais variada possível. Há climas extremos — do frio ao tropical. Dominar, entretanto, esse último. Como fonte de matérias-primas de origem vegetal elas têm uma importância indubitável: madeiras, plantas medicinais, borracha e fibras. A América Latina dispõe de 6.500.000 km² de florestas tropicais, dos quais 5.200.000 na bacia amazônica, servida por grandes aquavias.

Ao lado da grande área coberta de matas, temos na América Latina zonas de campos, algumas extremamente interessantes para criação de animais e que fornecem, além de alimento para o homem, matérias-primas industriais preciosas. Existem elas na Argentina, no Sul do Brasil e em vários altiplanos, mais ou menos elevados, em todos os países que estamos considerando.

Como vemos, nenhuma extensão da superfície da terra supera a da América Latina no que diz respeito à variedade de solos e ecologias. Sob o ponto de vista da produção de alimentos, temos, assim, todas as possibilidades, desde os cereais nobres, de climas temperados, às culturas das terras tropicais.

O potencial energético à nossa disposição é igualmente formidável. No que se refere à energia hidráulica, avalia-se em 75.100.000 CV a potência ainda disponível, baseada em águas mínimas. Com as possibilidades que a moderna engenharia oferece, esse potencial pode ser estimado em 50% acima.

Os países mais aquinhoados são:

Brasil	28.000.000 CV
México	8.500.000 CV
Peru	8.500.000 CV

Argentina	5.400.000 CV
Colômbia	5.400.000 CV
Venezuela	4.300.000 CV
Bolívia	3.600.000 CV
Chile	3.600.000 CV

O aproveitamento total atual é de pouco mais de 8.000.000 CV. Para corrigição, tenha-se em vista que a Europa tem um potencial hidrelétrico disponível estimado em 53.860.000 CV e mais 33.930.000 já em utilização. A América do Norte (Canadá e Estados Unidos) já tem 35.210.000 CV em usinas funcionando e 84.400.000 ainda a aproveitar. A estação invernosa limita, entretanto, o aproveitamento da energia hidráulica em muitos pontos da Europa e do Norte do nosso Continente.

As reservas provadas de petróleo na América Latina são também enormes. A produção em 1950 foi de cerca de 100.000.000 t, contra 270.000.000 t dos Estados Unidos. Consideram-se como produtores: a Argentina, a Colômbia, o México, o Peru e a Venezuela. O Brasil começa a alinharse entre eles. O futuro da produção de petróleo entre nossos países é promissor; como um todo, temos elementos para desenvolvê-lo, em benefício do nosso desenvolvimento industrial.

No que diz respeito ao carvão, notemos o seguinte: as reservas carboníferas da Colômbia são de enorme importância. Encontram-se em quantidades imensas nas três cordilheiras andinas que percorrem o território da República. "Parece que as maiores reservas se encontram na cordilheira oriental, onde, segundo estimativas, há mais de 6 bilhões de toneladas d'escamadas numa região de 3.000 km², sendo que sua maior parte corresponde à Cundinamarca e Boyacá". Os colombianos chegam a dizer que... "no setor andino não há lugar onde não se encontre carvão e está fora de dúvida que um largo rio subterrâneo de hulha percorre o país desde Buenaventura no Pacífico até Goajira no Caribe, com jazidas especialmente ricas nos departamentos de Vale, Cundinamarca e Boyacá".

A 260 km a Nordeste de Bogotá foram confirmadas reservas que sobem a 1.900.000.000 de toneladas. Provaram-se em detalhe reservas de 18.000.000 de toneladas de carvão coqueificável e se estabeleceram 132.000.000 de reservas prováveis. Vários membros da Associação Brasileira de Minas puderam visitar, em 1952, por ocasião do Congresso de Bogotá, a mina de La Chapa, cuja produção alimenta agora a coqueira da usina de Paz de Río, em funcionamento desde agosto de 1954. O carvão para coque tem uma análise bastante favorável:

Unidade	1,4%
M. V	28,35
C. Fijo	52,60
S	0,7 a 1,8
Cinzas	6 a 15%
Poder calorífico	7.000 a 8.000 calorias

As reservas provadas já foram dobradas desde 1952 de tal modo que se trata agora de abrir outras minas que se situam junto à Usina, em Belencito, na margem direita do Rio Chicamocha (Matayeguas, Tópaga e Marçal).

São conhecidos os depósitos carboníferos do Chile. Ocorrem junto à costa, ao sul de Concepción. As jazidas de Lota e Coronel estão em produção há muitos anos. A usina siderúrgica de Huachipato emprega coque que é o resultado da distilação da hulha dessas minas em mistura com certa quantidade de carvão importado dos Estados Unidos.

O Peru possui jazidas, sobretudo de carvão antracítoso, que se destacam pela sua extensão.

No Brasil as reservas de hulha são importantes nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Devem-se assinalar igualmente as reservas paranaenses, que ainda não estão completamente estudadas.

Estudos do subsolo venezuelano têm revelado a existência de combustível fóssil sólido em muitos pontos: Lobatera (Táchira); Chiguará (Mérida); Maracaibo (Zélia), Sabana Grande, Clarines e Naricual (Anzoátegui); e Mapire (a SW de Ciudad Bolívar), são lugares, onde há depósitos de carvão. Alguns deles, com os de Anzoátegui, são conhecidos há muitos anos e têm sido explorados. Não há ainda um conhecimento suficiente da qualidade, condições de exploração e reservas desses combustíveis. Há já, entretanto, investigações preliminares feitas pelas firmas Koppers e Eisenbau, ambas de Essen na Alemanha; as conclusões podem ser assim resumidas:

- 1) O teor de matérias voláteis é alto — entre 46,35 (Lobatera) e 42,85% (Sabana Grande);
- 2) O teor de cinzas é baixo, entre 3,54% seco (Lobatera) e 4,57% seco (Sabana Grande);
- 3) O teor de enxofre é aceitável e o fósforo não é mencionado;
- 4) Alguns carvões se aglomeram mais ou menos bem (teores de oxigênio e de matérias voláteis elevados).

Venezuela, como a Colômbia, poderá ser outra surpresa agradável, no que se refere à existência de carvão, inclusive para coque.

Estamos vendo que, mesmo no que diz respeito a carvão, a posição da América Latina não é tão crítica quanto se afirmava no passado. Quanto ao México, o carvão mineral, nas suas variedades linhito, betuminoso e antracito, se encontra extensamente repartido na República. As jazidas mais importantes se acham no Estado de Coahuila e começaram a ser exploradas há 80 anos; produzem carvão coquefável; só a bacia de Sabinas tem uma reserva estimada em 2.000.000.000 de toneladas; na parte mais profunda o carvão está a 350 metros. As minas dessa região são as mais importantes do país, servindo as grandes usinas siderúrgicas de Monclova e Monterrey.

É interessante também assinalar a bacia de Oaxaca, situada na região denominada Alta Mixteca, nos Estados de Puebla e Guerrero, principal-

mente, e na parte extrema noroeste do Estado de Oaxaca. Essas jazidas se situam a 400 km de Cidade do México e são circundadas por jazidas de minério de ferro; uma das camadas se aglutina sob a forma de coque. Como os depósitos de Cahuila e as Usinas Siderúrgicas estão a mais de 1.000 km do maior centro consumidor do país (85%), vê-se a importância da bacia de Oaxaca.

Se passarmos ao exame dos minérios que contribuem para a indústria siderúrgica, encontraremos, na maioria dos países que nos interessam, uma situação extremamente favorável.

O México possui imensas jazidas de minérios de ferro, situadas em várias regiões do país. As mais destacadas, no momento, são as do "Grupo Norte", porque nelas se baseia a indústria siderúrgica atual mexicana. Situam-se nos Estados de Durango, Zacatecas, Chihuahua, Coahuila e Nuevo Leon. As reservas estimadas vão a mais de 100.000.000 de toneladas, mas esse número não deve representar ainda a realidade; a abundância de minério não justificou um estudo judicioso. Os minérios são hematita e magnetita, com teores acima de 50% de ferro. Em alguns casos apresentam uma percentagem excessiva de fósforo, pelo que devem ser misturados a minérios mais puros. Há minério de ferro em muitos outros Estados, constituindo importantes "grupos" de jazidas: Grupo do Pacífico Norte (Baixa Califórnia, Sonora e Sinaloa); Grupo do Pacífico Central (Jalisco, Colima, Michoacan e Guerrero), onde estão as reservas mais importantes do país; e Grupo do Pacífico do Sul (Oaxaca e Chiapa).

Devemos mencionar as jazidas de Cuba e da República Dominicana. De Cuba vem sendo exportado minério desde o fim do século passado (1884).

A Colômbia possui minério de ferro em quantidades apreciáveis, na província de Boyacá, em Paz de Rio; as reservas estimadas totalizam 100.000.000 de toneladas. A usina de Belencito, inaugurada em 1934, o está empregando. Trata-se de um minério fosforoso, com 43% de ferro e cerca de 1% de fósforo, próprio para o processo Thomas.

O Peru começa a apresentar-se como um exportador de minério de ferro e o Chile o é tradicionalmente, de suas jazidas de El Tofo (Bethlehem Steel Co.).

Na Argentina foi iniciada a exploração de jazidas em Serra Grande no Território do Rio Negro. Situam-se elas a 35 km da costa, entre Antonio Oeste e Puerto Madryn, a 900 milhas marítimas de Buenos Aires. Há, além disso, minério de ferro em Zapla, onde foi construída uma usina de carvão de madeira, que produz atualmente 200.000 toneladas de gusa por ano.

Sobre o Brasil não é necessário apontar aqui nossas reservas em minério de ferro, tão conhecidas são elas. Recordemos, apenas, que as estimativas mais autorizadas nos dão, só em Minas Gerais, 15 bilhões de toneladas.

A Venezuela apresenta, no Estado Bolívar, ao sul do Rio Orinoco e entre este e o Rio Caroni, vastas reservas de um excelente minério de ferro. As jazidas de Cerro Bolívar e El Pao, exploradas respectiva-

mente pela "United States Steel Corp." e pela "Bethlehem Steel Co.", são ~~mais~~ mundialmente famosas. As usinas "Fairless" (Morrisville) e "Sparrows Point", dessas duas grandes companhias americanas, estão recebendo minérios venezuelanos. Convém assinalar que as reservas "não conhecidas", conservadas para uso nacional pelo Governo da Venezuela, representam muitas vezes o volume das que estão em exploração atualmente. D onde se conclui que a América Latina tem aí um suprimento de enorme valor.

Quanto ao manganês, são ainda as reservas brasileiras as mais interessantes das Américas. As do Amapá entraram em exportação em 1953 e Urucum começa a ser explorado. O "Mineral Yearbook (1949)", do Bureau of Mines, dos Estados Unidos, aponta como produtores, além do Brasil, a Argentina, a Bolívia, o México e o Chile, e nota que este último país pode aumentar a produção e exportação. O México também é exportador (57.464 t em 1948, da Baixa Califórnia).

O níquel só é assinalado nas estatísticas internacionais no Brasil, Chile e Cuba. O tungstênio, figura na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Peru, todos exportadores de minério. O Brasil produz normalmente tungstênio metálico para filamentos de lâmpadas elétricas.

Chile, México e Peru têm sido exportadores de minérios de molibdênio.

O único produtor de titânio assinalado na América Latina é o Brasil, mas o vanádio existe na Argentina, no México e, sobretudo, no Peru, que tem exportado minérios e concentrados.

O cobalto se nota na Bolívia e no Chile, que já têm sido exportadores. O Brasil, também, pode vir a tornar-se produtor, notadamente através das jazidas goianas.

A fluorita se apresenta na Argentina, Bolívia, Brasil e México.

Como vemos, as matérias-primas necessárias à siderurgia são abundantes e, certamente, terão sua produção aumentada, à medida que forem sendo mais bem prospectados os recursos minerais de nossos países.

Sobre refratários e indústria cerâmica, o exemplo do Brasil é marcante. Em um quarto de século montamos uma produção que é notável. As argilas e jazidas de silica são comuns; a magnesita se assinala na Argentina, México e Venezuela e é extremamente abundante no nosso país, como é sabido (Bahia e Ceará).

Se nos voltarmos agora para os metais não ferrosos, veremos que, também nesse setor, é exceente a situação da América Latina, no Continente e no Mundo.

O cobre é extraído no México, no Chile e no Peru; o Equador igualmente o tem produzido; a Bolívia fornece minério. O Peru está recebendo no momento um grande impulso em sua produção, por parte de capitais americanos. A Argentina já tem produzidos pequenas quantidades. A posição do Brasil não é brilhante quanto a este metal. Na Venezuela assinala-se o minério em condições de ser explorado; o mesmo acontece

com a Colômbia. Em 1951 as produções da América Latina e dos Estados Unidos foram, respectivamente, 463.860 e 835.470 toneladas métricas.

Quanto ao zinco, a posição é representada pelas produções seguintes, em 1949 (produção mundial de zinco recuperável nas minas):

<i>País</i>	<i>Toneladas métricas</i>
Argentina	9.830
Bolívia	14.197
México	172.320
Peru	64.283
Soma	260.630
Estados Unidos	538.145

A Argentina, o México e o Peru produzem o zinco metálico. As possibilidades do Brasil melhoraram muito, no que se refere a esta importante matéria-prima, pela descoberta de extensas jazidas em Vazante, Minas Gerais.

O chumbo é outro metal que existe em muitos países da América Latina, como demonstram os números abaixo (produção mundial de chumbo nas minas, em toneladas métricas, 1949):

<i>País</i>	<i>Toneladas métricas</i>
Argentina	16.000
Bolívia	26.352
Chile	730
México	200.763
Peru	49.302
Soma	293.147
Estados Unidos	371.860

A Argentina, o México e o Peru produzem o metal. Em nosso país se está fazendo um esforço no sentido de aumentar a produção de chumbo.

Eis a situação do estanho, demonstrada, em números que representam o metal contido no minério, em toneladas métricas (1949):

<i>País</i>	<i>Toneladas métricas</i>
Argentina	305
Bolívia	34.680
Brasil	330
México	364
Peru	45
Soma	35.704
Estados Unidos	69

Os grandes produtores são, como se sabe, a Malásia, a Indonésia e o Congo que fornecem 60% das necessidades mundiais; a América Latina concorre com 24%.

Duas usinas fazem o alumínio metálico, uma em Minas Gerais (Saramenha, Ouro Preto), e a segunda em São Paulo, próxima a Sorocaba. As duas somadas produzem cerca de 12.000 t/ano. A expansão da usina paulista está, no entanto, prevista e é de crer-se, pelas necessidades de nosso mercado interno, que ela se faça imediatamente. Os grandes fornecedores de bauxita para os Estados Unidos são as minas das Guianas Holandesa e Britânica; esse minério é assinalado em outros países latino-americanos, entre eles à Venezuela e à Colômbia.

Passando aos fertilizantes minerais devemos fazer referência, em primeiro lugar, ao salitre do Chile. Em seguida, às apatitas do Brasil e ainda do Chile. A Colômbia está começando a produzir escória fosforosa de conversor básico. Em Volta Redonda se recupera o licor amoniaco da coqueria para transformá-lo em sulfato. Não há, nas estatísticas, referências a fosfatos naturais nos países latino-americanos. No nosso país opina-se que há consideráveis massas de fosfatos de rocha, mas não existem dados suficientes quanto às possibilidades de sua utilização.

Quanto ao enxôfre as estatísticas internacionais consignam sua existência nos seguintes países:

País	Toneladas métricas
Argentina	9.842
Bolívia	4.398
Chile (1948)	13.258
Equador (1948)	43
México (1948)	2.100

A produção mexicana aumentou, consideravelmente, com a descoberta de novas jazidas em 1950. Do mesmo modo, importante descoberta foi feita na Venezuela, que passará a explorar esta fonte de riqueza.

As reservas de calcáreo são imensas na América Latina. A produção de cimento se aproxima de 12.000.000 t/ano. Quatorze das vinte Repúblicas são assinaladas nas estatísticas.

Para terminar esta análise, devemos lembrar que, não obstante estarem ainda em período de pesquisas geológicas, os países latino-americanos têm grandes possibilidades quanto à obtenção de elementos fisséis e associados para a produção de energia nuclear.

O levantamento dos recursos gerais das vinte Repúblicas latino-Americanas é, como se viu, altamente significativa. As matérias-primas mais essenciais existem e, muitas delas, já são aproveitadas em escala apreciável, fornecendo recursos preciosos à Europa e aos Estados Unidos.

A DEFESA NACIONAL

(Fundada em 10 de outubro de 1913)

- 1 — Reestruturando sua Seção de Anúncios, "A DEFESA NACIONAL" espera a colaboração de todos aquêles que tenham interesse em tornar conhecidos seus empreendimentos, particularmente no seio das Forças Armadas.
- 2 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil e Países da América do Sul;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com a maioria das revistas;
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 3 — Se sua existência, de quase meio século, não fosse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A DEFESA NACIONAL" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

AVISO N. 99

Tendo em vista que "A DEFESA NACIONAL" vem cooperando, ininterruptamente, na obra de aperfeiçoamento, suplação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen Canrobert P. da Costa

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ANTÔNIO JOÃO

Gen JOÃO PEREIRA

Na história, não só das nossas, senão também de todas as guerras com que se tem ensanguentado o mundo, nada conheço que sobreexceda ao lance de fidelidade ao dever e de temeridade de Antonio João. Foi um feito de grandeza épica, que, por si só, bastaria para testemunhar a heroicidade de nossa gente, se outros, igualmente grandes, já não houvessem cometido os nossos, nas profiadas lutas em que se têm achado.

Circunstanciemo-lo.

Comandava o tenente de cavalaria Antônio João Ribeiro a Colônia Militar de Dourados, estabelecimento fundado em 1861, e sito na cordilheira que divide as águas do ria Apa das do Ivinheima, setenta e dois quilômetros ao sul de Miranda, quando, aos 29 de dezembro de 1864, lhe chegou a notícia da aproximação de forças inimigas.

Eram trezentos homens de cavalaria da coluna do coronel Resquin, que iam destruir o estabelecimento. Comandava-os o major Urbieta.

Antonio João não se intimidou. Ainda maior que Leônidas, à testa de seus trezentos lacedemônios, no desfiladeiro das Termópilas, tanto que recebeu a nova, reuniu os que ali viviam, cientificou-os dos perigos que os ameaçavam e tratou, para logo, de se dispor para perecer numa resistência heróica.

Não queria, porém, aquela alma generosa e forte de patriota excelsa, que partilhassem do seu sacrifício aqueles que se achavam, segundo

eria, preparados para o fazer na maior paz de espirito. Assim, o de que preliminarmente se preocupou foi de ordenar a retirada para Santa Rosa, com as famílias, tanto dos dez colonos que residiam no estabelecimento, quanto das praças casadas, que se encontravam entre as vinte e nove do destacamento.

Feito isso, e depois de entregar a cada soldado, dos que então restavam, uma espingarda e duas clavinas carregadas, tomou do lápis, e escreveu para Niocé, ao tenente-coronel José Antonio Dias da Silva, comandante do Corpo de Cavalaria de Mato Grosso, uma breve participação sobre o avanço contra a Colônia, dos trezentos homens do major Urbina. Rematavam-na, com imorredouro brilho, estas palavras impressionantes, que se deviam gravar bem fundas nos corações brasileiros, como exemplo inigualável de nossa abnegação e como justa homenagem ao arrejado tenente de cavalaria: "Sei que morro; mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria". Para portadores da informação, destacou Antônio João Ribeiro, um sargento e dois soldados, dos quinze que ainda tinha.

Chegara, finalmente, a hora em que se deviam oferecer em holocausto, pela nossa honra, aqueles poucos bravos. Partiram. Do alto iluminava-os o mesmo sol que vira a ocupação do Forte de Coimbra, pelo inimigo, após dois dias de uma defesa homérica. Pouco adiante da Colônia, encontraram-se com os paraguaios. A frente destes, vinha o tenente Martinez. Antônio João não tornou por detrás da determinação em que estava de ir até ao sacrifício da própria vida na defesa desta terra amável que lhe serviu de berço. Aquelle modesto tenente de cavalaria, a quem estava confiada a guarda daquela minguada porção de território deste Brasil imenso, era a própria encarnação de nossa coragem, de nossa lealdade e de nosso brio. Quando o tenente Martinez o intimou a que se rendesse, olhou-o arrogantemente, e, respondendo-lhe que o não faria, acrescentou que, como soldado e como brasileiro, protestava contra a invasão, pelos paraguaios, do solo sagrado de nossa Pátria. Em seguida, acometeu, com os seus poucos homens, o invasor audaz...

Uma hora depois, sucumbiam gloriosamente, sob o peso esmagador do número, o intrépido tenente Antônio João e os doze camaradas que lhe tiveram tanto, deixando estendidos sobre a mesma terra que lhes bebeu o sangue, mortos ou feridos, afora o tenente Benigno Diaz, muitos de aqueles pobres homens, instrumentos inconscientes de uma agressão injusta essa que nos surpreendeu Francisco Solano Lopez, no desvairamento de seu orgulho.

E, assim, naquele dia aziago para as nossas armas, desapareceu da face da Terra, na beleza infinita de um sol poente, para surgir entre nós, na imortalidade, aquele soldado egrégio, cujo nome é, para nós, um símbolo augusto de bravura, de abnegação e de amor da Pátria.



DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS,
Coronel, Diretor-Secretário

Quanto, em novembro de 1956, o governo soviético usou seu poderio militar para esmagar a tentativa do povo húngaro de libertar-se do jugo comunista, a imprensa de todo o Mundo Livre condenou a interferência soviética, considerando sua atitude como a mais cruel das trações e a mais bárbara das hipocrisias.

Um dos editoriais publicados na época comparava declarações anteriores, de líderes comunistas, com os fatos que se desenvolveram na Hungria: "Escreveu Lênin em 1900 — O Governo Czarista não sómente conserva nosso povo na escravidão como utiliza tropas russas para suprimir os movimentos de outros povos que buscam a liberdade, como aconteceu em 1848, quando forças russas esmagaram a revolução na Hungria. Estas palavras parecem as mais apropriadas para hoje, bastando que se substitua "czarista" por "soviético" e "1848" por "1956".

Nossos sentimentos hoje em dia, são um misto de ódio e piedade, de lamento e admiração. Ódio pelos homens e pelo sistema que provocaram a torrente de sangue de húngares inocentes, para levá-los, de novo, à escravidão; piedade pelos soldados soviéticos, bandidos por seus chefes, supondo estar combatendo fascistas quando, na realidade, lutavam contra homens, mulheres e crianças praticamente indefesas; lamento e admiração pelo heróico povo húngaro quem nem a morte temeu na luta pela liberdade.

6^a PARTE — COMO OS COMUNISTAS SE APOSSAM DO PODER E O MANTÊM

Procuraremos mostrar, neste artigo, como os comunistas obtiveram o controle da URSS, da Hungria, da China e de várias outras nações, e como conseguem manter esse controle, respondendo às seguintes perguntas:

- 1 — Por que e como conseguiu Lenine apossar-se do poder em 1917 após haver fracassado em 1905?
- 2 — Como têm conseguido os ditadores, como Stalin, manter acovardados e obedientes centenas de milhões de indivíduos?
- 3 — O que é a Polícia Secreta Soviética e como opera?
- 4 — De que maneira os comunistas chineses usaram os métodos de terrorismo, ainda mais cruelmente que os soviéticos?

A) ACRÉSCIMOS DE LENINE A TEORIA MARXISTA

1 — O encorajamento do uso do terrorismo

O problema que por mais de vinte anos, antes da Revolução Bolchevista de 1917, preocupava Lenine era como se assenhorear do poder. Sua obra "O que deve ser feito?", aparecida em 1902, tornou-se o guia para a obtenção do poder. Quando da revolução de 1917, o mesmo líder comunista declarou: "A questão do poder é a questão primacial de todas as revoluções". Poder, no ponto de vista do comunismo, significa controle estatal sobre todos os homens, mulheres e crianças.

Não só Lenine, como Trotsky e Stalin, acreditavam que somente pela força era possível assumir e manter o poder. Afirmou Lenine: "A substituição de um estado burguês pelo estado proletário é impossível sem violenta reação".

O VI Congresso Mundial do Comunismo Internacional, em 1928, alertou as nações livres:

"A conquista do poder pelo proletariado não significa a captura pacífica da maquinaria montada no estado burguês, por meio de um majoritarismo parlamentar... A conquista do poder pelo proletariado é a derrubada violenta do poder burguês."

Violência, para os bolchevistas, significa brutalidade e terror. Aliás, em 1918, declarava Lenine: "Nunca rejeitamos o terror como princípio, nem podemos fazê-lo. O terror é uma forma de operação militar que pode ser usada compensadoramente".

2 — Planos de Lenine para a revolução pela violência

Marx e Engels, os iniciadores do socialismo marxista, nunca haviam se declarado, franca e sistemáticamente, pela necessidade da violência. As vezes eram a favor dela, mas, de outras, aventavam a idéia de que em determinados países seria possível a realização de uma revolução pacífica, com os comunistas conseguindo essento nas legislaturas através de eleições.

Mas, na sua mais famosa declaração, o "Manifesto Comunista", Marx e Engels pregaram a revolução pela violência, isto é, que o proletariado ou classe trabalhadora poderia, pela força, conseguir o poder político. O "Manifesto" terminava com um cíusado apelo à ação:

"Os comunistas desdenham esconder suas opiniões e objetivos. Por isso, declararam abertamente que suas finalidades só podem ser obtidas pela derrubada violenta de todas as condições sociais existentes".

3 — O terrorismo é aceito como técnica

O "Manifesto Comunista" apareceu pouco antes da revolução que se desencadeou na França, Itália e Alemanha, em 1848. Para desapontamento de Marx e Engels a revolução falhou em seus objetivos de entregar as rédeas dos governos à classe de trabalhadores, ou seja, em conseguir o estabelecimento de "ditaduras do proletariado". Vinte anos mais tarde, novamente Marx e Engels se intrigaram com o fracasso das lutas nas ruas de Paris, em 1871, que não conseguiram inflamar um movimento proletário na França. Trinta anos após coube a Lenine, o estudioso das táticas militares, encontrar uma forma de aperfeiçoar a organização, de modo a que efetivamente satisfizesse às necessidades para o que os comunistas denominam de "a revolução". Por que conseguiu êxito Lenine onde outros dois haviam fracassado? Porque havia convencido seus camaradas comunistas de que deveriam se organizar como um verdadeiro exército.

Lenine era revolucionário desde sua adolescência e foi, aos vinte e um anos de idade, exilado para a Sibéria, onde passou um ano, regressando então à Rússia. Como, no entanto, ele desejava levar avante seus planos revolucionários, passou, depois disso, cerca de dezessete anos fora de seu país, para fugir ao alcance da polícia secreta do Czar. De qualquer modo, suas publicações conseguiram entrar na Rússia e, em pouco tempo, Lenine se tornou conhecido pelos outros comunistas como porta-voz russo das idéias marxistas. Isso preparou o caminho de Lenine para assumir a liderança dos "Bolchevistas", o ramo radical do Partido Social Democrata Russo, tendo se aproveitado do partido para a difusão das idéias comunistas.

No Congresso do Partido Social Democrata, em Bruxelas, em 1903, e mais tarde em Londres, a insistência de Lenine por uma rigida organização a favor da violência dividiu aquele Partido em duas partes. A minoria, os Mencheviques, desejavam trabalhar pacificamente com os grupos liberais a fim de se efetarem reformas democráticas. Acreditavam eles que, antes que o marxismo pudesse vencer na Rússia, o país deveria passar por um regime interediário, com um governo de representação, à semelhança da França e da Alemanha. A maioria, os Bolcheviques, aceitaram a liderança de Lenine e clamaram para imediata revolução pela violência.

4 — Organização dos bolcheviques em bases militares

Lenine planejou e trabalhou por conseguir a união de operários e camponeses. Tal aliança seria bastante forte, acreditava, para dar ao partido a uma revolução que teria sucesso e estabeleceria a ditadura do proletariado. Desde 1912 o Partido Social Democrata, já dividido, mantinha suas reuniões completamente fora da Rússia. A partir de então os bolcheviques, ou comunistas, passaram a agir como partido inteiramente separado, tendo Lenine como líder.

No seu livro "O que deve ser feito?", Lenine esboçou seu plano para uma organização militar estrita do movimento revolucionário com liderança rígida. "Dêem-nos uma organização de revolucionários", declarou Lenine, "e revolveremos toda a Rússia". Poucas pessoas, além dos próprios comunistas, deram atenção a Lenine ou a seu livro. Encararam-no, apenas, como mais um radical louco, pregando alguma coisa. Mas as idéias de Lenine impressionaram profundamente seus adeptos revolucionários de todo o mundo.

Lenine foi além de falar e escrever. Em seus longos anos de exílio, dedicou todos os momentos possíveis ao estudo das táticas militares e de armamento. Filho de uma família pacífica e com alguns recursos, da classe média, nada conhecia sobre combate de ruas, mas fez do seu aprendizado um dos objetivos de seus estudos, pois, quando surgisse a oportunidade do emprego da violência, queria estar pronto.

5 — O desencadeamento da revolução

Enquanto isso o espírito revolucionário ganhava terreno na Rússia. Alguns dos Czares foram monarcas liberais e arejados, como Alexandre II, que libertou os escravos, introduziu os julgamentos por tribunais de júri e planejou a criação de uma Duma ou legislatura nacional. Em 1881, seu assassinio por uma bomba lançada por um revolucionário, de-

sencadeou uma reação que se prolongaria por um quarto de século. Mesmo assim, as cortes do Czar continuaram a proporcionar julgamentos regulares a muitos revolucionários que tramaram matar os governantes e que, na realidade, assassinaram inúmeros funcionários de categoria. Uma séria crise ocorreu em 1905, quando o recém-modernizado Japão derrotou fragorosamente os exércitos e a armada russa, no Oriente distante, tendo a Rússia que aceitar humilhante tratado de paz. Temendo a revolução interna, o governo czarista aumentou suas restrições sobre as atividades revolucionárias. Foi então que o êrro grosseiro de um grão duque russo não somente horrorizou o mundo civilizado, como propiciou o desencadeamento da revolução.

Em 22 de janeiro de 1905, um domingo, o Padre Gapon, sacerdote da Igreja Ortodoxa Russa, liderou um grande grupo de trabalhadores, na apresentação de uma petição ao "Paisinho" (denominação afetuosa com que os russos humildes designavam o Czar Nicolau II), no Palácio de Inverno, em S. Petersburgo, hoje Leningrado. Em sua petição, os trabalhadores alegavam os baixos salários, os pesados impostos e as insuportáveis condições de trabalho, acreditando que uma palavra do "Paisinho" poderia modificar-lhes todas as misérias. Desarmados, marchavam eles confiantemente, cantando o "Deus salve o Czar" e conduzindo ícones, ou gravuras sagradas. Mas o Czar e sua família não estavam no palácio. O Grão-Duque, que estava presente, deu ordem aos soldados russos que abrissem fogo sobre os manifestantes. Pelo menos cento e cinquenta trabalhadores foram mortos e duas centenas ficaram feridos; o resto fugiu. Este dia passou a ser conhecido com o "Domingo Sangrento" da Rússia e fez muitos russos mudarem de idéias a respeito do "Paisinho". A tensão subiu, tendo atingido o clímax, em outubro de 1905, quando eclodiram greves por todo o país.

6 — A revolução é dominada. Concessões feitas

Revolucionários, como Leon Trotsky, acorreram à Rússia, vindos de muitos países da Europa, para se engajar no levante de 1905. Os trabalhadores organizaram "Soviets", ou conselhos, preparando-se para atacar os órgãos do governo. De seu refúgio, na vizinha Finlândia, Lenine procurou, sem êxito, preconizar o uso da violência. Trotsky, que era mais propriamente um revolucionário moderado, como líder do soviete de S. Petersburgo, tinha muito mais influência. Liderados pelos revolucionários, os trabalhadores de Moscou e de outras cidades procuraram lutar nas ruas, por trás de barricadas. Mas, em poucas semanas, as tropas do Czar os dominaram e, assim, terminou a revolução de 1905.

Por sugestão de seu Primeiro-Ministro, Conde de Witte, o Czar Nicolau II prometeu ao povo uma Constituição e a criação de uma Duma, ou legislatura. Esta promessa foi o tiro final na revolução de 1905; a maioria dos moderados perderam toda a simpatia que demonstravam

pelos revolucionários. O Czar cumpriu sua promessa. Em março de 1906, realizaram-se eleições honestas, para a escolha dos membros da Duma, cuja primeira reunião teve lugar em maio do mesmo ano. Nesse meio tempo o Czar fez promulgar uma Constituição, onde se continham todos os direitos do povo russo.

7 — A revolução de 1905 foi apenas um ensaio

O fracasso dos revolucionários em 1905 não abalou a fé de Lenine na revolução como meio de derrubar o governo czarista. Na realidade, o fato parecia provar, como ele declarou em "O que deve ser feito?", que uma revolução comunista só poderia ter sucesso após uma demorada preparação por uma organização central de comunistas, sob a mais estrita disciplina militar. Para Lenine, a revolução de 1905 foi como que um ensaio do futuro movimento que ele sózinho lideraria. Para isso, voltou à França e mais tarde à Suíça, para criar sua organização militar. Passou doze anos em preparativos, tendo como resultado que a revolução de outubro de 1917, por ele liderada, foi muito melhor planejada que o ensaio de 1905.

8 — Nova oportunidade para os comunistas

Em 1914, quando estourou a guerra, Lenine se achava na Áustria, mas, logo em seguida, se mudou para a Suíça. Além de sua doutrina preconizadora da organização militar, tinha ele agora algo de novo a acrescentar, ou seja, a "transformação da guerra imperialista em guerra civil". Em outubro de 1914, numa reunião de socialistas, em Zurique, Suíça, ele expôs sua nova teoria.

De acordo com Lenine a causa da 1^a Guerra Mundial era uma só — o imperialismo, com todos os grandes impérios capitalistas, como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Rússia e a Áustria-Hungria, lutando pelos mercados mundiais. Essa luta, na sua opinião, era a principal causa de todas as guerras. Citando o "Manifesto Comunista", de 1848, Lenine recordou aos seus adeptos que "os trabalhadores não têm pátria", isto é, que nenhum trabalhador deve lealdade a seu país. Concitava, então, todos os soldados marinheiros, de todos os países, a desertarem e se voltarem contra seus próprios governantes, ao invés de lutar contra inimigos externos. Se o fizessem, a guerra imperialista se transformaria numa série de guerras civis. Cada país estaria tão dedicado às suas lutas internas que não poderia tomar parte em uma guerra prolongada. Os trabalhadores teriam oportunidade de se assorear do poder e estabelecer a ditadura do proletariado.

O plano exigia amplos esforços para conseguir a destruição da lealdade dos soldados e marinheiros de ambos os lados da frente de batalha. Enquanto a idéia da guerra civil entre as tropas francesas, italianas, austriacas e alemãs, mas foi realmente nos exércitos russos que as penetrações foram mais profundas. Os soldados do Czar, mal preparados e pessimamente comandados, haviam amargado derrotas, uma em cima das outras, no inverno de 1916 para 1917, estando mesmo dispostos a dar ouvidos a qualquer promessa que lhes acenasse com um fim para suas misérias. As centenas, soldados e marinheiros, mal vestidos, mal alimentados, mal preparados e mal comandados, desertaram de suas unidades para se juntar ao movimento revolucionário que Lenine iniciara.

Os chefes militares alemães se aperceberam do que se passava e se rejubilaram. Para eles o comunismo não servia, mas se Lenine e seus comparsas podiam fazer com que os exércitos russos cedessem, estariam dispostos a ajudar Lenine. Em 1917, como já foi dito anteriormente, o General alemão Ludendorff providenciou para que Lenine e alguns outros comunistas cruzassem de trem a Alemanha, para alcançarem a Rússia. Pode parecer estranho que Lenine, em plena guerra, aceitasse a ajuda dos que combatiam sua pátria, pois devia saber muito bem que os alemães exigiram uma retribuição, no caso o solapamento do esforço de guerra russo. Mas para Lenine nada havia de errado nesse fato, pois "os trabalhadores não têm pátria". Assim, enquanto o trem avançava na direção da fronteira russa, Lenine aperfeiçoava seus planos para a derrubada do governo, procurando evitar os erros cometidos em 1905.

B) AS DUAS REVOLUÇÕES DE 1917

1 — Março e outubro de 1917

Houve duas revoluções na Rússia, em 1917. Na de março a Duma, ou legislatura nacional, assumiu a liderança e, após a abdicação do Czar Nicolau II, foi estabelecido um governo provisório, que seguia os princípios das democracias ocidentais. A segunda, conhecida como Revolução Bolchevista, ocorreu em outubro, de acordo com o calendário russo, ou pelo nosso, em novembro. Neste, os comunistas derrubaram os membros moderados da Duma, e estabeleceram a "ditadura do proletariado". Isso ocorreu há cerca de quarenta anos, mas serve de exemplo para mostrar como uns poucos homens, apenas alguns milhares, puderam, num momento de completa desorganização nacional, assumir e manter o poder sobre 140 milhões de pessoas, que por essa mesma desorganização, nada conseguiram fazer para a eles se opor.

2 — A abdicação do Czar

Como já vimos neste artigo, o Czar assegurou ao povo russo numa Constituição, em 1905, durante a revolução. Este ato angariou para ele

a simpatia da maior parte dos revolucionários moderados, afastando-os do movimento comunista. No princípio do ano de 1906, realizaram-se as eleições para a Duma. A partir de então, os Bolcheviques, ou Bolchevistas, e outros revolucionários, procuraram conduzir, da Finlândia e mais tarde da Suécia, o movimento revolucionário, pelo que hoje podemos denominar de "contrôle remoto". Na Rússia, conseguiram alguns comunistas se fazer eleger para a Duma e usaram de seus privilégios como membros da legislatura, para instigar as lutas, embora não tivessem obtido grandes resultados. A Duma permaneceu nas mãos dos moderados que esperavam melhorar as condições do país por métodos parlamentares.

No inverno de 1916 para 1917, durante a 1^a Guerra Mundial, os exércitos russos entraram em colapso na fronteira alemã. Os líderes da Duma, então forçaram o Czar Nicolau a abdicar e formaram um governo provisório a cargo do Príncipe Lvov e do Professor Nilyakov. Foi convocada uma Assembléia para a promulgação de uma nova Constituição para a Rússia.

3 — Os moderados no Governo Provisório

Os novos líderes eram homens de boa vontade, que esperavam libertar a Rússia pelo estabelecimento de um governo de representação, à semelhança do da Grã-Bretanha. Desejavam evitar a violência, mas faltava-lhes experiência e cautela, tendo chegado ao ponto de convidar bolchevistas russos exilados a voltar para a Rússia, para ajudarem na redação da carta magna. Não se aperceberam de que Lenine e o Partido Comunista realmente acreditavam que somente um partido único devia levar a cabo a revolução. Nem sonhavam que os bolchevistas fingiriam estar cooperando quando, na realidade, se estavam preparando para destruir qualquer governo que não pudessem controlar.

Em maio de 1917 coube a Alexandre Kerensky, um advogado, se tornar o chefe do governo provisório. Ele era líder do Partido Revolucionário Social, ao qual Lenine se opusera durante muitos anos. Kerensky era um patriota e não desejava que a Rússia cedesse aos invasores germânicos, tendo mesmo, com freqüência, ido à frente, exortar os combatentes russos. Mas os bolchevistas, não tendo o sentimento de pátria, continuaram seus esforços, visando ao solapamento do governo provisório. Os bolchevistas eram apenas cerca de 23 mil, em 1917, constituindo um partido muito reduzido quando comparado com os outros partidos — o Revolucionário Social, o Democrático Constitucional e o Menchevique, mas eram mais organizados e estavam preparados para recorrer ao crime para abrir caminho. Eles haviam se infiltrado no Exército, o que Kerensky ignorava, e tinham conseguido controlar as tropas estacionadas em Petrogrado, então capital da Rússia.

— Lenine se apossa do poder

Muitos dos líderes bolchevistas temiam se rebelar abertamente contra governo provisório, antes de se tornarem muito mais fortes. Logo depois da revolução de março os soviets, ou conselhos de trabalhadores, haviam se estabelecido por toda a Rússia, sendo que o partido Menchevista e o Revolucionário Social controlavam maior número desses soviets do que o Bolchevista. A 7 de novembro de 1917, pelo nosso calendário, ou 25 de outubro, pelo russo, delegados de todos os soviets deveriam se reunir em Petrogrado, num Congresso Geral de Soviets. Como Lenine sabia que os bolchevistas estariam em minoria, decidiu, assadamente, que os comunistas deveriam se assenhorear do poder antes que o Congresso se reunisse.

Foi preciso a Lenine toda sua força de persuasão para convencer outros líderes bolchevistas, o que somente, na verdade, foi obtido, quando Trotsky o apoiou. As tarefas foram distribuídas; um líder ficou encarregado das ferrovias e outro dos telégrafos, enquanto coube a Trotsky perversiar os soldados que haviam concordado em aderir ao movimento. Foi, na manhã de 7 de novembro, quando o dia ainda estava escuro, tropas vermelhas capturaram os edifícios do governo e todos os pontos-chaves de Petrogrado. A guarda leal, que protegia o Palácio de Inverno, sede o Gabinete do governo provisório se reuniu, foi dominada. Todos os ministros foram presos, com exceção de Kerensky, que conseguiu fugir, dando a levantar férreas para marchar sobre Petrogrado.

— Os bolchevistas assumem o governo

Dentro de poucas horas os bolchevistas realizaram o que denominaram de "conquista do poder". Na noite de 7 de novembro, Lenine dirigiu ao Congresso dos Soviets de toda a Rússia anunciando que controlava a cidade. No dia seguinte, Lenine forçou o Congresso a reelegê-lo Conselho dos Comissários do Povo como Governo da Rússia. Ele era o Presidente desse Conselho, Trotsky o Comissário das Relações Exteriores e Rykov o Comissário do Interior. Stalin tinha função nível mais baixo, como Comissário das Nacionalidades. Foi assim que, em dois dias, Lenine estabeleceu a "ditadura do proletariado", e general alemão, que proporcionara sua volta à Rússia, não se sentiu satisfeito. Derrubado Kerensky, iniciou Lenine negociações de paz com os alemães, tendo finalmente, em março de 1918, assinado o Tratado de Brest-Litovsk, pelo qual a Rússia se afastava da 1ª Guerra Mundial, deixando à margem seus até então aliados.

Lenine e Trotsky não perderam tempo na consolidação do poder, dando ordens aos bolchevistas de Moscou e outras cidades para sumirem seus postos principais. Todos os sistemas telefônicos e te-

legráficos e ferrovias passaram para suas mãos. Bancos, fábricas e minas foram nacionalizados. Enfim, terminava tôda a iniciativa privada, passando tudo a ser estatal. Os sindicatos trabalhistas foram suprimidos e a igreja e suas propriedades confiscadas. Ordens foram expedidas abolindo a propriedade privada de terras, tendo mesmo Lenine, para ganhar a simpatia dos camponeses, os encorajado a se apossarem das terras onde trabalhavam como se fossem propriedade sua. O que, porém, Lenine não disse aos camponeses, foi que essas terras, em pouco tempo, passariam a pertencer à ditadura do Estado.

6 — Derrubada da Assembléia Constituinte

Assumindo o controle do governo, não desejavam os bolchevistas que se suspeitasse que eram contra eleições livres. Por isso, não se opuseram à eleição já programada pelo governo provisório, as quais foram realmente realizadas, conseguindo os comunistas apenas 175 das 707 cadeiras da Assembléia. Essa foi a última eleição livre realizada na União Soviética.

Perdendo as eleições, Lenine usou a força. Começou por retardar a reunião da Assembléia, enquanto providenciava o envio de tropas para Petrogrado. Quando a Assembléia se reuniu os delegados comunistas de Lenine eram a minoria e se retrairam. No dia seguinte Lenine mostrou suas garras: suas tropas bloqueavam as entradas do salão de reuniões, e a maioria não teve outro remédio senão regressar a seu lares, em todas as regiões da Rússia. Lenine, com sua demonstração de força, havia derrotado a vontade da maioria do povo russo, como o havia provado as eleições. Mas, a seu favor, tinha ele o que considerava uma justificativa — o partido comunista era o único, na sua opinião, que representava verdadeiramente o povo. Lenine afirmou, então, que a "a violência, quando cometida pelas exploradas classes trabalhadoras, é a violência que aprovamos". Por que tantos russos haviam votado em outros partidos que não o partido bolchevista, Lenine não procurou explicar.

7 — Cortina democrática

Lenine reconheceu a necessidade de uma Constituição que servisse para dar ao governo uma aparência de democracia, ou "cortina democrática". Para isso, fez com que o Comitê Central Executivo redigisse uma proposta e determinou a Stalin e outro homem chave que verificassem sua exequibilidade. Os dois trabalharam rapidamente. No verão de 1918 os bolchevistas controlavam a maior parte dos soviets, ou conselhos. O Governo convocou um Congresso Geral de Sovientes, o qual prontamente aprovou a nova Constituição. De acordo com esse instrumento o poder

supremo caberia a uma legislatura. Entretanto, foram Lenine e seus adeptos que permaneceram no controle, intitulando-se, o reduzido grupo, de Politiburo.

A Constituição se aplicava, apenas, à região conhecida por Velha Rússia, mas os comunistas da Ucrânia, da Rússia Branca e de outras províncias, providenciaram que constituições quase idênticas fossem adotadas nessas regiões. Lenine, mais uma vez, mostrou seus pendores para organização, arranjando que fossem assinados "tratados", unindo a Ucrânia, a Rússia Branca e a Transcaucásia à Velha Rússia. Após sua morte, em 1924, um Congresso Geral de Soviéticos aprovou uma nova Constituição para a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.

8 — Lutas externas e internas

O objetivo de Lenine, de transformar a 1^a Guerra Mundial em guerra civil, foi obtido pelos bolchevistas, no que diz respeito à Rússia. Entretanto, quando procuraram fazer o mesmo na Alemanha, na França e na Itália, fracassaram. Lenine encorajou os comunistas alemães a iniciarem uma guerra civil contra o governo democrático de Berlim, que havia sido estabelecido quando o Imperador alemão fugiu para a Holanda, em 1918. Mas os líderes da nova república eram um pouco mais inteligentes do que o Príncipe Lvov e o Professor Milyukov, e prontamente abafaram o movimento, salvando a Alemanha do comunismo.

Como vimos, os bolchevistas não desempenharam quase nenhum papel em afastar o Czar, já que foram outros líderes e outros partidos da Duma que o obrigaram a abdicar. Naturalmente que esses partidos tentaram se opor ao controle do governo pelos bolchevistas e houve resistência, principalmente na Ucrânia e na Transcaucásia. Exércitos da Rússia Branca, anticomunistas, na Estônia, na Ucrânia, no Cáucaso e na Sibéria tentaram derrubar o governo bolchevique, mas fracassaram.

Os bolchevistas tiveram também que se opor a ataques vindos do exterior. Quando Lenine começou a negociar a paz com o governo alemão, na 1^a Guerra Mundial, os aliados da Rússia consideraram os bolchevistas como traidores, e invadiram o norte da Rússia e a Sibéria. A Polônia, Estado recém-criado, também fez guerra à Rússia. Foram esses os dias negros para os bolchevistas, enfrentando rebeliões internas e ataques contra as fronteiras russas. Mas o Exército Vermelho, criação de Lenine e de Stalin, conseguiu impor sua força.

A infeliz Ucrânia sofreu tremendo nas mãos de ambos, o Exército da Rússia Branca e o Exército Vermelho. Revelaram patriotas ucranianos que o governo de Moscou lançou mão da fome para quebrar o espírito de independência da Ucrânia. Nos cinco anos de guerra civil e de fome, mais de 20 milhões de pessoas foram mortas.

C) A CONTINUAÇÃO DO TERROR

1 — O terrorismo como arma básica

sua p
é essa

2 —

Muito antes da revolução que iniciaram em 1917, já Lenine e seus comparsas admitiam ostensivamente que usariam o terrorismo para se assenhorear do poder, e Trotsky escreveu um livro em que o aprovava. Terrorismo, para esses líderes comunistas, significava a conquista do poder ou do domínio do povo, pelo cometimento de atos brutais que o assustassem, forçando-o à obediência. Há séculos atrás, Gengis Can e Tamerlão, tiranos asiáticos, aperfeiçoaram essa técnica. Mais recentemente, Hitler e Mussolini transformaram-na em sua arma principal.

Na Rússia Soviética o "terror vermelho" tinha dois objetivos. Os bolcheviques usaram-no para criar a "sociedade sem classes", espoliando os proprietários de terras e de fábricas e os funcionários do governo czarista. Usaram-no, também, para esmagar qualquer oposição e forçar os camponeses e operários que recalcitravam em obedecer as ordens comunistas. Para isso planejaram levar o terror aos cérebros e aos corações de todos aqueles que ousassem resistir.

Pode alguém alegar que tudo isso se passou há mais de quarenta anos. Por que devemos nos preocupar com os sangrentos detalhes de coisas que ocorreram tão longe e há tanto tempo? A resposta é que o comunismo continua a se utilizar do terrorismo sempre que pode. Após a 2ª Guerra Mundial, por exemplo, usaram-no para esmagar os governos constitucionais da Europa Central. Mao Tse Tung e outros comunistas chineses obtiveram, pelo terror, o controle do governo da China, em 1949. Da mesma forma Ho Chi Minh, no Vietnã, em 1954. Dois anos mais tarde, em 1956, foram os próprios soviéticos que, também pelo terror, dominaram a revolução dos trabalhadores e estudantes húngaros. Em 1950 o terror foi usado deste lado do Atlântico, na Guatemala. Enfim, o terror é a arma base usada pelos comunistas para completar a conquista do poder.

A Checa, organização a que já nos referimos em artigo anterior, foi criada em 1917 por Lenine, destinando-se à destruição dos "inimigos do povo". Para os comunistas, destruir os "inimigos do povo" significa exterminar não só a classe média como a oposição. As declarações de um dos agentes da Checa, do tempo de Lenine, robustece essa conclusão:

"Já não lutamos contra indivíduos, mas sim contra a burguesia como uma classe. Não se procura mais saber do passado e do presente de acusado, para verificar se por atos ou palavras se opunha ou opõe ao governo. O que se quer saber, em primeiro lugar, é a classe a que pertence, qual a origem de sua família, qual seu grau de instrução e qual

U
Conseg
anuncia
e fazil
homens
a noite
secretos
Checa u
Czar e
Em
Checa.
havido,
mulava
pesavam
supostam
gamento.

Isto
avisou q
trair-nos
secretos.
da Lubian
dóles fala

Fuzila
mento, em
das vítima
partidos p
Nova Poli
presas de
passaram a
completa c
eram prop
risão da
com que se
sioneiros, e
úmero de
1947, estima
netros.

sua profissão. A resposta a essas perguntas decide da sorte do acusado". É esse o significado e o objetivo do "terror vermelho".

2 — A polícia secreta e o terror

Um bolchevista fanático, Dzerzhinsky, foi o primeiro chefe da Checa. Consegiu uma força numerosa de agentes para sua polícia secreta e anunciou ser dever de todos os leais cidadãos soviéticos procurar, prender e fuzilar imediatamente quem quer se opusesse à Revolução. Seus homens efetuaram milhares de prisões de suspeitos, normalmente durante a noite. Os julgamentos, se é que os houve, teriam sido sumários e secretos. Mais de 50.000 pessoas foram fuziladas. As operações da Checa ultrapassaram de muito a crueldade da polícia secreta do tempo do Czar e criaram um terror muito maior.

Em 1922 a GPU, ou Administração Política do Estado, substituiu a Checa. A organização e o objetivo eram praticamente os mesmos, tendo havido, apenas, uma mudança de nomes. Esta organização, a GPU, simulava fornecer às vítimas uma cópia das acusações que sobre elas pesavam e, cerca de dois meses após efetuar as prisões os acusados eram supostamente postos em liberdade ou entregues aos tribunais para julgamento.

Isto não significou o fim do "terror vermelho". O próprio Lenine avisou que "os tribunais não deveriam eliminar o terror; fazê-lo seria trair-nos a nós mesmos e ao povo". Assim, continuaram os julgamentos secretos. Homens e mulheres desapareciam por trás dos portões de ferro da Lubianka e de outras prisões russas e nunca mais suas famílias ouviam deles falar novamente.

Fuzilar as vítimas se tornou menos frequente, enquanto o confinamento, em "campos de trabalho corretivo", aumentava. No inicio, muitas das vítimas eram sociais-democratas e mancheviques, isto é, membros dos partidos políticos que os bolchevistas planejavam destruir. Quando a Nova Política Econômica, que durante algum tempo permitiu as empresas de capital privado, foi abolida subitamente, muitas das vítimas passaram a ser os pequenos negociantes. Quando Stalin deu inicio à completa coletivização das fazendas, um número ainda maior de vítimas eram proprietários que resistiram à espoliação de suas terras. O campo-prisão da GPU em Solovestski permite uma exemplificação da rapidez com que se desenvolveu o sistema de trabalho escravo. De 3 mil prisioneiros, em 1923, passou a mais de 20 mil, cinco anos mais tarde. O número de campos-prisão de trabalho escravo subiu a mais de 800 e, em 1947, estimava-se haver nesses campos entre 15 e 30 milhões de prisioneiros.

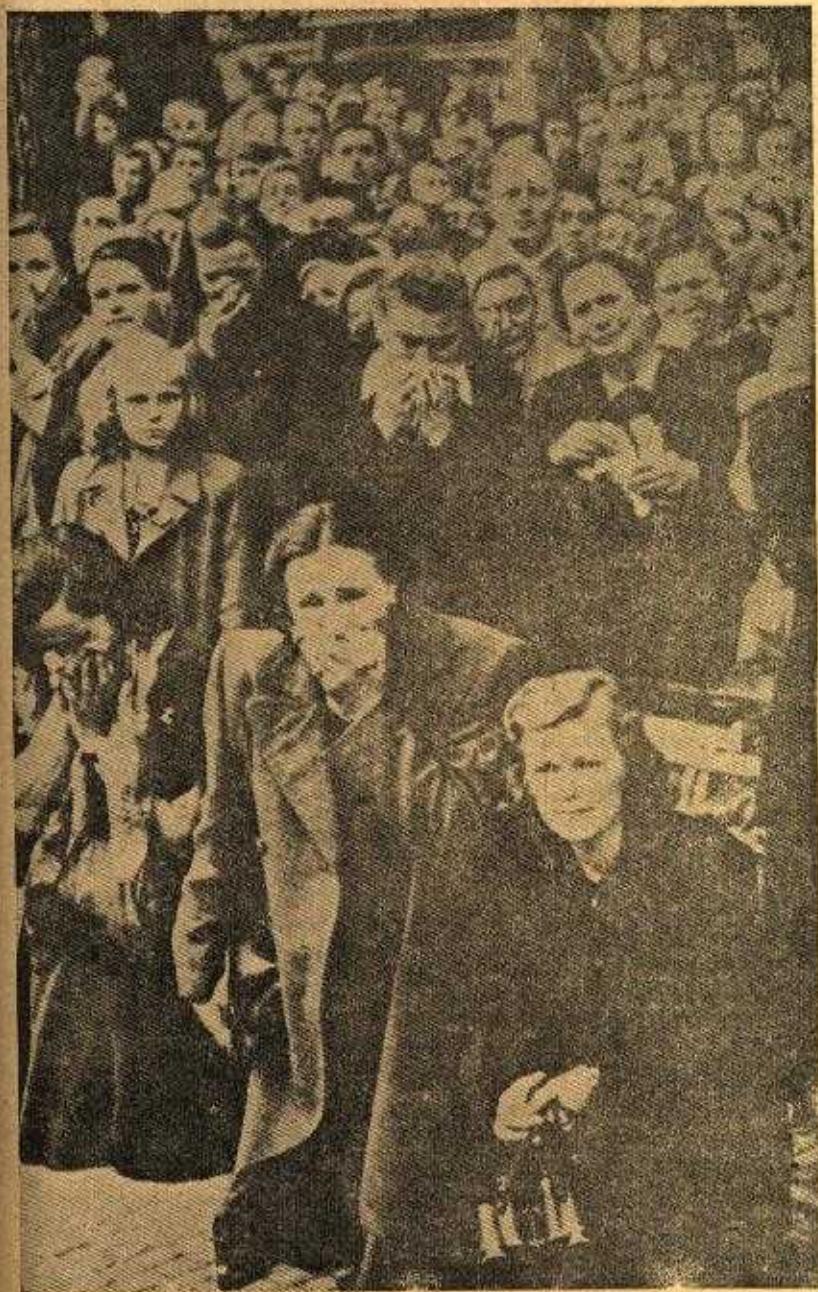
3 — Destrução da oposição

O terrorismo instituído por Trotsky e Lenine foi continuado, após a morte deste, em 1924, por Stalin. Trotsky figurava no topo dos oito membros que constituíam o Politiburo, inclusive Stalin. Para obter o poder, Stalin lançou mão do terrorismo e do crime, sendo Trotsky uma de suas primeiras vítimas. Em 1938 já Stalin havia conseguido dar fim aos sete colegas que com ele constituíam aqueles cito membros do Politiburo, exilando-os, fazendo-os assassinar ou levando-os ao suicídio. Sistematicamente, conseguia ele destruir toda a oposição que contra seu governo se levantasse na URSS.

Em 1934 a GPU sofreu uma reorganização, passando a ser conhecida como NKVD, iniciais do nome da organização, isto é, do Comissariado do Povo para Assuntos Internos. A NKVD foi inicialmente chefiada por Yezhov e, mais tarde, por Beria. O papel da organização foi muito importante na realização da Grande Purga, de 1936 a 1938, determinada por Stalin e por meio da qual conseguiu o ditador se ver livre de seus rivais e reforçar o controle comunista sobre todas as atividades de vida dentro da URSS, o que foi conseguido principalmente pela destruição de todos os que eram favoráveis a qualquer ideia política que entrasse em conflito com sua interpretação do marxismo-leninismo. Trotsky, por exemplo, foi exilado. Mas isso não foi considerado suficiente, porque muita gente, na União Soviética, ainda respeitava suas idéias. Stalin, então, acusou velhos bolchevistas, como Zinoviev e Kamenev, de estarem tramando sua morte, em conluio com Trotsky. Ambos, Zinoviev e Kamenev, haviam sido membros do Politiburo, o que não impedia que a NKVD os prendesse, sendo posteriormente levados a um julgamento sumário e condenados, face a duvidosos indícios, ao fuzilamento. Logo depois seus simpatizantes foram também presos, sendo uns fuzilados e outros mandados para campos de trabalhos forçados. Tomsky, outro membro do Politiburo, foi induzido ao suicídio. Na grande purga, os três membros restantes, dos sete companheiros iniciais de Stalin no Politiburo, foram também condenados à morte, juntamente com seus adeptos e vários outros oficiais de alta patente do Exército Vermelho. Seus simpatizantes, em toda a Rússia, foram similarmente presos e condenados à morte ou aos campos de trabalhos forçados.

4 — "Purga" na própria polícia secreta

Em 1946, por ordem de Stalin, o Ministério dos Assuntos Internos, ou MVD, assumiu determinadas funções do NKVD. Após a morte de Stalin, Laurenti Beria concentrou todo o controle da polícia secreta no MVD. Estaria pensando em trilhar o mesmo caminho do falecido ditador? Estaria ele planejando tornar-se o ditador único, com o auxílio da po-



"E o povo não terá direito nem de enterrar seus mortos..."

lícia secreta? Aparentemente foi o que concluíram seus rivais que, em conseqüência, o fizeram executar. Mas, nem por isso, terminaram com a polícia secreta. Ao invés disso, assumiram sua chefia, conservando-a como um meio de controle e uma forma de recomeçar o terrorismo quando fosse necessário. Desde a queda de Beria, o MVD e o Comitê de Segurança dividiram a tarefa de supervisionar a polícia e reprimir a liberdade de expressão.

5 — "Confissões" de tradição

Uma particularidade surpreendente do NKVD e do MVD tem sido as "confissões" que a polícia secreta consegue extorquir de suas vítimas. Como era possível a brutais executores, como Vishinsky, extrair à força confissões de velhos bolchevistas como Kamenev, Zinoviev, Rykhov e Bukhaim? São poucos os estudiosos da história soviética que acreditam que tais confissões fossem espontâneas e, em 1956, Kruschev admitiu serem elas falsas.

Um dos fatores parece ter sido a disciplina do Partido. Mesmo nas horas de desgraça ou enfrentando a morte, comunistas leais aceitavam o auto-sacrifício, se estivessem persuadidos de que, dessa forma, auxiliavam a Revolução. Um outro fator, certamente, é a confusão mental provocada na vítima pelos métodos brutais e ardilosos usados pela polícia. Há inúmeros indícios de que muitos prisioneiros foram submetidos durante semanas e mesmo meses a interrogatórios sistemáticos. Durante noites intermináveis, uma após outras, ofuscados por luzes que incidiam diretamente em seus olhos, tiveram êles que enfrentar sucessivas equipes de interrogatórios. Era-lhes dito, repetidamente, que suas famílias iriam sofrer, caso não confessassem. Para os prisioneiros teimosos havia os espancamentos e outras diabólicas torturas. Finalmente as vítimas semimortas estavam prontas a assinar qualquer confissão.

Mesmo em algumas polícias de países democráticos tem-se recorrido a métodos extralegais para se obter confissões de acusados, mas esses métodos nunca foram aprovados ou justificados e, quando são descobertos, os jornais e a opinião pública os condenam, e os policiais culpados são punidos. Entretanto, nas ditaduras como a Itália fascista, a Alemanha nazista e todos os países comunistas, tais brutalidades são oficialmente autorizadas e aprovadas pelo Governo.

D) TÁTICA COMUNISTA NA EUROPA ORIENTAL E NO EXTREMO ORIENTE

1 — O terrorismo nos países satélites

Nos estados que se situam na orla ocidental da URSS, os comunistas usaram os mesmos métodos brutais para a conquista e a manutenção do



Tanques na Hungria. Terrorismo...

poder. Já vimos o que sucedeu nos países bálticos, na Polônia, na Hungria, etc., onde agentes da União Soviética criaram sistema policial semelhante ao de sua pátria de origem. Na própria Iugoslávia, que rompeu com o governo soviético em 1948, embora se mantivesse uma ditadura comunista, existe pouca liberdade. Na Alemanha Oriental, quando os trabalhadores se levantaram contra o controle comunista, em 1953, foram metralhadoras e carros de combate soviéticos que sobre eles atiraram. Os líderes foram imediatamente "julgados" e executados. Em 1956, na Polônia e na Hungria, as tentativas de liberação do jugo comunista, também foram esmagadas pela máquina bélica da URSS. Foram mortos milhares de homens, mulheres e crianças.

2 — A oportunidade dos comunistas chineses

Os comunistas chineses também seguiram os padrões soviéticos. Como já vimos anteriormente, foi um agente russo que criou o Partido Comunista Chinês. Como jovem recruta do comunismo, Mao Tse Tung mostrou profundo respeito pelas idéias de Lênin e Stalin, aceitando sem qualquer protesto a tese da revolução pela violência. Mais tarde, em sua "Nova Democracia", publicada em 1940, Mao discutiu o problema da transformação da China em uma ditadura, pelos comunistas, que utilizariam a infiltração e a violência.

Em artigo anterior já assinalamos que foi pela infiltração que os primeiros comunistas chineses quase assumiram o controle do Kuomitang, ou Partido Nacional do Povo, que controlava a República da China. Em 1927, no entanto, Chiang Kai Chek conseguiu expulsar os comunistas do Kuomitang. Após isso, os comunistas chineses e os adeptos do Kuomitang iniciaram uma guerra civil que se arrastou, com maior ou menor intensidade, durante mais de vinte anos.

Em 1931 o Japão invadiu a China. Pelos próximos quinze anos Chiang Kai Chek e seus partidários lutariam desesperadamente para impedir que os invasores conquistassem todo o país. Mao Tse Tung e seus comunistas se mantiveram em suas bases no norte da China. Fingiam apoiar a luta contra os japonês, mas sem se empenharem a fundo, procurando economizar forças para se atirarem, mais tarde, contra o Kuomitang.

Ao fim da 2ª Guerra Mundial, os comunistas chineses, auxiliados pela URSS, reabriram a luta civil. Stalin havia se comprometido com o então presidente americano, Franklin Roosevelt, e com a República da China, que todo o armamento tomado aos japonês seria entregue a Chiang Kai Chek. Ao invés disso, quebrou sua promessa, entregando a Mao Tse Tung imensa quantidade de armas que os japonês possuíam no norte da China, o que significa que os comunistas chineses passavam a dispor de melhor e maior quantidade de armamento que os exércitos republicanos, já desgastados pela guerra.

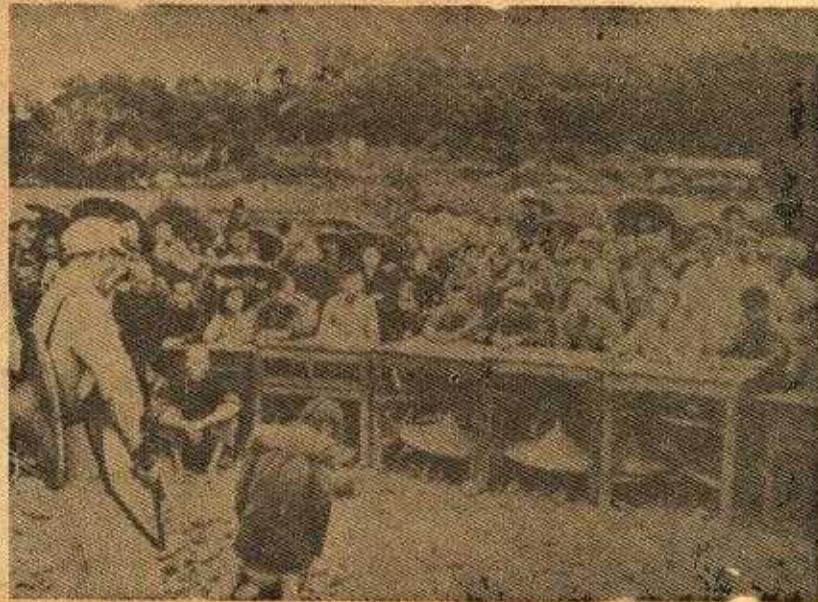
Após aquela guerra, os líderes de outras nações pressionaram Chiang Kai Chek para que entrasse em acordo com os comunistas e os admitisse no governo, mesmo porque muitos observadores eram de opinião que Mao Tse Tung e seu partido não eram comunistas verdadeiramente, mas partidários, apenas, da reforma agrária. Mas Chiang Kai Chek estava melhor informado. Ele pode ter cometido enganos, porém, alguns anos antes, aprendera um fato irreterquevível: os comunistas jamais entrariam para um governo, a não ser para destruí-lo.

De 1945 a 1946 houve uma trégua entre Mao e Chiang Kai Chek, mas a inquietação crescia, à proporção que crescia também o número de comunistas. Estes se recusaram a tomar parte na Assembléia Nacional para a redação de uma nova constituição. A Assembléia se realizou sem eles, a nova constituição foi adotada e Chiang Kai Chek foi eleito presidente da República da China.

A luta civil tornou a eclodir. Quando os americanos deixaram de auxiliar o governo republicano de Chiang Kai Chek, as forças nacionais não foram suficientes para deter os exércitos de Mao Tse Tung, apoiados pelos soviéticos, e os comunistas avançaram para o Sul. Em 1949 o governo republicano chinês foi obrigado a fugir para a Ilha de Formosa, que se situa a menos de 15 km da costa continental da China Comunista.

3 — O terrorismo na China

O "terror vermelho" na China seguiu os moldes soviéticos. "Quadros" comunistas, isto é, grupos de agentes bem treinados, rapidamente se espalharam por todas as províncias chinesas, incitando os camponeses a se apoderarem das terras. Organizaram "côrtes de justiça" ou "tribunais populares" para julgamento dos proprietários, os quais, como regra geral, eram fuzilados, espancados ou apedrejados até morrerem. Todas as escolas caíram sob controle comunista e os assuntos foram modificados, de forma a proporcionar a professores e alunos um treinamento intenso nas idéias comunistas. Padres, missionários e enfermeiras foram presos e maltratados. De 1948 a 1956 os comunistas mataram, de acordo com fontes dignas de crédito, mais de 20 milhões de chineses, enquanto cerca de 25 milhões haviam sido confinados em campos de trabalhos forçados.



Condenado pelo "Tribunal do Partido" af mesmo será executado com um tiro na nuca. O carrasco só aguarda um sinal da mesa

Em resumo, para manter o controle, os comunistas chineses lançaram mão dos mesmos processos empregados na União Soviética.

COMENTÁRIOS

Da leitura que acabamos de efetuar, podemos concluir que o terrorismo e o comunismo andam sempre juntos. São amigos inseparáveis. A União Soviética de hoje é o produto de violentíssima revolução.

Talvez alguns dos métodos atuais da ditadura soviética encontrem suas raízes na reação contra atos dos czares cruéis, tais como Ivan — O Terrível. Mas, em sua maioria, são o produto direto da doutrina comunista, do emprêgo da violência e do terror.

Marx e Lenine pregavam a revolução mundial. Na Rússia, na Polônia, na Hungria, na Tcheco-Eslováquia e em outros países da Europa Oriental, foi pela violência e pelo terror que os comunistas se apossaram do poder e mantêm sob controle todos esses regiões. O mesmo aconteceu com a China Vermelha, a Coréia do Norte e o Vietnã do Norte e o mesmo está acontecendo com Cuba de Fidel de Castro. Nunca devemos nos esquecer dessa verdade, pois é fora de dúvida que o mesmo será tentado no restante da Ásia, na África e na América.

Novembro de 1960! Estão fazendo, precisamente, 25 anos que nossos camaradas foram assassinados pelos comunistas...

Estamos bem lembrados como, em 1935, pela violência, tentaram os comunistas derrubar o nosso Governo. Os assassinatos à traição, que marcaram a sublevação da ordem pública pelos comunistas, não se justificaram.

CAPITÃO BENEDITO LOPES BRAGANÇA, nosso colega de turma e particular amigo, assassinado da maneira mais vil e traiçoeira, quando estava dormindo... Seu nome será um símbolo e sua pessoa uma imagem que guardaremos sempre na memória para repelir os traidores da Pátria!!! Durante vários anos vivemos juntos em nossa querida Escola Militar do Realengo, você com o número 473 e eu com o número 471. Nossas camas eram próximas e eu conhecia a pureza de sentimentos e a nobreza de caráter de meu companheiro... Covardes! Só por saberem que você cumpriria o juramento que fez, naquele dia em que foi declarado Aspirante de Infantaria, não trepidaram em levar meu nobre amigo do sono da vida para o sono da morte, sem ao menos dar-lhe oportunidade de defesa...

Juventude Militar do Brasil!!! Outros traidores estão querendo desferir seu golpe e outros "Braganças" irão encontrar. Não podemos dar quartel aos inimigos do regime!... Lancemo-nos na ofensiva contra eles!...

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras:

AMÉRICA DO SUL

Argentina :

- Revista Nacional de Aeronáutica — Combustíveis y Energia;
- Boletim do Centro Naval — Revista do Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletim de Combustíveis;
- Boletim Mensual de Estadística — Boletim de Informações Petrolíferas — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicações Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolívia :

- Revista Militar.

Chile :

- Memorial del Ejército de Chile
- Revista de Marina.

Colômbia :

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Armada.

Equador :

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguai :

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletim Naval.

Peru :

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marinha — Revista de CIMP.

Uruguai :

- Revista Militar y Naval.

Venezuela :

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Revista del Ejército, Marina y Aeronáutica.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos :

- Armor-Army Information Digest-Army.

México :

- El Legionário.

AMÉRICA CENTRAL

Cuba :

- Boletim del Ejército.

EUROPA

Alemanha Ocidental :

- Ibero Amerikanische Bibliothek.

Bélgica :

- La Revue Maritime Belge.

Espanha :

- Guion — Ejército.

França :

- Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aériennes Françaises.

Itália :

- Revista Militare — Notiziario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

Portugal :

- A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.



Preço do Exemplar
Cr\$ 30,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1960